

UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GUSTAVO DE OLIVEIRA CAPARROZ

TRANSEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO : DISCURSO DE
COORDENADORES(AS) E DE PROFESSORES(AS)

SÃO PAULO
2023

GUSTAVO DE OLIVEIRA CAPARROZ

TRANSEXUALIDADE NO ENSINO MÉDIO : DISCURSO DE
COORDENADORES(AS) E DE PROFESSORES(AS)

Dissertação de mestrado a´presentada ao
Programa de Programa de Pós graduaçãode em
Educação- PPGE da Universidade de Julho-
UNINOVE, como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Profª Elaine T. Dal Mas Dias

SÃO PAULO
2023

Caparroz, Gustavo Oliveira.

Trassexualidade no Ensino Médio: Discurso de coordenadores (as) e de professores (as)

115 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2023.

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Elaine Teresinha Dal Mas Dias.

1. Transexualidade . 2. Educação. 3. Lgbtfobia 4. Pensamento Complexo 5. Subjetividade.

I. Dias, Elaine Teresinha Dal Mas.

II. Título.

CDU 37

Este Trabalho é todo dedicado aos meus pais, pois é graças aos seus esforços que hoje posso concluir a Pós- graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família: meu pai Marco Antonio, minha mãe Rose, meu irmão Guilherme. Cada um de vocês foram fundamentais para o meu desenvolvimento humano. Sem o amor e os suportes afetivo e material que vocês me forneceram ao longo da minha vida, eu não teria chegado até aqui.

À minha querida orientadora Prof^a Elaine T. Dal Mas Dias, a quem devo tudo em minha trajetória educacional, pois desde a pós graduação lato sensu acreditou em meu potencial e prontamente se colocou a disposição em me guiar no cenário da pesquisa.

À Universidade Nove de Julho, pela oportunidade de ter trilhado o Caminho para o mestrado a concessão da bolsa de estudos, este suporte garantiu a realização deste sonho.

Aos professores da LIPEFH, Antonio Joaquim Severino e Cleide Rita Silvério de Almeida . Que privilégio ter recebido tantos ensinamentos para a universidade, para a profissão e para vida de docentes tão qualificados e experientes como vocês.

As docentes da banca, Prof^a Rosemary Roggero e Prof^a Elaine de Jesus Souza, que de imediato aceitaram o convite de participarem do exame de qualificação e defesa. As contribuições de ambas foram fundamentais na conclusão de minha dissertação.

E por fim e não menos importante aos meus colegas do PPGE, Valéria, Noemi, Helvécio, Adriano, Marcel, Alexandre, Rafael, Elvis, Por todo o apoio durante o convívio na Pós graduação.

A mão que afaga é a mesma que apedreja.

(Augusto dos Anjos, p13, 1990)

A compreensão não desculpa nem acusa: pede que se evite a condenação peremptória, irremediável, como se nós mesmos nunca tivéssemos conhecido a fraqueza nem cometido erros. Se soubermos compreender antes de condenar, estaremos no caminho da humanização das relações humanas.

(Edgar Morin p. 89, 2005)

Caparroz, Gustavo Oliveira, Transexualidade no Ensino Médio: Discurso de coordenadores(as) e de professores(as) acerca da transexualidade. São Paulo, 2023. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho.

RESUMO

O termo transexualidade foi criado para conceituar e trazer uma definição para aquelas pessoas que não se encaixam no padrão biologicamente determinado. Sendo assim, mesmo a sociedade tendo avançado diante do preconceito vivido pela comunidade LGBTQIA+, percebe-se existir incompreensão acerca da temática, principalmente no que se refere ao espaço escolar. Desta forma a presente pesquisa configura-se como um estudo de campo que se propõe a analisar discursos sobre transexualidade, produzidos ou reproduzidos por coordenadores(as) pedagógicos e professores do Ensino Médio. Objetivos: (1) Problematicar discursos em relação a transexualidade; (2) Compreender como tais discursos interferem no trabalho com estudantes transexuais no processo de ensino aprendizagem. Os procedimentos metodológicos consistem em entrevistas abertas, compostas por uma questão desencadeadora, transcrição e análise dos conteúdos. Os participantes que constituem a amostra são coordenadores e professores que atuam com estudantes no ensino médio e que se disponibilizaram a dar uma entrevista relacionada à sua experiência. O referencial teórico desta pesquisa está embasado no pensamento complexo e as categorias teóricas analisadas são os princípios operadores, os complexos imaginários e a compreensão complexa de subjetivação em relação ao estigma e preconceito. Os resultados da pesquisa mostram que a subjetividade e o *imprinting* marcados por um longo processo sócio-histórico-cultural de marginalização da comunidade LGBTQI representam uma forte barreira para que haja o acolhimento e compreensão de estudantes transexuais e a possível interferência na aprendizagem.

Palavras-chave: Transexualidade, Educação, Pensamento Complexo, LGBTfobia, Subjetividade

Caparroz, Gustavo Oliveira. Transsexuality in High School: Discourse of coordinators and teachers about transsexuality. São Paulo, 2023. Dissertation (Master). Graduate Program in Education, Nove de Julho University.

ABSTRACT

The term transsexuality was created to conceptualize and bring a definition to those people who do not fit the biologically determined standard. regarding the school environment. In this way, the present research is configured as a field study that proposes to analyze discourses on transsexuality, produced or reproduced by pedagogical coordinators and high school teachers. Objectives: (1) To problematize speeches in relation to transsexuality; (2) Understand how such speeches interfere in the work with transsexual students in the teaching-learning process. The methodological procedures consist of open interviews, consisting of a triggering question, transcription and content analysis. The participants who constitute the sample are coordinators and teachers who work with students in high school and who made themselves available to give an interview related to their experience. The theoretical framework of this research is based on complex thinking and the theoretical categories analyzed are the operating principles, the imaginary complexes and the complex understanding of subjectivation in relation to stigma and prejudice. The research results show that subjectivity and imprinting marked by a long socio-historical-cultural process of marginalization of the LGBTQI community represent a strong barrier to the reception and understanding of transsexual students and the possible interference in learning.

Keywords: Transsexualidade, Education, Complex Thinking, LGBTphobia, Subjectivity

Caparroz, Gustavo Oliveira. Transexualidad en la Secundaria: Discurso de coordinadores y docentes sobre la transexualidad. São Paulo, 2023. Disertación (Maestría). Programa de Posgrado en Educación, Universidad Nove de Julho.

RESUMEN

El término transexualidad fue creado para conceptualizar y dar una definición a aquellas personas que no se ajustan al estándar biológicamente determinado respecto al ámbito escolar. De esta forma, la presente investigación se configura como un estudio de campo que se propone analizar los discursos sobre la transexualidad, producidos o reproducidos por coordinadores pedagógicos y docentes de enseñanza media. Objetivos: (1) Problematicar los discursos en relación a la transexualidad; (2) Comprender cómo dichos discursos interfieren en el trabajo con estudiantes transexuales en el proceso de enseñanza-aprendizaje. Los procedimientos metodológicos consisten en entrevistas abiertas, compuestas por pregunta desencadenante, transcripción y análisis de contenido. Los participantes que constituyen la muestra son coordinadores y docentes que trabajan con estudiantes de secundaria y que se dispusieron a dar una entrevista relacionada con su experiencia. El marco teórico de esta investigación se basa en el pensamiento complejo y las categorías teóricas analizadas son los principios operativos, los complejos imaginarios y la comprensión compleja de la subjetivación en relación con el estigma y el prejuicio. Los resultados de la investigación muestran que la subjetividad y la impronta marcada por un largo proceso socio-histórico-cultural de marginación de la comunidad LGBTQI representan una fuerte barrera para la recepción y comprensión de los estudiantes transexuales y la posible interferencia en el aprendizaje.

Palabras clave: Transexualidad, Educación, Pensamiento Complejo, LGBTfobia, Subjetividad

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Revisão da literatura acadêmica	31
Quadro 2	72

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADO – Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

APA – Associação Americana de Psiquiatria

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

Boleshs – Boletins Escola Sem Homofobia

BSH – Brasil sem Homofobia

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CFM – Conselho Federal de Medicina

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CID – Código Internacional de Doenças

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

DOE BA – Diário Oficial da Bahia

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

E-D OE SP – Diário Oficial Eletrônico do Estado de São

PauloEJA – Educação de Jovens e Adultos

FMUSP – Faculdade de Medicina da Universidade de São

Paulo

GGB – Grupo Gay da Bahia

GIV- Grupo de Incentivo à Vida

GT23 – Grupo de Trabalho 23

HCFMUSP – Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queers* e

IntersexosMEC – Ministério da Educação

MPSP- Ministério Público do Estado de São Paulo

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONG- Organização Não Governamental

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PNE- Plano Nacional de Educação

PPP- Projeto Político Pedagógico

Scielo – *Scientific Eletronic Library Online*

STF – Supremo Tribunal Federal

TCLE – Termo de Consentimento Livre e

EsclarecidoTJ-BA – Tribunal de Justiça da Bahia

TJ-SP – Tribunal de Justiça de São Paulo

UNICAMP – Universidade Estadual de

CampinasUSP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Conceitualizações sobre sexualidade e gênero.....	17
1.2 Dispositivos legais.....	19
1.3 Breve percurso histórico da transexualidade.....	21
1.4 Violência e transfobia.....	26
1.5 Revisão Bibliográfica: o que dizem as pesquisas.....	30
2 SEXUALIDADE E GÊNERO NA ESFERA EDUCACIONAL	35
2.1 O papel do coordenador pedagógico e de professores na educação e sua interface com questões de gênero.....	35
2.2 Programa Brasil Sem Homofobia.....	38
2.3 Projeto Escola Sem Homofobia.....	41
2.4 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	44
3 PENSAMENTO COMPLEXO, EDUCAÇÃO E TRANSEXUALIDADE.....	53
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	70
4.1 Participantes do Estudo	71
4.2 Procedimentos de Análise	73
4.3 Análise Das Entrevistas	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFRÊNCIAS.....	86
APÊNDICE A- Entrevistas.....	90
APÊNDICE B- TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de Participação em Pesquisa.....	110

1. Introdução

O interesse pela temática aqui apresentada nesta dissertação teve início em 15 de fevereiro de 2017, quando a travesti Dandara Kettley foi assassinada de forma brutal, sendo alvo de espancamentos e tiros à queima-roupa. O caso aconteceu no bairro de Bom Jardim, localizado na cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. O crime ficou nacionalmente conhecido após a divulgação de vídeos e imagens do momento em que Dandara era espancada e implorava por sua vida. Nos vídeos pode-se observar moradores da região incentivando o espancamento e, também, a omissão em ajudá-la. Após este fato, o assunto tomou grandes proporções nas redes sociais; eram discursos dos mais variados possíveis, desde os que manifestavam horror pelas cenas dos vídeos e pelo comportamento dos criminosos, até comentários em que havia deboche e incentivo à ocorrência desse tipo de crime e a incitação de outros.

Nessa ocasião, cursava o 4º ano de graduação em Psicologia, momento em que iniciava o estágio obrigatório profissional em instituições sociais, e percebia muitos discursos preconceituosos em relação às pessoas LGBTQIA+. Diante disto e motivado pelo incidente com Dandara, realizei trabalhos interventivos com estudantes e educadores daquelas instituições. Eram atividades de conscientização e combate ao preconceito, embora, muitos ainda demonstrassem dificuldades em falar sobre o assunto.

Esses eventos me impactaram profundamente e percebi a importância de problematizar e trazer à discussão a transexualidade, tema ainda delicado para muitas pessoas, mas que precisava ser colocado em pauta, pois trazia com ele desdobramentos como o preconceito, a discriminação e, conseqüentemente, a violência.

Após a conclusão da graduação no ano de 2020, iniciei minha especialização no curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional, momento em que me deparei com as discussões promovidas em sala de aula a respeito dos fenômenos que podem interferir na aprendizagem humana. Muitos dos ali presentes eram professores da Educação Básica que, ao se deparem com assuntos como preconceito em relação a pessoas LGBTQIA+, faziam um certo silêncio em relação a sexualidade humana e, aqueles poucos que se arriscavam a falar, não tinham uma opinião formada em relação à temática. A visto disto e frente aos questionamentos provocados pelo tema transexualidade, escolhi realizar meu trabalho de conclusão da especialização, com o título “invisibilidade trans no espaço escolar e aproveitei para aprofundar os estudos submetendo-o como objeto de pesquisa para projeto de Mestrado no Programa de Educação.

No ano de 2021, ingressei no Programa de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Nove de Julho, junto ao Grupo de Pesquisa Filosofia, Educação e Formação Humana – LIPEFH. Nesse período, participei do IV Encontro do evento “Tecendo Saberes”, promovido pelo referido grupo e apresentei o trabalho que se tornaria meu objeto de pesquisa. Percebi naquele momento que os participantes do evento, em sua maioria professores e gestores da Rede Estadual de Ensino, não compreendiam o fenômeno que envolve a sexualidade humana. No decorrer do encontro, alguns participantes manifestaram suas dificuldades em estabelecer um diálogo que garantisse aos estudantes o respeito de como cada indivíduo vivencia sua sexualidade. Dessa forma, percebi que era preciso não apenas discutir preconceito, mas compreender a forma como coordenadores pedagógicos e professores entendem o fenômeno da transexualidade e como essa compreensão pode interferir na vida escolar de alunas e alunos.

A partir do exposto e sabendo das inúmeras dificuldades que pessoas LBGTQIA+ sofrem na sociedade, assunto que será tratado mais à frente nesta pesquisa, faz-se necessário apontar a importância da Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais que aconteceu em Brasília, de 05 a 08 de junho de 2008, com o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.

A Conferência foi precedida de reuniões estaduais, municipais e regionais e fez parte da agenda de eventos do Brasil para a comemoração dos 60 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. O objetivo principal da Conferência era o desenvolvimento e a criação de um plano nacional para promover a cidadania e o respeito aos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros e, também, fortalecer o programa Brasil sem homofobia (BRASIL, 2008). Este programa será tratado no segundo capítulo deste trabalho. No que se refere à educação, a conferência propunha:

- 1) 1ª) Elaborar diretrizes que orientem os sistemas de ensino na formulação e na implementação de ações que promovam o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero e colaborem para a prevenção e a eliminação da violência sexista e homofóbica
- 2ª) Promover e apoiar articulação permanente entre as diversas instâncias do Estado, os sistemas de ensino e a sociedade civil organizada, para a formulação, a implementação e a avaliação de ações e programas de inclusão socioeducacional voltados a promover o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e de

identidade de gênero;

- 3ª) Propor e estimular medidas que assegurem a estudantes e profissionais da educação de travestis e transexuais o direito de terem seus nomes sociais nos documentos oficiais das instituições de ensino e de usufruírem as estruturas dos espaços escolares em igualdade de condições e em conformidade com suas identidades de gênero (BRASIL, 2008 p.25).

Na segunda Conferência, que ocorreu entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, tendo como nome Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, foi estabelecido as cinco diretrizes referentes à educação.

1 - Criar diretrizes nacionais que orientem os sistemas de ensino, em todas as modalidades e níveis educacionais, na formulação de ações e políticas que promovam o respeito e o reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, bem como elaborar, implementar medidas legislativas, administrativas e organizacionais para assegurar a execução e a sustentabilidade dessas ações e políticas.

2 - Estimular, fomentar e fortalecer a criação de grupos e núcleos de estudo nos diferentes níveis de ensino, através de financiamento público, da promoção, da articulação e da parceria entre o poder público, sociedade civil organizada, instituições de pesquisa e extensão e universidades, 111 objetivando: (a) mapear ações inovadoras desenvolvidas em defesa da promoção da cidadania LGBT; (b) criar indicadores para a avaliação e monitoramento de políticas públicas para LGBT nas diferentes esferas governamentais; (c) analisar concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas nos espaços de educação; (d) identificar a situação da população LGBT nos sistemas de ensino.

3- Garantir, nas três esferas de governo, a realização de cursos interdisciplinares, preferencialmente presenciais, de formação inicial permanente e continuada e em serviço para todos os profissionais de educação, e conselheiros ligados à educação das escolas públicas. Esses profissionais devem desenvolver projetos de intervenção pedagógica nos espaços educacionais e discutir a inclusão nos currículos das temáticas relativas à orientação sexual e à identidade de gênero, formando multiplicadores, respeitando as especificidades locais e regionais. Fomentar a avaliação, a elaboração, produção e distribuição de materiais de referência (obras científicas e literárias) e didático-pedagógicos, nas três esferas de governo, que abordem as temáticas e promovam o reconhecimento e a valorização da diversidade sexual e de gênero, considerando o lugar de fala de LGBT e acessibilidade para pessoas com deficiência, destinados à formação de profissionais e demais áreas, a utilização em sala de aula, biblioteca e salas de leitura. A formação e os materiais devem estar acessíveis em linguagens e

formatos alternativos (libras, Braille, letras ampliadas, em formato digitalizado e audiovisual com legenda).

4 - Criar, fomentar e garantir, o acesso e a permanência de estudantes e profissionais LGBT nos espaços educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino, combatendo a discriminação e o preconceito, respeitando a livre orientação sexual e identidade de gênero. por meio de programas e ações específicas.

5 - Realizar, fomentar e apoiar prêmios de práticas e iniciativas, concursos e campanhas e outros eventos, divulgação de calendário de lutas LGBT, pesquisas e material didático, respeitando as especificidades, as diferentes linguagens (públicos e mídia), em formatos acessíveis e alternativos para maior visibilidade aos LGBT e promover o respeito e o reconhecimento da diversidade sexual e de expressões e identidades de gênero. (BRASIL, 2011c p.112).

A terceira Conferência sobre Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros é a última edição do evento e ocorreu nos dias 24 a 27 de abril de 2016. Entre as recomendações aprovadas na conferência, com destaque especial no campo da educação, estão:

1) Promover políticas que viabilizem o acesso, efetivem a permanência e combatam a evasão de estudantes LGBT, notadamente travestis, transgêneros, transexuais e não binários a todos os níveis de ensino e modalidades, garantindo condições materiais para essas e esses estudantes.

2) Propor ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a elaboração de diretrizes curriculares no sistema de educação básica e superior, voltadas à inclusão da temática gênero, LGBT, diversidade sexual e identidade de gênero na agenda escolar, a fim de colaborar para a promoção do reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero e para a prevenção e eliminação das violências sexistas, lesbofobias, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas no ambiente escolar.

3) Garantir a execução das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos e dos Planos Estaduais de Educação em Direitos Humanos no que tange à diversidade sexual e de gênero como tema transversal na organização curricular de cursos de todas as áreas de conhecimento, formação inicial, continuada, extensão, lato sensu e stricto sensu

4) Formar equipes multidisciplinares para incluir nas diretrizes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a perspectiva da diversidade sexual, de gênero e de identidade de gênero dos diversos arranjos familiares, incluindo nos programas de constituição de acervos

das bibliotecas escolares obras científicas, literárias, filmes e outros materiais que contribuam para a promoção do respeito e do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero para os públicos infanto-juvenil e adultos. (BRASIL, 2016b p. 33).

Ao analisar o conteúdo da palestra de abertura da primeira conferência, percebi que o primeiro palestrante mostrou interesse em citar e explicar a diferença entre sexualidade e gênero. Em todas as edições da conferência a proposta com foco na educação demonstra o compromisso contínuo dos participantes em incluir especificamente pessoas transexuais, mencionando-as em todas as diretrizes, promovendo não apenas o respeito, mas também, ações e políticas educacionais, assim como a formação continuada de profissionais da educação para que tenham um melhor conhecimento e execução de procedimentos diante de pessoas trans, assunto que será apresentado no segundo capítulo deste trabalho.

Há que se frisar que durante as conferências foi bastante destacado que são importantes as garantias de que os termos “gay” ou “homofobia” sejam sempre acompanhados de outras nomenclaturas como “lésbica”, “bissexual”, “transgênero”, “lesbofobia” e “transfobia”. O posterior uso da sigla LGBT dá visibilidade à diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero existentes.

Em seguida, serão apresentados alguns esclarecimentos sobre os conceitos de sexualidade e gênero.

1.1 Conceitualizações sobre sexualidade e gênero

Os termos sexualidade e gênero causam diversas incompreensões, sendo assim, é preciso atentar-se para algumas explicações a respeito de sexo e gênero e como as ciências os definem. Oka e Laurenti (2018) apontam que as ciências biológicas compreendem os seres humanos em duas categorias básicas chamadas de sexo e que esse fenômeno se dá a partir de uma combinação de características, anatômicas, genéticas e fisiológicas e que fazem parte do sistema reprodutor, os genitais e os cromossomos, de possível identificação ainda no período gestacional, por meio de exames de ultrassonografia, ou no momento do nascimento. Assim, os indivíduos que nascem com o par de cromossomos XX, útero, vagina e ovários pertencem ao sexo feminino; já aqueles que nascem com par de cromossomos XY, tendo pênis, testículos e próstata, produzem espermatozoides, são pertencentes ao sexo masculino. Entretanto, Oka e Laurenti (2018) afirmam que existem casos em que pessoas, desde a gestação, desenvolvem

características biológicas de ambos os sexos, assim como cromossomos, genes, hormônios e órgãos internos e externos e são denominadas de intersexo.

A sexualidade humana, de acordo com as ciências humanas, deixou de ser vista apenas pelas diferenças biológicas, entre o masculino e feminino, possibilitando assim a realização de pesquisas que fossem além do fator biológico, trazendo à tona questões relativas ao gênero, em que o masculino e o feminino não estariam ligados, de forma obrigatória, com o sexo. (MELO; SOBREIRA, 2018).

De acordo com o exposto acima, para as ciências humanas o masculino e o feminino são caracterizados a partir da construção histórica, social e cultural e, nessa construção, leva-se em conta, não de forma única, os aspectos que incluem os papéis de gênero em um determinado ponto da história e de um grupo social em que são nomeadas algumas atitudes como masculinas ou femininas. Sendo assim, características como fragilidade, cuidado e sedução foram especificadas como do gênero feminino e atitudes como força, coragem e proteção do masculino, fazendo com que indivíduos obedecessem, e ainda buscam obedecer, a formas pré-estabelecidas socialmente e, desse modo, assumindo os lugares determinados pela norma social. (OKA; LAUREANTI, 2018).

Acontece que a noção da diferença entre sexo e gênero é recente na história, resulta em séculos de compreensão do primeiro como sinônimo do segundo, estabelecendo uma falsa simetria em que comportamentos e papéis pré-determinados são esperados de um indivíduo de uma certa categoria biológica, cujas características são cristalizadas entre masculino ou feminino. Um exemplo dessa ocorrência, encontra-se nas figuras de Maria Quitéria, uma heroína de guerra, tendo participado da guerra da independência do Brasil, que transgrediu os limites entre seu sexo e o comportamento esperado, vestindo-se com roupas masculinas para participar da conflagração. (JESUS, 2012).

É importante lembrar que, a partir da visão das ciências humanas, a compreensão de cada indivíduo sobre si mesmo não depende do sexo, e que a este fenômeno se dá o nome de identidade de gênero, podendo assim cada pessoa se reconhecer como cisgênero, transgênero e não-binário. O indivíduo cisgênero é aquele que se identifica com o sexo biológico de seu nascimento; e aqueles que não se identificam com o seu sexo biológico são denominados transgênero. Em contrapartida, existem aqueles que não se enquadram na binaridade masculina ou feminina e são denominados não-binários. (JESUS, 2012).

Ocorre que identidade de gênero difere de orientação sexual. “Orientação sexual se refere à atração afetivo-sexual por alguém de algum/ns gênero/s.” (JESUS, 2012, p. 22), podendo ser heterossexuais, homossexuais e bissexuais. Com isso, o sujeito que se identifica

como heterossexual é aquele que tem a atração por alguém do gênero oposto; já a pessoa homossexual se sente atraída por alguém de seu mesmo gênero; e existem aqueles que sentem atração por ambos os gêneros que são denominados bissexuais. (SIQUEIRA; KLIDZIO,2021). Todavia, é importante dizer que para Jesus (2012), há inúmeras possibilidades pelas quais as pessoas podem manifestar suas relações com os outros e que não se limitam apenas ao fator sexual, tendo também os aspectos afetivos, em que são utilizados os termos heteroafetivo, homoafetivo e biafetivo.

Considerando essas possibilidades, serão apresentados a seguir alguns aspectos provenientes da mitologia e da história brasileira de como a transexualidade foi concebida em diferentes períodos e como essas pessoas foram recebidas no meio social em que viviam, oportunizando, assim, uma reflexão da trajetória de pessoas transexuais.

1.2 Dispositivos legais

Antes de apresentar os dispositivos legais acerca da população LGBT, é preciso verificar um aspecto de grande importância na Constituição Federal (1988) que estabelece:

Art. 1º. A República Federativa do Brasil, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III – a dignidade da pessoa humana; DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Assim sendo, é possível observar que desde a década de 1980, com a elaboração de uma nova constituição, todas as pessoas têm o direito à liberdade e que todos são iguais perante a lei. Entretanto, mesmo a constituição legitimando essa garantia dos direitos da pessoa humana, a sociedade brasileira ainda vive de forma desigual e os direitos não são garantidos a todos e todas. Na esfera jurídica, pessoas transexuais sempre tiveram dificuldades em ter seus direitos respeitados.

O estado de São Paulo foi o primeiro estado brasileiro, por meio da Lei nº 10.948, de 2001, a criminalizar a LGBTQIfobia (SÃO PAULO 2001). Apesar disso, os principais direitos LGBTs do país foram decisões tomadas pelo Poder Judiciário, já que no Poder Legislativo muitos dos projetos ficam sem finalização em suas tramitações. Isso ocorre devido aos obstáculos colocados para a votação por parte de uma ala conservadora, que faz uso de recursos para adiar ou obstruir a votação de projetos que favorecem a comunidade LGBT. Em 2011, a senadora Marta Suplicy apresentou o projeto de lei nº 612/2011 que tinha como objetivo o

reconhecimento da união estável entre pessoas do mesmo gênero e, a possibilidade posterior de conversão dessa união em casamento civil. Depois de oito anos de tramitação no Senado, o projeto foi arquivado ao fim do mandato da então senadora (BRASIL, 2011b). Igualmente, como o projeto mencionado acima, o projeto de lei nº 7.582/2014 que criminaliza a LGBTQIfobia no Brasil também se encontra em tramitação no Congresso Nacional há sete anos. (BRASIL, 2019). Entretanto após o Superior Tribunal de Justiça, entender as omissões do governo em estabelecer uma lei de combate a LGBTfobia, o mesmo no dia 13 de junho de 2019, decidiu pela criminalização da homofobia e da transfobia, com a aplicação da Lei do Racismo (7.716/1989), sendo assim um Marco na luta pela diversidade no Brasil.

No dia 5 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou como procedentes a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, que pediam o reconhecimento, em nível nacional, das uniões estáveis entre pessoas do mesmo gênero. Com essa decisão, os cartórios brasileiros não poderiam mais se recusar a fazer os registros de tais uniões, o Supremo reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, possibilitando a adoção de menores de idade por esses casais. (BRASIL, 2011).

O estado da Bahia foi o pioneiro na autorização de casamentos entre pessoas de mesmo gênero, em 10 de outubro de 2012, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJ-BA) publicou em seu Diário Oficial (DOE BA) uma medida que determinava que os cartórios não poderiam negar pedidos de registro de casamento homoafetivo (BAHIA, 2012). No dia 18 de dezembro do mesmo ano, o TJ-SP tomou a mesma iniciativa publicando em seu Diário Oficial Eletrônico (E-DOE SP) uma norma regulamentando o casamento entre pessoas do mesmo gênero (SÃO PAULO, 2012). Em 14 de Maio de 2013, por meio de resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi autorizado nacionalmente o casamento homoafetivo (CNJ, 2013). No que se refere às pessoas transexuais o Conselho Federal de Psicologia (CFP), por meio da Resolução 01/2018, proibiu a prática de supostas terapias de conversão de identidade de gênero. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

No dia 1 de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou como procedente a ADI 4275, que garantiu que transexuais pudessem alterar seu prenome e gênero nos registros civis, sem necessidade de aguardar a realização dos procedimentos médicos de afirmação de gênero (BRASIL, 2018). Em 13 de junho de 2019, o STF julgou como procedentes a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) e o Mandado de Injunção (MI) 4733, que pediam o reconhecimento de mora do Poder Legislativo em aprovar uma lei de criminalização da LGBTQIfobia no Brasil. E, enquanto tal lei não fosse sancionada, que as condutas

LGBTQIfóbicas fossem interpretadas segundo a Lei nº 7.716, de 1989, que trata de racismo, sendo, na prática, criminalizada no país a partir daquela data. (BRASIL, 2019).

Conforme as informações apresentadas, é possível verificar quão grande é a luta de pessoas LGBT para terem seus direitos civis garantidos. Nota-se que no Brasil, mesmo por meio jurídico, os direitos à adoção, registro de união estável, casamento, adoção de menores de idade, proteção legal contra discriminação e, no caso de pessoas trans, a alteração de prenome e o acesso aos procedimentos médicos de afirmação de gênero, é preciso muita luta para fortalecer tais garantias e mais projetos no Congresso Nacional que possam oportunizar esses avanços. É fundamental que haja o comprometimento do Poder Legislativo em promover esses direitos. Entretanto, ainda que se tenha o compromisso de fazer valer os direitos civis e o reconhecimento de pessoas LGBT como cidadãos, ainda mantém na sociedade um grande histórico de perseguições referentes a pessoas LGBT, principalmente aqueles indivíduos que se encontram em desacordo com as normas de gênero impostas pela sociedade. Por este motivo a seguir serão apresentados os percursos históricos da transexualidade provenientes da mitologia e da história brasileira, a fim de oportunizar, uma reflexão da trajetória de pessoas transexuais.

1.3 Breve percurso histórico da transexualidade

A transexualidade é um tema bastante discutido, entretanto, esse não é um assunto que surgiu apenas na contemporaneidade. É possível verificar em registros históricos que o fenômeno da transexualidade é tão antigo quanto se possa imaginar, sendo apresentado antes mesmo da criação do termo “transexualismo”, tendo em vista que nos contos mitológicos a transexualidade já comparecia nas histórias das divindades. (MOREIRA; MARCOS, 2019). Como se observa em Hermafrodito, divindade grega filho de Hermes e Afrodite, possuidor de uma beleza extraordinária, que e se negava a corresponder ao amor de uma ninfa. Ela acaba entrelaçando-se ao corpo do seu amado e fazendo com que ficassem unidos para sempre. Um só corpo contendo as duas naturezas, masculino e feminino. (MOREIRA; MARCOS, 2019).

De acordo com Correa (2020), em diversas sociedades não ocidentais, a questão de gênero é constituída de uma experiência sacra e mística, diferente da dicotomia presente nas sociedades ocidentais. O autor aponta que no Hinduísmo, por possuir uma vasta coletânea de histórias mitológicas a respeito da transexualidade, a religião utiliza-se desse recurso para explicar sobre Hijras, uma comunidade religiosa de indivíduos que usavam trajes femininos e que nasceram com o sexo biológico masculino, ou que nasceram mulheres que não possuíam a capacidade reprodutiva, tendo assim um chamado divino para servirem em total abstinência

sexual à deusa Bahuchara Mata. Uma deusa da mitologia hindu que foi vítima de abuso sexual sofrido por ladrões enquanto andava pelas florestas e, com isso, ela acaba castigando-os e transformando-os em Hijras- (CORREA, 2023).

Correa (2023) informa, ainda, que mesmo tendo explicações na própria cultura, algumas divindades que apresentam ambiguidade em seu gênero, sofrem discriminação e violência por parte da população, assim como Shiva, que tem uma de suas formas mais conhecida como “Ardahanarisvara”, que é representado por um indivíduo metade mulher e metade homem, as Hijras. Da mesma forma como na Índia e na Grécia antiga, o Brasil guarda em seus registros históricos muitos documentos que atestam a presença de transexuais em território nacional.

Segundo Mott (1988), após analisar o Tratado Descritivo do Brasil de 1587, em seus registros identificou pistas que apontavam para a existência de pessoas transexuais no século XVI, nomeadas de Cudinas, que eram homens que poderiam ser classificados como transexuais nos tempos atuais. Verifica-se, como anota o autor, que no Tratado as menções são depreciativas, comparadas a “demônios” (p.307), e referindo-se a elas no gênero masculino., também mostra que eram tratadas da mesma forma que as mulheres cisgêneros, conforme observa-se em seus dizeres:

[...] vestem-se e se enfeitam como mulheres, falam como elas, fazem só os mesmos trabalhos que elas fazem, trazem jalatas, urinam agachados, têm marido que zelam muito e tem constantemente nos braços, prezam muito que os homens os namorem e uma vez cada mês, afetam o ridículo fingimento de se suporem menstruados [...]. (MOTT, 1988, p. 16).

Em 1591, nos registros históricos da primeira visita do Santo Ofício à Bahia, é possível encontrar a figura de Francisco Manicongo (Xica Manicongo), que desafiava os padrões de gênero, saía às ruas vestida de mulher e exigia ser tratada no feminino. Foi denunciada ao tribunal inquisitório e acusada de transgressão por vestir-se com roupas do gênero oposto (MOTT, 1992). Na mesma visita de 1591, Mott (1992) aponta que a escrava transexual Joana, assim como Xica, foi denunciada e acusada dos mesmos crimes por se vestir e comportar-se de maneira feminina.¹

Com o aumento da presença de pessoas transexuais transitando pelo país, exigia-se uma vigilância cada vez maior, tanto da parte da sociedade, dos mecanismos sociais do pudor e da

¹ Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça, capelão fidalgo del Rey nosso senhor e do seu desembargo, deputado do Santo Ofício. Denúncias da Bahia, 1591-1593, São Paulo, Editora Eduardo Prado, 1925, pp. 406-407; Luiz Mott, “Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colonial”, Revista de Antropologia da USP, 35 (1992), pp. 169-190.

vergonha, e do controle do poder policial. Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1711, previa-se uma multa no valor de 100 cruzados aos homens que se vestissem com trajes femininos, e expulsos da região- (SANTOS, 1997).

Nos registros policiais da Bahia do século XIX é possível encontrar inúmeras repressões feitas aos escravos que se vestiam de forma contrária ao seu gênero de nascimento. No dia 22 de fevereiro de 1854, a polícia de Salvador prendeu Manoel Francisco porque vagava pela cidade vestido de mulher (SANTOS, 1997). Outro caso é o de João Paulo, que foi detido no dia 25 de abril de 1865, porque foi encontrado vestindo camisa de algodão e saia de mulher, sendo classificado no boletim de ocorrência como incorrigível pelo fato de já ter sido punido pelo mesmo motivo e, não ter alterado seu comportamento. (SANTOS, 1997).

Além dos registros policiais, Santos (1997) identificou a presença de pessoas transexuais por meio de alguns jornais impressos do século XIX. Em 25 de abril de 1875, o Jornal da Bahia trazia a reportagem sobre a prisão de Rosalina que, por meio de uma agência portuguesa, havia conseguido trabalho e moradia na casa de uma família em Salvador. O autor enfatiza que na reportagem a figura de Rosalina é apresentada como uma ameaça em potencial, pois, ao passar despercebida pelas pessoas, estaria usando roupas do gênero oposto para cometer crimes. E, por ter uma voz feminina e ousar mover-se livremente em trajes de mulher, contribuiu para que sua identidade não fosse contestada pela população. Entretanto, ao ser observada pelo filho do patrão enquanto tomava banho, acabou denunciada para as autoridades policiais.

No dia 25 de setembro de 1866, o jornal O Alabama, através de um ofício ao delegado de polícia, informava que na rua dos Carvoeiros morava um crioulo conhecido por José do Ouro, sócio do Jovita, o qual tinha o desaforo de "pôr-se nu em casa, amarrar um lenço à cabeça, à laia de crioula, deitar argolas nas orelhas, colares nos braços, embrulhar-se n'um xale ou pano da costa e ir para janela." (SANTOS, 1997, p. 12).

Não diferente do período colonial, no período da Ditadura Militar muitas foram as perseguições às pessoas transexuais, gays, lésbicas e bissexuais, em que eram acusados de comportamentos subversivos e, por este motivo, causariam, grande perigo à segurança nacional, à família, à moral e aos bons costumes. Muitas das violências dirigidas a essas pessoas se justificavam por tais acusações, sendo elas privadas de seus direitos como trabalho e o direito de expressar sua sexualidade. (SILVA e BRITO, 2017).

Com o avanço das políticas restritivas à liberdade de expressão surgiram muitos jornais ditos como alternativos, tendo papel fundamental na oposição ao regime estabelecido no país. Dentre eles, ressalta-se o Lampião da Esquina, que trazia em suas edições conteúdos referentes

à sexualidade e gênero, promovendo um trabalho de conscientização e fazendo inúmeras denúncias da violência sofrida pela população LGBT.—Pode ser considerada um marco no movimento LGBT no território nacional, pois influenciou a criação do primeiro grupo de ativismo gay no Brasil, denominado SOMOS: Grupo de Afirmação Homossexual, fundado em São Paulo, em 1979. Silva e Brito (2017), salientam que:

O Lampião teve tiragem de 15 mil exemplares e é uma importante fonte histórica para os estudos sobre as representações, o ativismo e a repressão da população LGBT durante o regime militar. A análise desse periódico permite, por um lado, conhecer a resistência às ações violentas do regime autoritário contra travestis/ transexuais. Por outro lado, possibilita compreender como a travestilidade e a transexualidade estavam sendo representadas no imaginário de um jornal homossexual em pleno Estado de exceção no Brasil. (SILVA e BRITO, 2017, p. 217).

Os autores alegam que na época, por mais que o jornal tenha sido de fundamental importância para o desenvolvimento de pautas em relação à sexualidade, por vezes, reforçava estereótipos e preconceitos em relação aos travestis e transexuais. Na edição de n. 4, de setembro de 1978, na página 8 do Lampião há uma reportagem sobre as travestis, assinada por Rafaela Mambaba em que o trecho da reportagem diz: “[...] além de ativa, a nossa rapaziada é criativíssima. Basta olhar. Com beijos, plumas e algum paetê”. (LAMPIÃO, 1978 p. 08) O trecho distingue duas questões: uma, o uso indevido da palavra “rapaziada” em referência aos travestis; e outra, relacionar a atividade sexual ao sexo ativo (o que penetra), sem considerar outras possibilidades de expressão sexual da travestilidade.

O que marca o fenômeno sobre a transexualidade na sociedade moderna aconteceu em 1952 na Dinamarca, quando o Dr. Cristian Hamburger, médico endocrinologista, foi o responsável pela cirurgia de mudança de sexo em um jovem de 28 anos chamado George Jorgensen. Entretanto, somente em 1966 foi que o sexologista Harry Benjamin criaria o conceito de transexualismo, tendo afirmado que era inadequado determinar o sexo do indivíduo somente nas diferenças anatômicas e que questões psicológicas e sociais também estariam envolvidas. (MARCIA; ZAHNHAFT; MURTA, 2008).

No Brasil, o primeiro registro em relação a cirurgias de mudança de sexo ocorreu no ano de 1959, o fato foi noticiado pela revista O Cruzeiro. A jovem Maura Maria que, ao nascer, foi-lhe atribuído o sexo biológico masculino não se identificava com essa designação, e passou por duas cirurgias aos 18 anos para adequação de seu gênero. De acordo com a notícia, Maura Maria foi submetida à cirurgia em sua cidade natal, Itajaí- SC, tendo como médico responsável o Dr. José Eliomar da Silva. (PREU e BRITO, 2018).

Na década de 1970, segundo Preu e Brito (2018), um caso ficou nacionalmente conhecido quando o médico Dr. Roberto Farina realizou o procedimento de redesignação sexual no paciente Valdir Nogueira, no hospital público Oswaldo Cruz na cidade de São Paulo, e foi preso e acusado de práticas de lesões corporais, mesmo tendo obtido sucesso no procedimento.

A homossexualidade, até o ano de 1973, era classificada como uma doença psiquiátrica. Conforme Preu e Brito (2018), a Associação Americana de Psiquiatria (APA) deixa de considerá-la oficialmente como transtorno mental em 1975, estabelecendo-se que a homossexualidade faz parte da manifestação da sexualidade humana.

Em 1980, a homossexualidade é retirada da lista de doenças mentais do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III) e, somente em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) a exclui do rol das patologias e a remove da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID - 11) (PREU e BRITO, 2018).

Tendo sido a homossexualidade extraída dos manuais como patologia, a transexualidade passa a fazer parte da terceira edição do DSM em 1980, com o nome de Transtorno de Identidade de Gênero (TIG). No entanto, no ano de 2013, na quinta versão do DSM, e que é utilizada até o momento, a transexualidade deixa de ser nomeada como Transtorno de Identidade de Gênero e passa a ser conhecida como Disforia de Gênero.

Após muita pressão por parte de movimentos sociais em defesa dos direitos LGBT, nos anos 2000 foi estabelecida uma nova atualização no CID em que se redefiniu transexualidade como incongruência de gênero, retirando o caráter patológico da transexualidade. No dia 18 de junho de 2018 foi publicado a versão final da CID-11 (COACCI, 2020).

Na atualidade pessoas transexuais vem cada vez mais ocupando seus lugares de direito como cidadãos, isso pode ser visto no que se refere ao esporte, pois após o Comitê Olímpico Internacional (COI) aprovar a participação de pessoas transexuais em esportes de alto rendimento, a atleta Tiffany foi liberada pela FIVB (Federação Internacional de Vôlei) e pela CBV (Confederação Brasileira de Vôlei) para participar da competição porque estava dentro das regras internacionais do COI, sendo considerada a primeira, todavia no ano de 2019, no dia 27 de março, durante a partida Voleibol entre as equipes do Sesc-RJ e Sesi-Bauru, o técnico Bernadinho – comandante da equipe carioca e também técnico da seleção brasileira masculina da modalidade foi flagrado pelas câmeras televisivas do canal por assinatura Sportv ao reclamar indignamente para um de seus assistentes sobre a performance da jogadora da equipe rival: “*Um Homem... é f#!?*” (Veja, 27 de mar. de 2019:s.p.) Em sua defesa, Bernadinho, alegou que

seu comentário havia sido mal interpretado: *“me referia ao gesto técnico e ao controle físico que ela tem, comum aos jogadores do masculino e que a maior parte das jogadoras não tem. Sempre trabalhei e tentei ajudar com meu trabalho diversos jogadores e jogadoras sem qualquer tipo de preconceito”* (O Tempo, 27 de mar. de 2019:s.p.). No mesmo dia 27 de março, a ex-jogadora de vôlei Ana Paula Henkel, que se tornou uma das vozes mais atuantes no combate à participação de pessoas trans no esporte, imediatamente saiu em defesa de Bernardinho ao questionar a incorporação da atleta transgênero na equipe profissional: *“leio que a militância a favor de trans no esporte feminino, e contra as mulheres, atacou Bernardinho por ele ter dito a verdade, que Tiffany tem um ataque de homem. Minoria barulhenta que quer empurrar a todo custo que sentimentos são mais importantes que fatos e biologia. Não são”* (Lance, 29 de mar. de 2019:s.p.) a seguir serão apresentados os impactos da violência e da transfobia, provenientes do preconceito da sociedade.

1.4 Violência e transfobia

Muitas foram as lutas da comunidade LGBTQIA+, principalmente no que se refere a pessoas transexuais, não apenas em seus direitos civis e acesso à saúde, mas o direito de expressar sua sexualidade, como qualquer outro indivíduo. É importante ressaltar que a dificuldade encontrada por pessoas trans no país é decorrente do preconceito e da visão estigmatizada por parte da população. Preconceito pode ser definido como:

[...] um conteúdo específico dirigido ao seu objeto e por um determinado tipo de reação frente a ele, em geral, de estranhamento ou de hostilidade. Ao conteúdo podemos chamar de estereótipo, cujo significado inicial pode ser remetido à máquina de reproduzir tipos utilizada pela imprensa, que deve, portanto, reproduzir fielmente as letras, mas que passou a ganhar o sentido também daquilo que é fixo, imutável. No caso do preconceito, é neste último sentido que ele deve ser entendido. (CROCHÍK, 1996, p. 49).

Ainda de acordo com Mezan, por sua vez entende que o preconceito:

[...] é o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial, definidora da natureza do grupo e, portanto, adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem. (MEZAN, 1998, p. 226).

Destarte, por ser algo de cunho preconceituoso, o tratamento estereotipado, palavras, brincadeiras e comentários pejorativos causam estigmas. O estigma pode ser definido como:

[...] atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável – num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1981, p. 6).

O preconceito e o estigma vivenciados por pessoas trans contribuem para aumentar a violência sofrida por eles. O Brasil é considerado o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ em todo o mundo. No ano de 2021 foram contabilizadas 237 mortes em território nacional em razão da orientação sexual e identidade de gênero (GRUPO GAY DA BAHIA, 2021). Em uma comparação com outros estados brasileiros, São Paulo lidera com o maior número de mortes, 42 (14%), seguido da Bahia com 32, Minas Gerais com 27 e Rio de Janeiro, 26 mortes. Acre e Tocantins notificaram apenas um assassinato e Roraima foi o único estado sem registro. (GRUPO GAY DA BAHIA, 2021).

Dados estatísticos do Grupo Gay da Bahia (2021) informam que no ano de 2021 foram registradas 153 mortes gays (51%), seguidos das travestis e transexuais com 110 casos (36,67%), lésbicas com 12 casos (4%), bissexuais e homens trans 4 casos (1,33%), tendo uma ocorrência de pessoa não binária e um heterossexual, este último confundido com um gay. De acordo com o relatório, tanto a polícia como os veículos de comunicação não apresentam com precisão as informações básicas e necessárias das mortes registradas. Butler (2020) informa que às pessoas em situação de vulnerabilidade social é negado o direito ao luto e que em uma sociedade cada vez mais individualizada há uma desvalorização do ser humano, fazendo com que vidas sejam divididas em quais são importantes e quais não são.

O preconceito e a violência estão inseridos em nosso meio, principalmente no que se refere ao espaço escolar. Louro (2003) chama a atenção e aponta que, muitas vezes, a escola atua de maneira segregacionista, separando meninos e meninas em diversas situações, tais como nas atividades da disciplina de Educação Física, filas para o recreio ou saída e nos trabalhos em grupos divididos entre meninos e meninas. A autora informa que o ambiente educacional impõe aos estudantes comportamentos de acordo com o seu gênero, tendo como justificativa as diferenças entre masculino e feminino como algo extremamente natural. “[...] é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz [...]”. (LOURO, 2003 p. 80).

Pesquisa desenvolvida pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2016) mostra que nas escolas brasileiras 60% dos estudantes homoafetivos ou biafetivos e 43% dos estudantes transgêneros se sentem inseguros no ambiente escolar. Entre alunos LGBTQI, 48% já ouviram comentários pejorativos relacionados à orientação sexual ou identidade de gênero, sendo que, 55% declararam que tais comentários se referiam especificamente aos transgêneros. O preconceito em razão de orientação sexual foi vivenciado por meio de agressão verbal por 73% dos jovens e, por agressão física em 27% deles. Entre os alunos transgêneros, 68% deles já sofreram violência verbal e 25% violência física. Além disso, 56% de todos os estudantes LGBTQI já foram vítimas de assédio sexual.

A mesma pesquisa apontou que 58,9% dos estudantes homoafetivos ou biafetivos e 51,9% dos estudantes transgêneros que sofreram elevados níveis de agressão faltaram à escola durante o mês que antecedeu a pesquisa, sendo que para 11,5% de todos os que apresentaram faltas, as abstenções corresponderam a seis dias ou mais. Além disso, 73,7% dos que foram vítimas de altos níveis de agressão por causa da orientação sexual e 67% dos que sofreram essa violência por conta da identidade de gênero apresentaram indícios elevados de depressão (ABGLT, 2016).

Por fim, segundo a Associação, em relação às atitudes tomadas pela escola ou pela família dos estudantes LGBTQI em resposta ao preconceito praticado contra eles, 36% dos alunos acreditam que as medidas da escola foram ineficazes ou inexistentes, 39% afirmaram que nenhum membro da família conversou com qualquer membro da equipe escolar após a agressão; e 64% declararam que a escola não dispõe, em seu regulamento, de quaisquer aspectos relacionados ao acolhimento desses estudantes, ou desconhecem a existência de tais disposições.

Ao avaliar os dados citados da violência e do preconceito no Brasil, Alencar (2018) afirma que é de grande importância que a escola esteja compromissada com o desenvolvimento de um local de estudo que possibilite, além da qualidade de ensino, a promoção do respeito à diversidade, considerando cada indivíduo como ser dotado de subjetividade. Nesta pesquisa, considera-se a subjetividade de acordo com a seguinte definição:

[...] um sistema que organiza e desorganiza o mundo interno e o mundo externo do sujeito, facilita e dificulta o desenvolvimento e o crescimento pessoal, resgata o passado que interfere no agora do presente, prospecta o futuro, desvela e distingue o singular e o especial (DIAS, 2008, p. 61).

A subjetividade para Edgar Morin (2012) é compreendida como a forma única do indivíduo viver, experimentar e conhecer o universo e, com isso, agir sobre ele. Essas qualidades implicam em egocentrismo, não no sentido de egoísmo, mas em sua interpretação epistemológica: colocar-se no centro de seu próprio universo. O autor enfatiza que a ocupação desse centro é implicada pela qualidade de ser sujeito, que é vivenciada de maneira singular. “Cada indivíduo carrega e sente, em sua subjetividade única, singularidade anatômica, fisiológica, imunológica, psíquica, afetiva”. (MORIN, 2012, p. 75).

Morin (2000) define o ensino da condição humana como algo indispensável para a compreensão das pessoas como seres dotados de dimensões física, psíquica e social diferentes entre si, sendo que o contato umas com as outras implica em subjetividades que se encontram em constante construção, contradição e desconstrução. O autor também enfatiza a importância do ensino da democracia, não como a imposição da vontade da maioria sobre a minoria, mas, como a garantia dos direitos individuais, respeitando-se as diferenças de cada um.

Sendo assim, a subjetividade é compreendida como um aspecto de fundamental importância para o estudo da compreensão do docente e do coordenador pedagógico em relação à transexualidade. As questões que envolvem a sexualidade e gênero, assim como o preconceito, fazem parte desse conjunto de características que tornam o sujeito singular em suas perspectivas e ações.

Sabe-se que o preconceito é algo real e presente na sociedade, entretanto, é preciso saber de que forma professores e coordenadores pedagógicos sabem e compreendem esse fenômeno. Em muitos momentos, as instituições escolares encontram-se despreparadas ao estabelecerem suas ações com estudantes trans, pela dificuldade de compreensão em relação à sexualidade humana.

Assim sendo, esta pesquisa propõe como :

Objetivo geral: Analisar discursos sobre transexualidade, produzidos ou reproduzidos por coordenadores(as) pedagógicos e professores do Ensino Médio.

Objetivo específico:

(1) Compreender como tais discursos interferem no trabalho com estudantes transexuais no processo de ensino aprendizagem.

Baseando-se no conceito de subjetividade, para se atingir o objetivo geral desta pesquisa serão considerados os conteúdos dos depoimentos individuais de coordenadores

pedagógicos e de professores que atuam no Ensino Médio a fim de perceber como eles lidam com o assunto aqui pesquisado. Serão também observadas as experiências referentes aos estudantes trans, como meio de analisar o impacto causado em seu contexto escolar.

Concebe-se o como de fundamental importância para se tentar entender a forma como cada profissional compreende o fenômeno e suas interferências nas relações escolares, visto que há um efeito nocivo da violência contra a população transexual. Os procedimentos metodológicos utilizados para se realizar essas análises serão detalhados no capítulo quatro.

1.5 Revisão Bibliográfica: o que dizem as pesquisas

Para realizar esta pesquisa buscou-se verificar os trabalhos acadêmicos produzidos sobre o tema e para este fim foi elaborado um levantamento da literatura especializada. Nos bancos de dados pesquisados os filtros empregados de “Ciências Humanas” e “Educação” para a área do conhecimento; trabalhos apresentados entre os anos de 2016 e 2021, a fim de respeitar o critério de investigações produzidas nos cinco anos anteriores ao início desta pesquisa; e os marcadores foram *transexualidade* e *educação*.

No Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) obteve-se 40 resultados para os marcadores aplicados. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontrados 56 resultados com os termos *transexualidade* e *educação*. No catálogo da *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) os marcadores resultaram em 14 estudos. Na biblioteca da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) localizou-se só um resultado, e com apenas com o termo *transexualidade*. No entanto, este estudo não foi selecionado para a etapa seguinte da busca por se tratar de uma pesquisa voltada exclusivamente a professores transexuais, que difere desta pesquisa que se voltará à transexualidade dos estudantes, entrevistando docentes do ensino médio.

Somando os resultados dos quatro bancos de dados pesquisados foram identificadas 110 pesquisas. Todos os resumos foram lidos a fim de verificar se estavam condizentes com os marcadores utilizados na busca. Porém, constatou-se que a maioria deles não abordava a *transexualidade na educação*, tratavam o fenômeno da transexualidade de uma forma geral. Alguns abordavam a transexualidade no Sistema Único de Saúde (SUS) e a transexualidade no esporte, fugindo, portanto, da temática da presente pesquisa. Outros trabalhos mencionavam apenas os professores transexuais.

Assim, selecionaram-se nove pesquisas para leitura integral, sendo uma da CAPES, sete da BDTD, uma da Scielo, pois, pelo resumo, foi possível verificar a convergência de tais estudos com esta pesquisa no que tange à temática transexualidade na educação. No tocante ao referencial teórico utilizado nessas pesquisas, nota-se que nenhuma delas trabalhou com o pensamento complexo de Edgar Morin, diferenciando teoricamente das demais.

O quadro a seguir traz os números que foram mencionados. Em seguida, realizar-se-á uma apresentação de cada uma das nove pesquisas selecionadas e as principais semelhanças e diferenças entre elas e esta dissertação.

Quadro 1 – Revisão da literatura acadêmica

 Filtros de área do conhecimento: “Ciências Humanas” “Educação”			
Período: 2016 a 2021			
Marcadores	Banco de Dados	Quantidade	Selecionadas
<i>Transexualidade</i> <i>Educação</i>	CAPES	40	1
<i>Transexualidade</i> <i>Educação</i>	BDTD	56	7
<i>Transexualidade</i> <i>Educação</i>	Scielo	14	1
<i>Transexualidade</i>	ANPEd	1	0
Total		110	09

Fonte: Elaboração própria.

A pesquisa de Sylvia Maria Godoy, intitulada “Escola e Transfobia : vivências de pessoas transexuais”, concluída em 2018, propõe a elaboração de um jogo, a ser utilizado nas escolas, para auxiliar alunos e professores na compreensão de questões relacionadas à sexualidade. A autora identificou que pessoas transexuais vivenciam e sofrem com a

hostilização e preconceito por parte dos colegas e da equipe educacional. Amorim informa que ainda existe dificuldade de estudantes e educadores discutirem temáticas que abordam a sexualidade e gênero. Com os relatos obtidos de pessoas transexuais, foi possível a construção de um jogo educativo para o enfrentamento da temática, já que, segundo a autora, as pessoas envolvidas no espaço escolar carecem de entendimento sobre transexualidade. Foram utilizadas entrevistas e análise de história oral para que fosse possível elucidar as experiências de transexuais em seu percurso educacional.

Amorim aponta que com base nas análises feitas, observou-se as várias formas de como essas pessoas sofreram com o preconceito por parte daqueles que o cercavam, tais como alunos e professores e como lidavam com tais situações, as estratégias por eles criadas para enfrentar e desviar-se da transfobia. Para a autora, a escola tem o dever de respeitar a diversidade, porém, isso não ocorre, já que nos relatos obtidos ficaram claras as resistências encontradas na instituição escolar em lidar com a transexualidade.

A pesquisa de Carmen dos Santos Oñoro, de 2019, com o título “A Transexualidade e o Direito à Educação Inclusiva”, propõe um estudo dos parâmetros legais do direito em relação a pessoas transexuais na escola. A autora aponta os desafios enfrentados por pessoas transexuais, principalmente no acesso à escola. Segundo ela, pessoas transexuais fazem parte de um grupo minoritário que sofre com a perseguição e a violência por parte da sociedade. Para a pesquisa foram feitas análises de documentos da Constituição Federal (1988) e os aportes legais a respeito da educação inclusiva. Amorim relata que ainda existem dificuldades em garantir o direito e a segurança de pessoas transexuais na educação, mesmo sabendo que esses direitos são previstos por lei.

A pesquisa de Paulo Ribeiro dos Santos, de 2018, intitulada “Narrativas Travestis e Transexuais: transbordar resistências”. Propõe a investigação das narrativas de pessoas travestis e transexuais, com histórias de infância, percurso escolar e prostituição. O autor analisa a forma como essas pessoas eram recebidas no ambiente escolar, assim como tais situações marcaram a sua trajetória de vida. Sobrinho aponta que a escola é um ambiente que reproduz grande parte do preconceito da sociedade, em que o fator biológico é decisivo no acesso dos estudantes aos ambientes escolares, sendo que os banheiros representam o principal motivo de exclusão por parte dos estudantes. Para o estudo foram feitas entrevistas semiestruturadas a fim de identificar as dificuldades encontradas por alunos transexuais na esfera educacional.

A pesquisa de Camila de Carvalho Ouro Guimaraes, de 2017, intitulada “Inclusão e Integração Social da Criança e do Adolescente Transgênero no Ambiente escolar: um exercício de direito, saúde pública e cidadania”, investigou a compreensão de professores e

coordenadores pedagógicos referentes a estudantes trans em relação às políticas educacionais. A autora informa que muitos dos profissionais da educação são favoráveis à inclusão de estudantes transexuais no espaço escolar, todavia, muitos deles não sabem como abordar o tema, pois ainda é possível encontrar na sociedade muita resistência em discutir tais assuntos. Guimaraes observou que há grande incidência de evasão escolar dos estudantes trans devido à violência e preconceito, assim como a falta de políticas educacionais que promovam o acesso de qualidade desses estudantes. Para o estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais da educação a fim de compreender de que forma eles percebem a inclusão social de estudantes transexuais e a importância de políticas educacionais para o bom funcionamento da diversidade na educação.

A pesquisa de Denise Bastos de Araújo, de 2016, com o título “Olhares e vozes da escola: elementos para a formação de políticas públicas para o respeito à diversidade sexual e de gênero”, investigou o preconceito e discriminação em quatro escolas do estado da Bahia. Com a utilização de vídeos, a pesquisa propiciou que os participantes pudessem, a partir da utilização de questionários, colher as impressões sobre sexualidade e gênero. A autora afirma que o espaço escolar é um ambiente que promove o preconceito e a discriminação. Para o estudo foram aplicados questionários estruturados antes e após a apresentação dos vídeos, participaram estudantes, professores, equipe de apoio e coordenação pedagógica.

No artigo de Tatiane Lima, de 2020, com o título “Educação básica e o acesso de transexuais e travestis na educação superior”, teve como objetivo discutir as questões que envolvem a sexualidade e gênero durante a Educação Básica e como isso pode interferir no acesso ao nível superior. A autora destaca que discutir e refletir sobre questões que envolvem a sexualidade e gênero não são suficientes, é preciso investimento na formação docente, já que muitos estudantes abandonam os estudos por entrarem em contato com o preconceito. Para a realização do artigo foi realizada uma análise documental de trabalhos acadêmicos, pesquisas de entidades não governamentais e notícias em mídias sociais.

Todos os estudos apresentados nesta revisão bibliográfica refletem as perspectivas de alunos, professores e demais membros da equipe escolar frente às questões de sexualidade e gênero e afirmam a necessidade de se compreender cada vez mais a respeito da transexualidade, visto que muitos ainda não compreendem o fenômeno.

A presente pesquisa investiga como professores e coordenadores pedagógicos compreendem a transexualidade, está organizada em quatro capítulos, sendo a Introdução o primeiro deles. O capítulo dois apresentará o papel dos professores e coordenadores pedagógicos e as principais políticas educacionais que surgiram nos últimos anos voltadas ao

combate ao preconceito e outras formas de violência contra pessoas LGBTQIA+ nas escolas do país. O capítulo três abordará em detalhes o referencial teórico em articulação com o tema desta pesquisa para analisar e discutir o discurso dos professores e coordenadores pedagógicos em relação à transexualidade, tendo como base o pensamento complexo e seus operadores, os complexos imaginários e a compreensão complexa. O capítulo quatro detalhará os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, incluindo as razões para a escolha de uma pesquisa qualitativa exploratória com entrevistas abertas. Encerrando a dissertação, serão desenvolvidas as análises deste estudo, seus resultados e as considerações finais.

2 Sexualidade e gênero no ambiente educacional

Para melhor compreender as iniciativas existentes em território nacional, serão apresentados e analisados a seguir alguns marcos brasileiros que contribuem para o combate ao preconceito nas escolas e o papel que desempenham na luta pela permanência de pessoas trans no espaço escolar. São eles: o papel do coordenador pedagógico e de professores na educação e sua interface com questões de gênero; o Programa Brasil Sem Homofobia; Diversidade e o Projeto Escola Sem Homofobia. Para finalizar o capítulo, uma análise será apresentada das repercussões da discussão sobre o preconceito nas escolas na atual Base Nacional Comum Curricular.

2.1 O papel do coordenador pedagógico e de professores na educação e sua interface com questões de gênero.

O espaço escolar é caracterizado não somente pelas questões educacionais, mas também pelas relações humanas, sua organização e administração. Tendo isso em vista, existem muitas discussões a respeito do papel do coordenador pedagógico e professores em relação à gestão escolar. Essas discussões ganham destaque a partir dos anos de 1980 e culminam com a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988). Nos anos seguintes, a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) ratifica que a gestão escolar deve ser pautada por princípios democráticos, com a estruturação do Projeto Político Pedagógico das escolas.

Segundo Rocha (2014), o cargo de coordenador pedagógico para atuar nas escolas municipais paulistas foi criado pela Lei Nº 9.874, de 18 de janeiro de 1985. Desde então, suas funções e condições de trabalho têm sofrido alterações ao longo das gestões que se seguiram, devido, em parte, à descontinuidade das políticas educacionais, que é uma das características de gestões municipais.

As políticas educacionais são pautadas no discurso da qualidade educacional e, com isso, estabelecem o cumprimento de metas com a aplicação de mecanismos de avaliação externa. As avaliações externas provocam alterações nas condições de trabalho dos profissionais da educação. O Estado atribui às escolas a responsabilidade de alterar aspectos da gestão e acaba transferindo aos profissionais da educação a responsabilidade pela produtividade e pela adoção de medidas que sejam eficazes para a resolução dos problemas enfrentados no cotidiano escolar, tais como metas, conteúdos e estratégias previamente determinadas. (GENTILLI, 1999).

Diante disso, Ball (2005) esclarece que, dessa forma, cria-se uma gestão permeada pelo gerencialismo, que consiste em permissividade e acaba gerando relações baseadas na competitividade e na produtividade, fazendo com que se instaure nas instituições a responsabilização do indivíduo por sua capacidade de ser, ou não, eficiente, baseado em valores externos ao processo pedagógico. Isso faz com que a eficácia prevaleça sobre a ética, provocando individualização e destruindo a solidariedade.

Contudo, é importante ressaltar que a Resolução CNE/CP N° 1/2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura, em seu artigo 4º, parágrafo único, trata da gestão como parte das atividades docentes:

As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2006).

O mesmo ocorre no Parecer CNE/CP N° 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, conforme art 10, parágrafo único:

As atividades do magistério também compreendem a atuação e participação na organização e gestão de sistemas de educação básica e suas instituições de ensino, englobando: I - planejamento, desenvolvimento, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos, do ensino, das dinâmicas pedagógicas e experiências educativas; II - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico das áreas específicas e do campo educacional. (BRASIL, 2015).

No município de São Paulo, a Lei N° 14.660/2007 (SÃO PAULO, 2007), publicada na primeira gestão do prefeito Gilberto Kassab, regulamentou o trabalho dos profissionais da educação da rede municipal de ensino. A lei estabelece, em seu artigo 6º, que há duas classes de profissionais na rede: classe de docentes e classe de gestores educacionais. Segundo o artigo 7º da referida lei, compreende-se por classe, para os gestores educacionais, “o agrupamento de cargos de natureza técnica e denominação diversa”. Nesta classe, inclui-se o coordenador pedagógico. Em relação às áreas de atuação, o coordenador pedagógico trabalha com a

Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, sendo um cargo que exige do docente experiência de três anos na Educação Básica.

No segundo mandato da gestão Kassab, período entre os anos 2008 a 2012, é possível verificar que houve preocupação em detalhar e expandir as atribuições do coordenador pedagógico em sua atuação na formação continuada dos professores. Sendo essa proposta muito semelhante às questões de gerencialismo, mencionados acima, pois estabelece uma preocupação acentuada em avaliar impactos e estabelecer metas e estratégias de acompanhamento, que é possível observar no fragmento abaixo:

Identificar, planejar, organizar e executar as propostas e ações voltadas ao processo de formação continuada dos docentes da Unidade Educacional. (SÃO PAULO, 2007). Elaborar o plano de trabalho da Coordenação Pedagógica indicando metas, estratégias de formação, acompanhamento e avaliação dos impactos da formação continuada e cronograma de reuniões com a Equipe Docente para Gestão Pedagógica da Unidade Educacional. (SÃO PAULO, 2009).

As atribuições do coordenador pedagógico, segundo Bell e Penna (2017), podem ser categorizadas da seguinte maneira: formação e atualização, gestão, avaliação, integração e implementação de programas e de projetos.

No que se refere à formação e atualização, o coordenador pedagógico é responsável por ações que ampliem os conhecimentos dos professores da unidade escolar sobre temas educacionais e práticas consideradas relevantes pela SME/SP e pela equipe gestora, a fim de atender necessidades identificadas mediante resultados de avaliações internas e externas. Nesse eixo, o coordenador pedagógico responsabiliza-se pela atualização e divulgação de novas teorias e pesquisas pedagógicas, assim como inovações tecnológicas. (BELL, PENNA, 2017).

Com relação à formação e atualização dos profissionais da educação e conhecendo as implicações referentes à sexualidade e gênero, apontadas no capítulo anterior sobre a violência vivida no espaço escolar devido à orientação sexual e identidade de gênero, no ano 2006 o Ministério da Educação (MEC) criou o curso de formação continuada Gênero e Diversidade nas Escolas, tendo como objetivo aperfeiçoar o trabalho dos profissionais de educação da rede pública de ensino, fortalecendo o seu papel como promotores da cultura do respeito à garantia dos direitos humanos. (BRASIL, 2009a).

Tratando de gestão escolar, o coordenador deve executar diversas funções, tais como, a implementação e elaboração do projeto pedagógico da escola, o controle do trabalho do docente, participação na decisão de questões relacionadas aos recursos financeiros da escola e

sua aplicação. Na avaliação, promove ainda a análise dos resultados das avaliações internas e externas da aprendizagem dos alunos, estabelecendo conexões com a elaboração do Projeto Pedagógico, Plano de Ensino e do Plano de Trabalho da Coordenação Pedagógica. (BELL, PENNA, 2017).

Outra categoria refere-se à integração, isto é o coordenador é responsável por integrar os vários agentes que participam da escola: como equipe gestora, professores, comunidade. Por fim, destaca-se o eixo implementação de projetos e programas propostos pela rede de ensino. Estas ações são voltadas para questões que envolvem a Alfabetização e Letramento, Educação para os direitos humanos, Inclusão, entre outros. (BELL, PENNA, 2017).

Ao analisar as categorias presentes, é possível verificar a importância que tem o coordenador pedagógico na articulação com a equipe docente para que seja possível desenvolver um trabalho de implementação não apenas dos conteúdos relacionados às disciplinas, mas, principalmente, de ações que envolvam os conteúdos transversais contidos na BNCC, como preconceito, orientação sexual e identidade de gênero tem nessa dimensão.

A responsabilidade de promover atividades com os professores que vão além da sala de aula, dessa maneira o seu trabalho poderá contribuir nas ações de combate ao preconceito, porquanto muitos estudantes, como discutido anteriormente, abandonam a escola por encontrarem barreiras que são provocadas pela intolerância à sua sexualidade.

2.2 Programa Brasil Sem Homofobia

O programa do Governo Federal “O Brasil Sem Homofobia (BSH): Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual” teve início no ano de 2004 por meio de uma iniciativa do Ministério da Saúde em parceria com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Com o intuito de efetivar uma das diretrizes propostas no Plano Plurianual 2004-2007 que trata do combate à discriminação contra homossexuais e a garantia de seus direitos (BRASIL, 2003). O lançamento do programa se justifica pela violação dos direitos e garantias fundamentais e violência letal contra homossexuais, travestis e transgêneros. (BRASIL, 2004).

O programa resultou de um trabalho que teve em média a duração de seis meses, foi articulado entre o governo e a sociedade civil com a perspectiva de avanço nos parâmetros das políticas públicas em direitos humanos e integração da população LGBT. Seu objetivo era promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, fomentando, assim, a equidade de direitos e o combate à violência e à homofobia (BRASIL, 2004).

Analisando o conteúdo do documento, observa-se um detalhe importante em seu próprio subtítulo: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual. É possível perceber que, embora sejam feitas menções a gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros, em muitos de seus trechos o documento não possui nomenclatura padrão. Em algumas situações usa-se o termo “GLBT” ou mesmo, “gays”, “lésbicas”, “bissexuais” e “transgêneros” em conjunto; e, em outros locais, apenas o termo “homossexuais”.

As propostas do programa incluem: apoiar projetos de fortalecimento de instituições públicas e ONGs que promovam a cidadania de pessoas GLBT e/ou o combate à homofobia; capacitar representantes do movimento homossexual; disseminar conteúdos sobre direitos e de promoção da autoestima; incentivar a denúncia de violação dos direitos humanos da população GLBT.

Os princípios compreendem a não discriminação de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais nas políticas públicas e estratégias do governo; incentivo à elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao combate à violência em razão da orientação sexual; a reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação.

No que se refere à educação, destaca-se o item V, intitulado “Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não discriminação por orientação sexual”, por meio do qual o governo mantém a promessa de apoiar o desenvolvimento e a implementação de ações educativas voltadas a professores e alunos visando ao combate à LGBTQIfobia no ambiente escolar. (BRASIL, 2004).

As ações recomendadas no item V são: elaborar diretrizes que orientem os Sistemas de Ensino na implementação de ações que comprovem o respeito ao cidadão e à não discriminação por orientação sexual; estimular e apoiar curso de capacitação inicial e continuada de professores na área da sexualidade; organizar equipes multidisciplinares para avaliação dos materiais didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual; erradicação do preconceito; produção de materiais educativos (filmes, vídeos); apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para capacitação de professores; divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana; incentivar a pesquisa e a difusão dos conhecimentos que contribuem para o combate à violência e à discriminação de LGBT. (BRASIL, 2004).

No período em que o BSH foi criado, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação ainda não era voltado de maneira específica aos LGBTQI+. Esta situação

demonstra uma ampliação, por parte da gestão do Conselho, na visão em relação ao preconceito e discriminação na sociedade brasileira. Tendo sido criado em 2001, seu propósito inicial era o desenvolvimento de políticas públicas objetivando, principalmente, a garantia dos direitos civis e individuais de vítimas de violências em função de questões étnico-raciais. (BRASIL, 2001).

Desde 2005, o Conselho vinculou-se à então Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (BRASIL, 2005a). Em 2010, passou a ter como propósito a formulação de diretrizes para o combate à discriminação e garantias de direitos especificamente voltadas à população LGBTQI+. (BRASIL, 2010).

É importante ressaltar que o Programa Brasil sem Homofobia é considerado um marco nacional, tendo a iniciativa do Governo Federal na criação de políticas públicas direcionadas de maneira exclusiva à população LGBTQI+. Levando-se em consideração a época em que foi criado, é possível verificar no documento oficial algumas ideias que, com o passar dos anos e levando em consideração os avanços nas discussões em torno dessa temática, eventualmente possam parecer antiquadas.

Em um primeiro momento, mesmo que essas omissões não tenham sido intencionais, elas podem indicar a ideia de exclusão da população bifaetiva² e transgênera em algumas de suas diretrizes, que pode ser observado com a constatação de que o documento informa, em vários momentos, os termos “homofobia” e “orientação sexual”, mas não faz uso dos termos “bifobia³”, “transfobia” ou “identidade de gênero”.

Na sua justificativa, o BSH afirma que “[...] a violência letal contra homossexuais – e mais especificamente contra travestis e transgêneros – é, sem dúvida, uma das faces mais trágicas da discriminação por orientação sexual ou homofobia no Brasil.” (BRASIL, 2004, p. 16). No tópico “Dúvidas mais frequentes”, cita “identidade sexual” para se referir a transgêneros, mas o próprio termo e a explicação que vem na sequência o confunde com orientação sexual ao dizer que “[...] é o conjunto de características sexuais que diferenciam cada pessoa das demais e que se expressam pelas preferências sexuais, sentimentos ou atitudes em relação ao sexo.” (BRASIL, 2004, p. 29). De acordo com os conceitos independentes de orientação sexual e identidade de gênero apresentados no primeiro capítulo desta pesquisa, pode-se afirmar que os trechos aqui citados levam a uma interpretação errônea de que a transgeneridade seria uma alternativa da homoafetividade.

² quando a pessoa se sente atraída por ambos os gêneros: feminino e masculino.

³ atitude preconceituosa de rejeitar e até negar a existência de pessoas bissexuais.

Mesmo trazendo a exclusão de algumas das variações de sexualidade e gênero ou o uso inadequado entre os termos, é importante frisar que o documento demonstra que em 2004 dava-se início às ideias que, durante os anos seguintes, seriam lapidadas em decorrência de muitos debates sobre a temática LGBTQI+. Contudo, é importante aqui ressaltar que tais equívocos não desmerecem a importância do surgimento de uma iniciativa como o Programa Brasil sem Homofobia para a afirmação de ações que visam garantir a cidadania da comunidade LGBTQI+ brasileira.

A seguir, será apresentado um projeto que tinha como objetivo o combate ao Preconceito e à LGBTfobia, no entanto, gerou uma das maiores controvérsias no meio político brasileiro e acabou sendo arquivado.

2.3 Projeto Escola Sem Homofobia

O Projeto Escola Sem Homofobia, também chamado de *Kit Anti-Homofobia*, foi custeado pelo MEC, tendo sua elaboração feita em parceria a ABGLT, a Pathfinder do Brasil e a ONG Reprolatina. O Projeto tinha como objetivo o desenvolvimento e implementação de programas de combate à homofobia nas instituições escolares. Tendo como princípios a igualdade e o respeito à diversidade, à equidade, à laicidade do Estado, à universalidade das políticas e à justiça social. Sua principal meta era contribuir para o reconhecimento da diversidade e a formação de uma cidadania comprometida com a inclusão dos direitos LGBT (BRASIL, 2011a).

O Projeto visava os seguintes objetivos:

[...] alterar concepções didáticas, pedagógicas e curriculares, rotinas escolares e formas de convívio social que funcionam para manter dispositivos pedagógicos de gênero e sexualidade que alimentam a homofobia; promover reflexões, interpretações, análises e críticas acerca de algumas noções que frequentemente habitam a escola com ‘naturalidade’ [...]; desenvolver a criticidade juvenil com relação a posturas e atos que transgridam o artigo V do Estatuto da Criança e do Adolescente² [...]; e divulgar e estimular o respeito aos direitos humanos e às leis contra a discriminação em seus diversos âmbitos (BRASIL, 2011a, p. 11).

O projeto, em seu caderno de apresentação, dividia-se em três capítulos com diferentes temas que problematizavam a homofobia nas escolas e deveriam ser trabalhados pela equipe

⁴escolar com os estudantes. Os temas descritos abordavam as questões ligadas ao gênero; diversidade sexual; identidade de gênero; orientação sexual; homofobia na escola; enfrentamento do preconceito contra LGBT; história e desafios do movimento LGBT no Brasil e no mundo; estereótipos criados em torno dos LGBT; a discussão de práticas escolares que fomentem a homofobia; construção de PPPs que incluíssem a necessidade do combate à homofobia nos espaços escolares. (BRASIL 2011a).

A proposta metodológica do projeto tinha como foco trabalhar os temas dividindo-os em quatro partes, sendo o primeiro a apresentação de uma situação que estimulasse o debate para o tema proposto; a segunda, a apresentação de um texto com conceitos, considerações críticas e subsídios de pesquisas e estudos referentes ao tema; a terceira, atividades práticas que estimulassem a reflexão dos alunos sobre o tema proposto; a quarta e última, comentários finais, destacando os principais pontos discutidos e sistematizando o conteúdo. (BRASIL, 2011a).

Os *kits* educativos contemplavam três materiais audiovisuais acompanhados de textos, jogos e desenhos complementares ao tema de cada vídeo. Os vídeos apresentavam diferentes situações, sendo a maior parte fictícia, mas uma delas baseada em um caso real, cujos personagens lidavam com a descoberta de sua sexualidade e gênero e, em algum momento, sofriam homofobia, bifobia ou transfobia. Eram retratados nos vídeos personagens homoafetivos, biafetivos e transgêneros. (BRASIL, 2011a).

O Projeto, que jamais foi implementado, previa a distribuição do material de forma gratuita a professores e estudantes da rede pública de Educação Básica em todo território nacional. Em 2011, antes mesmo de seu lançamento, a bancada mais conservadora do Congresso Nacional posicionou-se de forma contrária à distribuição do *Kit* Anti-Homofobia, alegando que o material incentivaria crianças a atividades sexuais e à prática da homossexualidade, apelidado pejorativamente de “*kit* gay”. Isso fez com que se espalhasse pelo país uma forte rejeição à implementação do Projeto.

O ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, deputado federal à época, foi um dos parlamentares que mais se manifestou de forma contrária ao lançamento do projeto (CÉSAR; DUARTE, 2017). Em 2018, o referido deputado Jair Messias Bolsonaro, durante a sua

⁴ “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma de lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990, p. 16).

campanha para ocupar a cadeira da presidência da República, voltou a afirmar que esse tipo de projeto promoveria a sexualização de crianças (RANGEL, 2018).

O movimento de desqualificação das iniciativas de combate ao preconceito em relação à comunidade LGBT nos ambientes escolares demonstra o desconhecimento de seus conteúdos e objetivos ao alegar, de forma errônea, que possam promover a sexualização ou qualquer tipo de incitação à homoafetividade ou transgeneridade.

Conforme demonstram os programas apresentados, suas propostas têm por principal finalidade promover o respeito entre os estudantes, independente da orientação sexual ou identidade de gênero, por meio da produção de eventos culturais, palestras, *workshops* e a construção de materiais didáticos que possibilitem a conscientização da temática e o acesso a todos os indivíduos LGBTQIA+ aos variados ambientes, inclusive os educacionais, além de tentarem quebrar os estereótipos que pairam sobre essa população e de incluírem na formação dos profissionais da educação temas como sexualidade e gênero. Logo, não há qualquer evidência que sustente os falsos argumentos oriundos do senso comum de que esses programas proponham o ensino de práticas sexuais.

O Projeto Escola sem Homofobia, passou por um grande nível de rejeição, marcando assim o início de uma onda conservadora pautada na crítica ao que foi erroneamente denominado ideologia de gênero³. Um dos motivos para isso talvez seja o fato de ser o primeiro projeto que pretendia dialogar diretamente com os estudantes, que pode ter fortalecido a ideia de que se pretendia incitar crianças a atos sexuais. No entanto, outros projetos existentes já visavam o trabalho com profissionais da educação, como o Curso Gênero e Diversidade, que foi mencionado neste trabalho no item em relação ao papel dos professores e coordenadores pedagógicos. Contudo, acredita-se que projetos que estejam voltados diretamente aos estudantes são essenciais para a diminuição do preconceito e transfobia nas escolas.

É possível concluir que o número expressivo de parlamentares da bancada religiosa no Congresso Nacional, somando quase 100 integrantes, e a pressão exercida por essa ala de parlamentares conservadores tenha sido o suficiente para que a então Presidente da República, Dilma Rousseff, vetasse o Projeto Escola Sem Homofobia. A mesma bancada ameaçou votar contra o projeto de lei governistas e apoiar a convocação do então Ministro-Chefe da Casa Civil, Antônio Palocci, à comissão parlamentar para explicar a evolução de seu patrimônio. À época, já existiam seis requerimentos no Congresso nesse sentido. A alegação da presidente ao vetar o projeto foi a de que nenhum órgão do Governo Federal estaria autorizado a fazer, nas palavras dela, “propaganda de opções sexuais” (SANTOS,

⁵2012). Contudo, o próprio termo “opção sexual” já se encontrava em desuso na ocasião dessa declaração, visto que a sexualidade não se trata de uma escolha consciente e deliberada, mas que se manifesta natural e de forma diferente em cada ser humano (BRASIL, 2011a).

É possível reafirmar o compromisso que o Programa Brasil sem Homofobia demonstrou em relação ao combate à LGBTfobia nas escolas. Esses programas demonstram grande relevância, pois auxiliam no desenvolvimento de uma educação que respeita a diversidade, promovendo propostas que garantam a importância de uma revisão dos materiais didáticos e geram, um conteúdo inclusivo e uma formação adequada em relação aos docentes para a desconstrução dos preconceitos.

Diante da discussão apresentada, em seguida serão analisados alguns desses temas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2.4 Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é assim definida pelo MEC:

[...] um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p. 5).

Em sua história, a BNCC tem seu início ainda na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cujo artigo 210 prevê a fixação de conteúdos mínimos para a formação básica no Ensino Fundamental (BRASIL, 1988, p. 124). Do mesmo modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tendo sido aprovada em 20 de dezembro de 1996, regulamenta, em seu artigo 26, uma base nacional comum para o currículo do Ensino Infantil, Fundamental e Médio. (BRASIL, 1996).

No ano de 1997, o Governo Federal lança os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que tinham como objetivo fornecer auxílio para que as escolas pudessem desenvolver seus currículos. Naquele ano, os PCN foram direcionados ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental; em 1998, foram apresentados os parâmetros para o segundo ciclo do Ensino

⁵ Termo utilizado no documento final da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, ocorrida em 2007, para desqualificar o movimento LGBTQI, com base no falso argumento de que, segundo o que o documento chama de ideologia de gênero, “cada um pode escolher sua orientação sexual” (CONSELHOEPISCOPAL LATINO-AMERICANO, 2007, p. 30).

Fundamental; e, em 2000, para o Ensino Médio. (BRASIL, 2018b).

Segundo Vicente (2021), os PCN não obrigavam o cumprimento de suas diretrizes, configuravam-se mais como uma orientação de caráter técnico para o desenvolvimento da Educação Básica. Incentivando a formação continuada de docentes e a modernização das técnicas de ensino. Em relação à educação sexual, o documento trazia a chamada “Orientação Sexual” como tema transversal, sem diretriz para a inclusão em nenhuma disciplina em específico, apenas uma apresentação de maneira integrada em todas as matérias. Os PNC orientavam que as discussões deveriam problematizar o tema da sexualidade, considerando suas extensões, sendo elas biológica, anatômica, social, cultural, histórica e política e a vivência de estudantes nessa área, além de conscientizar sobre formas de transmissão, prevenção e tratamento de IST (Infecção Sexualmente Transmissível).

No ano de 2008, o MEC estabeleceu o Programa Currículo em Movimento para melhorar a qualidade curricular da Educação Básica. O programa permaneceu até o ano de 2010, quando ocorreu a Conferência Nacional de Educação, que resultou em um documento elaborado por especialistas da área que apontava a necessidade da implantação da BNCC como parte de um PNE. A segunda edição da Conferência aconteceu de 19 a 23 de dezembro de 2014 e elaborou um novo documento sobre as propostas da BNCC (BRASIL, 2018b).

Durante os anos de 2010 e 2013, algumas portarias instauraram as diretrizes para a elaboração dos currículos escolares: resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, direcionada à Educação Infantil; resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, direcionada à Educação Básica como um todo; resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, direcionada ao Ensino Fundamental; resolução nº 2, de 30 de janeiro de 2012, direcionada ao Ensino Médio. A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, regulamentou o PNE pelo prazo de 10 anos, com vistas à melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica. Em 15 de junho de 2015, foi instituída a Comissão de Especialistas para a Elaboração de Proposta da BNCC. (BRASIL, 2018b).

Tendo em vista a necessidade, neste capítulo, de discutir a elaboração de diretrizes que contemplem temáticas ligadas à diversidade na educação, em específico a dirigida faixa estudantes LGBTQI+, e a construção de um conhecimento transformador capaz de reduzir o sofrimento causado pelos altos índices de violência cometidos contra essa população na sociedade brasileira, principalmente nos espaços escolares, analisa-se a seguir a visibilidade desse tema na elaboração da BNCC.

O atual documento referente à BNCC está na terceira versão e faz poucas referências ao campo da sexualidade e gênero, sendo que apenas em uma delas é mencionada a comunidade LGBTQI+, somente são citados os homossexuais e nada aparece em relação às

outras formas de orientação sexual ou qualquer uma das identidades de gênero. Em outros trechos, as menções feitas à sexualidade se mantêm em relação aos aspectos estritamente reprodutivos.

O documento aponta os temas importantes para serem discutidos nas aulas de Ciências do 8º ano do Ensino Fundamental, entre eles, vida e evolução, mecanismos reprodutivos e sexualidade. As habilidades descritas como necessárias aos estudantes contemplam “[...] selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).” (BRASIL, 2017, p. 349).

Para as aulas de História, a BNCC traz como habilidades necessárias a serem desenvolvidas pelos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental:

[...] discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres, etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas. (BRASIL, 2017, p. 431).

Vale ressaltar que o Ensino Médio passou a fazer parte da versão atual em 14 de dezembro de 2018, quando as diretrizes para essa fase do ensino foram homologadas. Porém, não há nenhuma menção à sexualidade ou gênero na parte do documento que é destinado ao nível médio (BRASIL, 2017).

É importante verificar que as versões anteriores da BNCC, além de estabelecerem diretrizes para o desenvolvimento de discussões sobre sexualidade e gênero nas escolas, ampliaram esses debates para todas as áreas do conhecimento, como Artes, Ciências Humanas e Ciências Biológicas. Sendo assim, estimular os estudantes a fazerem uso da criatividade em articulação com o aprendizado da temática colaboraria refletir sobre os processos históricos de exclusão das minorias e se conscientizem acerca da saúde e autocuidado.

As primeira e segunda versão da BNCC, mencionam sexualidade e gênero. É possível constatar que a atual versão retrocede no que se refere às duas primeiras, pois essas questões estavam antes muito mais presentes e eram, por diversas vezes, citadas a comunidade LGBTQI+ e a necessidade de combater a violência contra essa população.

A seguir, estão transcritos alguns trechos da segunda versão da BNCC, aprovada em 2016, relacionados à sexualidade e gênero:

1 Direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento que se afirmam em relação a princípios éticos [...]. As crianças, adolescentes, jovens e adultos, sujeitos da Educação Básica, têm direito: ao respeito e ao acolhimento na sua

diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer (BRASIL, 2016a, p. 34).

2 Campo de experiências corpo, gestos e movimentos [...]. O corpo expressa e carrega consigo não somente características físicas e biológicas, mas também marcas de nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade (BRASIL, 2016a, p. 70).

3 O jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto; problemas socioambientais relativos à preservação da biodiversidade e estratégias para desenvolvimento sustentável; problemas relativos ao uso de biotecnologia, tais como produção de transgênicos, clonagem de órgão; terapia por células-tronco (BRASIL, 2016a, p. 150).

Na primeira citação há uma menção específica da importância do combate à discriminação de qualquer natureza, inclusive em função de orientação sexual, bem como a valorização intelectual, cultural e das experiências individuais. A terceira citação indica a necessidade da discussão da homofobia. Os trechos mencionados corroboram com a necessidade do desenvolvimento de iniciativas dentro das escolas que sejam voltadas para o combate ao preconceito e à transfobia.

Além das citações que foram apresentadas, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento da disciplina de Artes para os anos iniciais do Ensino Fundamental, nas aulas de dança e teatro, também contemplam as questões de gênero, corpo e sexualidade ao determinarem, entre as habilidades necessárias a serem desenvolvidas, a problematização e a reflexão sobre tais questões nas experiências teatrais, corporais, pessoais e coletivas desenvolvidas em aula (BRASIL, 2016a).

Em relação à aprendizagem e desenvolvimento do Ensino Religioso nos anos iniciais do Ensino Fundamental, destaca-se:

Na elaboração dos objetivos tomou-se em consideração a ampliação paulatina da complexidade das operações cognitivas, reveladas nos verbos que iniciam o objetivo, o conhecimento específico do componente que intencionam desenvolver e o contexto sociocultural que pretendem

articular. Ao final de cada objetivo estão identificados os temas integradores com os quais os objetivos de aprendizagem do Ensino Religioso se propõem dialogar: Economia, educação financeira e sustentabilidade; Culturas indígenas e africanas; Culturas digitais; Direitos humanos e cidadania – englobando educação para o trânsito, idosos, questões de diversidade, gênero e sexualidade, segurança alimentar; Educação Ambiental. (BRASIL, 2016a, p. 318).

Sobre a relação dos estudantes com o conhecimento nos anos finais do Ensino

Fundamental:

Nesse período de vida, os/as estudantes modificam os vínculos sociais e os laços afetivos, intensificando suas relações com os pares de idade e as aprendizagens referentes à sexualidade e às relações de gênero, acelerando o processo de ruptura com a infância na tentativa de construir valores próprios. (BRASIL, 2016a, p. 321).

Os objetivos de aprendizagem da dança e do teatro no Ensino Fundamental contemplam “[...] refletir sobre as experiências corporais pessoais e coletivas desenvolvidas em aula de modo a problematizar as questões de gênero, corpo e sexualidade.” (BRASIL, 2016a, p.237, 239, 397). Norteia-se que os estudantes de 6º e 7º ano deveriam desenvolver a habilidade de “[...] relacionar as dimensões orgânica, culturais, afetiva e éticas na reprodução humana, que implicam cuidados, sensibilidade e responsabilidade no campo da sexualidade, especialmente a partir da puberdade.” (BRASIL, 2016a, p. 447).

Referente aos objetivos de aprendizagem de Arte para o Ensino Médio, os alunos deveriam “[...] refletir sobre aspectos filosóficos, éticos, sociais, midiáticos e políticos que emergem da prática da dança, tendo como foco as questões do corpo, das crenças, de gênero e da sexualidade.” (BRASIL, 2016a, p. 545).

No Ensino Religioso para estudantes de 8º e 9º ano, entre as habilidades a serem desenvolvidas é citada a necessidade de “[...] elaborar questionamentos referentes à existência humana e às situações limites que integram a vida, articulados às questões socioambientais, geopolíticas, culturais, religiosas, de gênero e sexualidade, dentre outras.” (BRASIL, 2016a, p. 485). É importante ressaltar a relação existente entre os aspectos que envolvem o Ensino Religioso com a sexualidade e gênero, é possível verificar a articulação que se pode fazer, sem ter que rechaçar um em detrimento do outro. O que contradiz o que já foi discutido em outros momentos neste trabalho referente aos impasses em relação aos avanços na garantia de direitos de LGBTQI+, devido a discursos religiosos conservadores de muitos parlamentares. De acordo

com os discursos religiosos, segundo Nascimento:

O discurso religioso-fundamentalista não representa, portanto, a totalidade das formações discursivas que interditam e normalizam a sexualidade. Significa dizer que nem todos os cristãos têm um posicionamento fundamentalista e que, para exercer poder sobre a sexualidade, o discurso religioso-fundamentalista precisa se articular estrategicamente a outros discursos, que não são necessariamente coerentes entre si. É precisamente isso que constitui as formações discursivas. Nessa perspectiva, os discursos não são estruturas linguísticas rigidamente fechadas. (Nascimento,

Para o autor esse fundamentalismo religioso estão ligado diretamente a questões da formação sociocultural, pois diariamente as pessoas são atravessadas por situações discursivas que as formam como sujeito. Por este motivo questões referentes a sexualidade e gênero dentro da esfera educacional, ganham resistências, pois este discurso encontra em diferentes pessoas argumentos e ideias que o fortalecem. O uso do discurso fundamentalista religioso utilizado por alguns que se denominam conservadores acaba se tornando um instrumento de manipulação política, disfarçando-se de representação da opinião ou vontade da maioria, provocando grande adesão. (Nascimento, 2015). Por esta razão, entre outras questões ligadas a sexualidade e gênero nos espaços educacionais ganharam resistências. Por existir uma parte conservadora da sociedade, carregada de discursos sob dogmas religiosos, predomina-se uma abordagem biológica, propagando o preconceito acerca da temática da sexualidade, com isso reduz a Educação Sexual à preservação de IST, gravidez na adolescência e ao ato sexual. (Furlani, 2008; Souza, 2018)

Sobre o ensino de Biologia no Ensino Médio:

A inserção da Biologia como componente curricular nessa etapa tem se dado também pela ampliação das interfaces entre essa ciência, processos e produtos tecnológicos e questões de âmbito social, político, ético e moral. O jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia; gravidez e aborto; problemas socioambientais relativos à preservação da biodiversidade e estratégias para desenvolvimento sustentável; problemas relativos ao uso de biotecnologia, tais como produção de transgênicos, clonagem de órgão; terapia por células tronco. (BRASIL, 2016a, p. 597).

Nas questões relacionadas à determinação genética do sexo é importante ponderar a diversidade presente em todos os domínios de seres vivos.

Porém, é importante também o destaque para a espécie humana, mostrando que as ideias sobre sexo e gênero também são construção sociais e que a normalidade é um conceito relativo. (BRASIL, 2016a, p. 603).

Analisar as implicações culturais e sociais da teoria darwinista nos contextos das explicações para as diferenças de gênero, comportamento sexual e nos debates sobre distinção de grupos humanos com base no conceito de raça, e o perigo que podem representar para processos de segregação, discriminação e privação de benefícios a grupos humanos. (BRASIL, 2016a, p. 625).

A segunda citação informa o conceito de construção social de gênero, o que oportuniza importantes discussões sobre identidade de gênero e, especificamente, para a não discriminação de estudantes transexuais nas escolas. Além disso, o fato de se afirmar que a normalidade é um conceito relativo poderia servir como prerrogativa para o combate a todo tipo de preconceito nas escolas, inclusive o LGBTQIfóbico.

Nas aulas de História, a segunda versão da BNCC indicava que os estudantes deveriam “[...] articular a história brasileira aos processos contemporâneos relacionados à conquista de direitos dos trabalhadores, dos negros, das populações indígenas, das mulheres e das minorias sexuais.” (BRASIL, 2016a, p. 645).

Ao referir-se à diversidade sociocultural, indicava-se a necessidade de “[...] analisar os movimentos sociais contemporâneos, tais como o feminista, os que militam pela igualdade racial, pela questão indígena, pelos direitos dos homossexuais, o ambientalista, entre outros.” (BRASIL, 2016a, p. 650).

Destacam-se aqui alguns trechos referentes às questões de sexualidade e gênero na primeira versão da BNCC, aprovada em 2015. Entre os objetivos gerais do componente curricular na educação básica, pode-se destacar:

[...] conhecer, fruir e analisar criticamente diferentes práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e em diferentes sociedades, em distintos tempos e espaços, respeitando as diferenças de etnia, gênero, sexualidade e demais diversidades. (BRASIL, 2015, p. 86).

O componente curricular de Ciências no Ensino Fundamental engloba “[...] reconhecer mudanças no organismo que ocorrem com a adolescência; reconhecer responsabilidades decorrentes de tais mudanças, relacionadas a comportamentos sociais e à

sexualidade.” (BRASIL, 2015, p. 182).

Em relação à área de Ciências da Natureza no Ensino Médio, o documento diz:

[...] os aspectos contextuais e aplicados são múltiplos e de enorme centralidade na vida humana, como sexualidade e saúde, endemias e epidemias, dinâmicas da biosfera e sustentabilidade ambiental, que dão contexto ao pensar conceitual sobre diversidade e interdependência da vida, considerada a presença humana e sua intervenção transformadora. (BRASIL, 2015, p. 185).

Em relação à temática LGBTQI+:

Pode-se dizer que o jovem não pode prescindir do conhecimento conceitual em Biologia para estar bem-informado, se posicionar e tomar decisões acerca de uma série de questões do mundo contemporâneo, que envolvem temas diversos, como: identidade étnico-racial e racismo; gênero, sexualidade, orientação sexual e homofobia. (BRASIL, 2015, p. 187).

Os objetivos de aprendizagem do componente curricular de Biologia no Ensino Médio, abrangem discussões “[...] sobre características humanas, tais como as diferentes explicações para homossexualidade [...]” (BRASIL, 2015, p. 200). E ainda:

Analisar as implicações culturais e sociais da teoria darwinista nos contextos das explicações para as diferenças de gênero, comportamento sexual e nos debates sobre distinção de grupos humanos, com base no conceito de raça, e o perigo que podem representar para processos de segregação, discriminação e privação de benefícios a grupos humanos. (BRASIL, 2015, p. 202).

E, por fim, os objetivos de aprendizagem do componente curricular Sociologia no segundo ano do Ensino Médio abrangem:

[...] compreender a perspectiva socioantropológica sobre sexo, sexualidade e gênero [...] refletir a respeito dos movimentos sociais contemporâneos, tais como movimentos sociais baseados em classes sociais, como os operários e trabalhistas; movimentos sociais baseados em processos de reconhecimento identitário ou os “novos” movimentos sociais, tais como o feminista, os que militam pela igualdade racial, pelos direitos dos homossexuais, o ambientalista, entre outros. (BRASIL, 2015, p. 300).

É possível constatar que a atual versão da BNCC não apresentou avanços nas questões

relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero nas escolas, tendo retrocedido em relação às versões anteriores e comprometendo a implementação de práticas educacionais que estavam em andamento por meio de iniciativas que orientam políticas públicas para o combate ao preconceito desde o pioneiro Programa Brasil Sem Homofobia.

3. PENSAMENTO COMPLEXO, EDUCAÇÃO E TRANSEXUALIDADE

Neste capítulo apresenta-se as contribuições teórico-filosóficas propostas por Edgar Morin, presentes no pensamento complexo e elaboradas nas conceituações dos princípios hologramático, recursivo e dialógico, bem como os princípios de inclusão e exclusão, e os complexos imaginários.

A etimologia da palavra complexo, advém do termo *complexus*, que significa tecido junto e definida pelo autor como “[...] o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem nosso mundo fenomênico” (MORIN, 2015a, p. 13). Nota-se que esta definição só pode ser compreendida em conjunto com outros três conceitos: sistema, organização e emergências. Os acontecimentos, ações, interações, retroações e determinações constituintes da complexidade ocorrem dentro de um determinado sistema, que é uma “[...] unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações, indivíduos” (MORIN, 2016, p. 131).

O paradigma de simplificação em distinção à complexidade é entendida de “[...] uma relação específica e imperativa entre as categorias ou noções mestras numa esfera de pensamento; ele comanda essa esfera determinando a utilização da lógica, o sentido do discurso e, finalmente, a visão de mundo” (MORIN, 2015c, p. 176). Portanto, é utilizado como modelo preestabelecido para conduzir grupos, sociedades, culturas por meio das prescrições que o definem. É inperceptível, pois quem o acompanha tem a ilusão de obedecer aos fatos, sendo que na verdade se submete a um princípio que seleciona, determina e hierarquiza os ensinamentos que buscam lhe conferir coesão e coerência dentro de determinado sistema de ideias, sendo que quaisquer valores que o contradigam são automaticamente excluídos desse sistema (MORIN, 2011).

O paradigma de simplificação, também chamado por Morin (2011) de grande paradigma do Ocidente, ou paradigma da ordem soberana, de origem cartesiana, prescreve o distanciamento entre dois desenvolvimentos, o do sujeito e o do objeto. Trata-se de uma visão que determina a rígida oposição entre, de um lado, a subjetividade, o sentimento, a liberdade, a existência, individualidade e, de outro, a objetividade, a razão, o determinismo, a essência, a ciência clássica. Para Morin (2015b, p. 497), é chamado de ciência clássica “[...] qualquer procedimento científico que obedece ao paradigma de simplificação”.

A ciência clássica fundamenta sua lógica em um modelo identitário, dedutivo e indutivo. O modelo identitário parte de três princípios fundamentais: o princípio da identidade, afirma a impossibilidade de um objeto existir e não existir ao mesmo tempo; o

princípio da contradição, fala sobre a impossibilidade de um atributo pertencer e não pertencer a um sujeito ao mesmo tempo; e o princípio do terceiro excluído afirma que entre duas proposições contraditórias só uma pode ser verdadeira (MORIN, 2011).

A lógica clássica associa dedução e indução, ambas permitindo que se tire uma conclusão racional dos fatos. A primeira parte, de princípios gerais para se chegar ao entendimento de um fenômeno em particular; a segunda do fenômeno em particular para se entender aos princípios gerais. Tanto o modelo identitário refere-se ao modelo dedutivo/indutivo embora encubram a complexidade dos fenômenos ao desconsiderar as possibilidades de antagonismos e de imprevisibilidade intrínsecas a eles (MORIN, 2011).

A ciência clássica separa o sujeito do objeto, com o intuito de impedir que o estudo científico sofra interferências da subjetividade do cientista. Todavia, tal desassociação faz com que se tenha dificuldades para que o pesquisador desenvolva uma necessária atitude crítica em relação à sua prática de conhecimento ao criar a ilusão de que é possível se efetuar o isolamento completo entre o sujeito "cognoscente e o fenômeno cognoscível" (MORIN, 2015c).

O paradigma de simplificação dividiu os próprios objetos de estudos em várias partes, o que por um lado foi uma contribuição importante para o avanço do conhecimento ao torná-los mais inteligíveis; por outro lado provocou a fragmentação dos fenômenos ao desconsiderar a interdependência entre suas partes e entre seu todo e suas partes. Diante disso, a ciência foi compartimentada em diferentes campos de saber, como a biologia, a física, a química, a antropologia, entre outras, formando disciplinas hiperespecializadas que não se comunicam, impedindo o avanço da própria inteligibilidade que se pretendia e provocando o reducionismo de fenômenos complexos a componentes simples (MORIN, 2015a).

Soma-se a isso o fato de que o objeto de estudo, quando isolado para conhecimento científico, pode apresentar-se de maneira diversa daquela pela qual se apresentaria em seu ambiente natural, sem o olhar de quem o pesquisa, de modo que todo fenômeno ocorre dentro de um sistema e em relação a ele (MORIN, 2016).

Desta forma, compreende-se um sistema como um todo composto de diversas emergências diferentes organizadas e interligadas entre si dentro dessa unidade complexa que se desintegraria se não fossem suas interrelações. Para existir, o todo depende de suas partes que, por sua vez dependem do todo. Por um lado, um todo é mais do que a soma de suas partes, pois permite o surgimento e a manifestação de emergências e qualidades que não nasceriam fora de uma organização sistêmica, o todo é também menos do que a soma de suas

partes, pois a mesma organização sistêmica impõe restrições sobre as emergências a fim de que elas não cresçam desordenadamente, desintegrando o sistema (MORIN, 2016).

Retomando, é importante ressaltar que assim como o todo não pode ser reduzido às suas partes, as partes também não podem ser reduzidas ao todo. No segundo caso tratar-se-ia de um holismo, que também é uma forma de reducionismo. Em ambos os casos se operaria uma simplificação fruto do mesmo paradigma. A noção de sistema não deve ignorar as emergências e as complementaridades, antagonismos e restrições entre elas. Ao contrário, deve ter consciência de que o todo só existe pela diversidade e pelos múltiplos tipos de interrelações entre seus componentes e entre estes e o todo (MORIN, 2016).

Vale lembrar que na totalidade, os conflitos estão sempre presentes e são eles, além das características divergentes entre elementos de um sistema, que mantêm ações internas. Nessa perspectiva, Morin (2016, p. 161) afirma que “a verdadeira totalidade é sempre fendida, fissurada, incompleta. A verdadeira concepção da totalidade reconhece a insuficiência da totalidade”. Em consonância com autor, Dias aponta que :

A complexidade constitui na conjunção de heterogeneidades, na desordem, na ambiguidade e nas incertezas. A proposição da complexidade é a de sensibilizar, por um lado, para as falhas e lacunas do pensamento simplificador e, por outro, para que essas mesmas falhas e lacunas conduzam a ações mutiladoras. (DIAS, p.654, 2020).

O autor também se refere a culturas humanas que impõem certas restrições às suas atividades enquanto permitem o desenvolvimento do potencial de uma pessoa. Existem vários sistemas que trabalham simultaneamente uns contra os outros. Os seres vivos são constituídos por células, por moléculas e por átomos, sendo cada átomo um sistema particular e parte de um sistema maior. Os seres vivos também fazem parte do sistema planetário e estão incluídos no sistema solar incluído no sistema espacial composto por outros sistemas. O ser humano pode ser visto como parte de um sistema denominado sociedade/cultura (MORIN, 2016). Todo ser vivo carrega em si uma determinação genética que impulsiona o funcionamento de suas células, moléculas e átomos, mantendo, assim, sua existência. Além disso, recebe estímulos de seu meio externo, os quais são convertidos em informações necessárias a uma resposta que também visa à preservação de sua vida. Todas essas atividades desempenhadas em uma organização viva constituem a autoprodução do ser e são denominadas por Morin (2015b) como computação viva, no sentido de que o ser computa as informações que recebe de seu meio interno e externo, utilizando-as como base de atividades organizacionais. Por esse motivo, o autor critica as visões científicas unilaterais que concebem os seres vivos somente pelos

aspectos biológicos ou somente pelos aspectos ambientais, a depender da área de conhecimento.

Assim, os organismos mantêm sua autonomia produzindo a si mesmos. No entanto, essa autonomia é relativa, pois depende de informações genéticas e biológicas, e de informações recebidas do ambiente externo para sustentar essa autoprodução, Desenvolver o que Morin chama de (2016c) auto-eco-organização.

O ser mantém sua identidade por meio da computação viva e da auto-eco-organização na medida em que é capaz de se situar dentro de determinado sistema e extrair dele, assim como de seus determinismos internos, as condições necessárias de sua existência. Dessa forma, Morin (2016c) argumenta que a noção cartesiana “Penso, logo existo”, deva ser substituída por “Computo, logo existo”, pois apesar de nem todos os seres vivos serem dotados de um aparelho neuro-cerebral que subsidie a capacidade de pensamento e raciocínio, todos eles, inclusive as células, moléculas e átomos que os compõem, possuem a faculdade de computação, logo de autoprodução e de auto-eco-organização. Essa capacidade confere a todo o ser que computa, que se autoproduz e que se auto-eco-organiza, a qualidade de indivíduo-sujeito (MORIN, 2015b).

Pensando a noção de auto-eco-organização na esfera sociocultural do indivíduo-sujeito, pode-se entender que a sociedade e a cultura fornecem para os seres humanos, por meio de suas regras, hábitos e relações constituídas, informações necessárias para a organização desse indivíduo-sujeito dentro de sua realidade social e cultural, o que será abordado em maiores detalhes mais adiante.

A capacidade de computação e organização vivas e de auto-eco-organização do indivíduo-sujeito depende da realização da autoexorreferência. A autonomia e a dependência que geram e são geradas por sua auto-eco-organização dentro do sistema só podem se desenvolver a partir da referência de si mesmo em relação ao que lhe é exterior ou seja, da referência que faz de si mesmo como unidade autônoma com uma identidade própria e dependente do todo em que se insere (MORIN, 2015c).

A formação da própria identidade é o que permite ao indivíduo ocupar uma posição egocêntrica. Por egocentrismo, Morin (2012) entende a autoafirmação e a colocação de si no centro do universo. Ocupar este espaço egocêntrico envolve simultaneamente dois princípios opostos: a exclusão e a inclusão. Pelo princípio da exclusão, o indivíduo-sujeito pode ser diferente dos outros, e ninguém além dele mesmo pode ocupar seu espaço egocêntrico e dizer 'eu' por ele. Assim, cada indivíduo é entendido como único em seus aspectos biológicos,

psicológicos, emocionais, sociais e culturais (MORIN, 2012). A ocupação do espaço egocêntrico não conduz, necessariamente, ao egoísmo, o que pode ser entendido por meio do princípio de inclusão, o qual fornece ao indivíduo-sujeito a possibilidade de inserir-se em uma comunidade familiar pela sociedade. O princípio de inclusão favorece o sentimento altruísta, o cultivo das relações interpessoais e o compartilhamento de aprendizados, hábitos, valores e afetos com os demais (MORIN, 2012).

O princípio hologramático, também chamado por Morin (2015c) de princípio holoscópico ou holonômico, usa como metáfora o holograma, objeto projetado no espaço de maneira tridimensional por meio de luz e cor. Esse objeto é um todo constituído de várias partes, que contêm, em si, as informações do objeto inteiro. O holograma, dentro da noção de complexidade, insere-se em todas as esferas da vida.

Voltando aos conceitos anteriormente revelados, toda a herança genética de um indivíduo-sujeito é transmitida por cada célula, molécula e átomo que usa essa informação para moldar coletivamente cada ser como um todo. Portanto, esse organismo não é composto apenas de partes, mas as partes contêm o todo por meio da informação genética (MORIN, 2015b). A sociedade pode ser imaginada como um todo dotado de várias partes, que são os seres humanos nela inseridos, mvcas, por outro ângulo, os seres humanos, por meio da cultura que fornece os conhecimentos dessa sociedade, dita suas normas e estabelece seus hábitos, carregamem si o todo social (MORIN, 2011).

O princípio recursivo ou recursão está intimamente relacionado ao conceito de retroação, que entende o efeito ou resultado de um processo como causador do mesmo processo. Desta forma uma causa produz um efeito para agir sobre ela, repetindo essa ação indefinidamente, justificando o termo recursivo que define este princípio. A recursão é essencial para fenômenos que se autoproduzem (MORIN, 2011).

Existe retroação e recursão quando o cérebro envia sinais de comando a alguma parte do corpo, que responderá a esses sinais emitindo informações necessárias ao ajuste do comando no cérebro (MORIN, 2015b). As relações interpessoais entre seres humanos produzem uma sociedade, bem como suas regras, normas, valores. Estes retroagirão sobre os indivíduos- sujeitos por meio das relações interpessoais que os produziram e que voltarão a produzi-los (MORIN, 2012).

O princípio dialógico é definido por Morin (2015c, p. 110) como “[...] a associação complexa (complementar/concorrente/antagônica) de instâncias necessárias em conjunto à existência, ao funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado”. Esse princípio foi exemplificado anteriormente, embora ainda sem essa denominação, quando se

expôs que as emergências surgidas em qualquer organização só aparecem devido à liberdade de expressão que lhes é concedida pelo sistema em que estão inseridas, mas que, em contrapartida, esse mesmo sistema lhe impõe restrições, a fim de acomodar outras emergências em seu interior. Caso contrário, todo o sistema será perdido devido ao crescimento de uma das infinitas emergências. Esse jogo entre liberdade e restrição é necessário devido à variedade de situações de emergência. Cada um o complementa enquanto impede algumas das ações do outro, criando uma relação de diálogo de complementaridade, rivalidade e antagonismo como condição necessária para a manutenção do todo. O princípio dialógico é concebido por Morin (2011) como uma alternativa para superar a dicotomia dos conceitos biológicos, físicos e químicos em conceitos antropológicos, sociais e culturais humanos. Portanto, o autor entende que esses dois conceitos, embora contraditórios, se complementam e complementam na formação dos sujeitos humanos individuais, conceito formulado pela própria criatura em uma determinada experiência de vida (MORIN, 2015c). Por esses motivos, Morin (2015b) afirma que nenhum ser humano é parcialmente biológico ou parcialmente cultural. Ao contrário, possui uma constituição biofísico-química e, desde que inserido em determinada cultura, desenvolve relações sociais com outras pessoas. Desta forma, para o autor, os seres humanos são totalmente biológicos e totalmente socioculturais.

O princípio dialógico pode ser visto também na relação complementar, concorrente e antagonista entre *homo sapiens* e *homo demens*. Morin (2012) aponta que assim como os humanos possuem uma dimensão de racionalidade (*sapiens*) voltada ao trabalho, à produção, à cortesia e à boa convivência, mas há outra dimensão que dela é indissociável. *Demens* representa a violência, a loucura e a barbárie manifestadas por meio dos conflitos, lutas e guerras entre pessoas, cidades ou nações. Tanto *homo sapiens* como *homo demens* são aspectos dialogicamente intrínsecos a todos os indivíduos-sujeitos, de maneira manifesta ou latente a depender do momento.

O princípio hologramático comporta uma dialógica entre ação e retroação, gerando, assim, a recursão que mantém o sistema. Em razão disso, os três princípios não podem ser desassociados e só podem ser compreendidos em conjunto (MORIN, 2015c).

A determinação de vários fatores influencia na constituição da subjetividade das pessoas. Tais identidades se envolvem holográfica, reflexiva e dialógica em todo o processo construtivo de inclusão e rendição simultâneas que garantem uma identidade única, mas social (MORIN, 2016).

Todos os seres vivos só podem ser considerados como sujeitos separados porque

fazem parte de um todo que inevitavelmente se une e se comunica com outros seres. Os sistemas de construção precisam se comunicar uns com os outros, e seus objetivos incluem sobrevivência e integração, não apenas troca de informações. As intercomunicações só podem ocorrer entre congêneres ou seja, entre seres que possuem um código de comunicação comum formado por signos ou sinais e que “[...] possuem o mesmo aparelho computante, o mesmo sistema de representação do ambiente, as mesmas necessidades fundamentais, o mesmo modo de expressão e de resposta, os mesmos sinais exteriores de identidade” (MORIN, 2015b, p. 228). Assim como Maturana e Varela (2001) afirmam que o conhecimento se constroi a partir da interação dos seres vivos, com o meio, e o meio com os seres vivos. Sendo assim, indivíduos-sujeitos de uma mesma espécie, seja ela do reino mineral, vegetal, animal, humano, ou até mesmo as células, moléculas e átomos que compõem esses seres, formam uma sociedade por meio das intercomunicações.

[...] existe, portanto, sociedade quando as interações comunicadoras/associativas constituem um todo organizado/organizador, que é precisamente a sociedade, a qual, como qualquer entidade de natureza sistêmica, é dotada de qualidades emergentes e, com suas qualidades, retroage enquanto todo sobre os indivíduos, transformando-os em membros dessa sociedade (MORIN, 2015b, p. 264).

As sociedades humanas se distinguem de outras sociedades por sua linguagem multissegmentada, que lhes permite desenvolver e organizar uma intercomunicação muito mais complexa do que qualquer outra espécie, usando palavras significativas. Segundo Morin (2015b), essas diferenças permitem a emergência de enormes quantidades de capital cultural. Para a discussão deste estudo, a definição de cultura é considerada a seguir:

[...] patrimônio informacional constituído por saberes, habilidades, regras, normas próprias de uma sociedade. Compreende os conhecimentos acumulados pelas gerações [...] as normas e proibições da organização social, as crenças e a “visão de mundo” [...]. (MORIN, 2015c, p. 272).

Embora os conceitos de "sociedade" e "cultura" possam se relacionar com a humanidade como um todo, deve-se notar que existem muitas "sociedades" e "culturas" diferentes nas sociedades e culturas humanas, dependendo da comunidade ou local para o qual o indivíduo-sujeito está inserido (MORIN, 2012). Cada cultura, por meio de seus saberes, habilidades, regras, normas, proibições, crenças e visões, inscreve em seus

indivíduos-sujeitos um “[...] *imprinting* cultural que marca os humanos, desde o nascimento, com o selo da cultura, primeiro familiar e depois escolar, prosseguindo na universidade ou na profissão.” (MORIN, 2011, p. 29).

Por este motivo, o *imprinting* cultural está presente nos indivíduos desde sua mais tenra infância. De fato, é como se a cultura imprimisse nos seres humanos a sua marca, isto é, seus valores, hábitos, visões, conhecimentos e tudo o mais que uma cultura possa produzir e que seja passível de compartilhamento entre aqueles que dela fazem parte, provocando assim a normalização dos aspectos culturais compartilhados socialmente (MORIN, 2011).

A cultura, o *imprinting* cultural e a normalização produzem os conhecimentos, as crenças e os valores prescritos por seus paradigmas que se inscrevem nos indivíduos-sujeitos de uma sociedade. Estes, através da reprodução desses conhecimentos, entre si e entre gerações, perpetuarão a existência da cultura, do *imprinting* cultural e de sua normalização e fortalecerão seus paradigmas, realizando, assim, as relações hologramáticas, recursivas e dialógicas entre indivíduos-sujeitos e cultura (MORIN, 2011).

Consequentemente, tudo o que é estranho aos paradigmas de determinada cultura tende a ser rechaçado por seus integrantes, pois a normalização que ela produz determina suas próprias regras quanto ao que é aceitável e verdadeiro ou inadmissível e errôneo. Morin (2011, p. 31) enfatiza que “[...] a normalização manifesta-se de maneira repressiva ou intimidatória; cala os que teriam a tentação de duvidar ou de contestar. Assim, ainda e sempre, em muitas sociedades, a liquidação física dos heréticos e desviantes normaliza todos”.

Fica claro, portanto, que a rigidez de paradigmas pode gerar preconceito e discriminação contra tudo o que há de diferente e estranho na sociedade. Deste ponto de vista, a normalização pode ser claramente ligada ao princípio da inclusão e exclusão. O mesmo princípio pode ser vantajoso se os dois forem antagônicos e complementares, e ao mesmo tempo permitir que o sujeito ocupe o centro de seu próprio universo, se diferencie dos demais e se encaixe em uma família, comunidade ou sociedade por meio de uma cultura comum. exceção. de diretivas familiares, comunitárias ou sociais. Ainda que a cultura promova a normalização de hábitos, costumes, crenças, visões e valores entre seus indivíduos-sujeitos, ela deve necessariamente comportar seus desviantes. Qualquer sistema, para existir, deve permitir o aparecimento de novas qualidades que contrariem a ordem. O todo não pode exercer restrições apenas sobre qualidades já adaptadas em seu interior. São as novas emergências que lhe possibilitarão o exercício da permissão, da constrição e da acomodação, em um esquema dialógico de complementaridades, concorrências e antagonismos entre retroações positivas, representadas pelas novas qualidades, e retroações

negativas, representadas pelas atividades constritivas a essas emergências (MORIN, 2016).

Por conta desses fatores, Morin (2016c) argumenta que todo sistema nasce e se mantém dialógica e concomitantemente pelas emergências que provocam desordens em seu interior, por uma força organizadora que permite a manifestação das desordens ao mesmo tempo em que as acomoda e restringe, e pela ordem que então se estabelece. Ordem esta temporária, pois a qualquer momento uma nova emergência pode surgir, causar nova desordem e nova necessidade de organização para estabelecer uma nova ordem. A organização e a ordem são formadas por desordem e diversidade. Isso é o que Morin (2015c) chama de grande paradoxo da complexidade.

Isto posto, pode-se afirmar que a própria cultura que impõe seu *imprinting* e, por consequência, uma normalização que restringe a manifestação dos desvios, pode, em contrapartida, permitir que estes se manifestem em maior ou menor grau, a depender de cada cultura. Nesse sentido, Morin (2011) discorre sobre as possibilidades de falha ou atenuação do *imprinting* cultural e da normalização.

A dialógica cultural permite múltiplas perspectivas. Mais importante ainda, permite representações pluralistas, porque a diversidade, mesmo quando reprimida, provavelmente está inscrita em todas as sociedades, uma vez que é formada por sujeitos individuais muito diferentes. A representação de diferentes pontos de vista permite o debate de ideias, o que alimenta as culturas, tornando-as mais ricas, diversas e plurais. (MORIN, 2011). É importante ressaltar que a diversidade só pode se traduzir em benefícios para a sociedade se o debate de ideias for promovido sem violência, que, proporcionalmente. O debate facilitado pelo diálogo enfraquece a intolerância e promove o crescimento da complexidade (MORIN, 2011).

Como mencionado anteriormente, o crescimento descontrolado das emergências tende a distrair outras qualidades do sistema, fazendo-as desaparecer. Mas um sistema altamente repressivo torna-se estático e perde complexidade. Uma possível saída para esse impasse proposto por Morin (2012) é entender o próximo problema.

Além disso, é preciso evocar o conceito da exclusão e inclusão, pois para o sujeito individual, o próximo de um lado pode representar diferença, pois segundo o princípio da exclusão, cada pessoa é singular, com uma identidade única subjetividade, ocupando apenas o espaço do seu egocentrismo. Portanto, o próximo deve ser um outro eu. Por outro lado, a inclusão permite a identificação de pessoas semelhantes em outras, apesar de sua heterogeneidade devido a semelhanças em traços humanos, biológicos, familiares e culturais.

o outro se torna *alter ego* (MORIN, 2012).

A própria subjetividade, única, em cada indivíduo-sujeito, é a característica humana mais universal da existência, pois está presente em toda a existência. Esse fato aumenta a possibilidade de compreender os vizinhos como igualmente capazes de desenvolver e expressar dores físicas e emocionais, os mais diversos potenciais sensoriais e cognitivos (MORIN, 2012).

A compreensão é definida por Morin (2015c, p. 159) como “[...] conhecimento empático/simpático das atitudes, sentimentos, intenções, finalidades dos outros; ela é fruto de uma mimese psicológica que permite reconhecer ou mesmo sentir o que o outro sente”. Assim, a compreensão se forma em um processo de projeção e identificação. Nesse processo, o indivíduo-sujeito se projeta no lugar do outro em determinada situação, de forma a possibilitar maior compreensão acerca do sentimento de outrem naquela circunstância. Consequentemente, o indivíduo-sujeito se identifica com o próximo ao imaginar o que ele sentiria em seu lugar (MORIN, 2015c).

Como apontado no início do capítulo de acordo com o pensamento complexo, faz parte de seus elementos a projeção e identificação são transferências que acontecem em direções opostas, mas que estão interligadas em um circuito recursivo. Assim como os princípios operadores da complexidade, só se compreende uma em função e em referência à outra. Formam uma tríade Projeção-Identificação-Transferência (PIT) que são denominadas de complexos imaginários, sendo complexo aqui compreendido como um conjunto composto por vários elementos distintos e interdependentes (MORIN, 2001).

Portanto, a compreensão só pode ocorrer de forma intersubjetiva. Em outras palavras, isso só pode acontecer reconhecendo o outro como portador de um sujeito individual e um ser complexo que inclui complementaridade, competição e antagonismo e, portanto, não pode. Recolher para uma das partes (MORIN, 2012).

Neste ponto, é importante diferenciar compreensão de explicação. Para Morin (2015b, p. 325), “[...] enquanto a explicação introduz na vida os determinantes físico-químicos, as regras, os mecanismos, as estruturas da organização, a compreensão restitui-nos o próprio indivíduo-sujeito”. Nota-se que a explicação refere-se aos dados objetivos dos sujeitos individuais, enquanto a compreensão subjetiva se realiza na compreensão do outro como um ser unificado dotado de subjetividade e complexidade. Morin (2017) enfatiza que explicação e compreensão intersubjetiva, apesar de antagônicas, são complementares e devem ser utilizadas conjuntamente para o desenvolvimento da compreensão complexa, que engloba ambas.

Por essa razão, Morin (2015b) critica as tentativas da ciência clássica de excluir a subjetividade do conhecimento. Todo conhecimento científico é criado por seres humanos subjetivos, cientistas, pesquisadores e estudiosos. Sendo o humano um todo complexo e indivisível, não é possível que seu ponto de vista subjetivo não incorpore um processo de conhecimento rumo à completa objetividade. Além disso, sua relação com o objeto de estudo afeta a aparência desse objeto. Isso ocorre porque, como explicado acima, todos os fenômenos estão inter-relacionados com o sistema. Apresentando o ponto de vista do pesquisador, modificando ou não o ambiente original, o sistema altera automaticamente o formato da apresentação. Essas mudanças se tornam mais pronunciadas quando a perspectiva do pesquisador isola o objeto de estudo do todo, cortando, reduzindo e simplificando fenômenos complexos para torná-los difíceis de entender (MORIN, 2016).

Enfatiza-se que o pensamento complexo não confunde subjetividade com subjetivismo. Morin (2015c) rejeita o último por causa dos perigos do bom senso, negação, especulação e autoritarismo. O autor sugere que a forma mais viável de integrar o sujeito ao objeto sem cair no subjetivismo é ter uma postura crítica sobre o próprio sujeito e desenvolver o conhecimento do conhecimento (MORIN, 2015c).

A complexidade exige que a ciência comece a repensar o conhecimento, a prática do conhecimento e as formas como o conhecimento adquirido é produzido. Além disso, cada cientista, pesquisador e comunidade acadêmica precisa de uma atitude crítica e introspectiva sobre como e até que ponto sua subjetividade interfere em seu processo de pesquisa, no que estuda e em sua compreensão. O conhecimento adquirido é inútil. Por outro lado, esse conhecimento é avaliado sem desconsiderar a possível influência da variante do estudo e da visão do pesquisador sobre a manifestação do fenômeno em estudo (MORIN, 2015c). Diante disso quando imerso em suas influências biológicas, psicológicas e culturais e privado de autocrítica e autorreflexão, o cientista a buscar a confirmação de sua própria verdade subjetiva no conhecimento científico. Como resultado, todo o processo de pesquisa é influenciado pela subjetividade. Na falta da prática da autocrítica, ele perceberá suas conclusões como descobertas irrefutáveis. Sua pesquisa não gera a verdade, apenas um senso da verdade como resultado do autoengano e do subjetivismo (MORIN, 2015c).

O subjetivismo se torna, então, ideologia. Segundo Morin (2011), ideologia nasce da noção de indivíduo-sujeito e dá origem aos axiomas. Ao serem submetidos ao paradigma da simplificação, perdem sua complexidade e, em decorrência de sua atitude filosófica, quebram-na e tornam-se dogmáticos e incapazes de autorreflexão.

As ideologias possuem aspecto fortemente doutrinário. As doutrinas possuem caráter

fechado, diferentemente das teorias. Segundo Morin (2011, p. 162), “[...] é próprio da teoria admitir a crítica externa, conforme as regras aceitas pela comunidade que cuida (comunidade, filosófica ou científica)”. O autor ainda afirma que a teoria é fechada e aberta ao mesmo tempo. Fechada a fim de manter o *status quo* que lhe confere relativa estabilidade e a protege de conceitos subjetivistas e do senso comum. Mas é também aberta, pois, desde que baseado em evidências, aceita verificações, revisões e contestações. Já a doutrina “[...] rejeita a contestação assim como toda verificação empírico-lógica que lhe seja imposta por uma instância externa” (MORIN, 2011, p. 163).

Esses conceitos estão fundamentalmente relacionados à resposta racional e à racionalização. Inicialmente “[...] o conjunto de qualidades de verificação, controle, coerência, adequação, que permite assegurar a objetividade do mundo exterior e operar a distinção e a distância entre nós e o mundo” (MORIN, 2012, p. 97). A racionalidade pode se converter em racionalização quando “[...] a lógica de um sistema teórico não pode integrar os dados empíricos que a contradizem, então o sistema fecha-se à perturbação empírica para salvaguardar a própria lógica” (MORIN, 2011, p. 161). Assim, qualquer prática científica que não permita a possibilidade de modificação, verificação ou rivalidade é recoberta por uma lógica rígida de identidade, dedução e indução que racionaliza o raciocínio e torna as teorias em dogmas. Assim, a reparadigmização ou revolução paradigmática afeta interesses poderosos ao romper estruturas de estilo de vida existentes ou conceitos de mundo. Os paradigmas estão enraizados nas sociedades e culturas em que dominam. São invisíveis e estão escondidos atrás de axiomas, dogmas, ideologias e princípios declarados que os indivíduos aceitam como fato e cujas doutrinas são consideradas verdades incontestáveis (MORIN, 2011).

No entanto, Morin (2011) aponta que a possibilidade de reparadigmização começa com a consciência da existência de um paradigma. Se você não consegue ver o paradigma, reconhecê-lo é se desassociar dele. Lidar com uma revolução de paradigmas pode ser difícil, mas não seria possível sem a consciência. Concorrência, novas emergências e novas características surgem disso, resultando no caos e na necessidade de reorganização. A reparadigmatização pós-crise é desperdício, mas reverte os equívocos, o subjetivismo e o autoritarismo que levam ao obscurantismo, à marginalização e à violência, e é essencial para a evolução da ciência, da sociedade e da humanidade como um todo.

A educação pode facilitar a passagem de um conceito paradigmático simplificador para uma visão complexa da vida. Sistemas de aprendizagem baseados em paradigmas de simplificação e hiperespecialização dividem o conhecimento em disciplinas. Essa distinção

é necessária para a clareza do conhecimento, mas está profundamente atrofiada na educação tradicional. A falta de comunicação entre as disciplinas tira o conhecimento de contexto. Os departamentos passam então a fornecer fragmentos isolados da realidade, reduzindo o complexo ao simples com a intenção de retirar a ambigüidade e a contradição, afetando a capacidade do aluno de lidar com a confusão, integrar o conhecimento e contextualizá-lo (MORIN, 2018).

Esse modelo de ensino tende à acumulação de informações que, fragmentadas, isoladas e descontextualizadas, não se transformam em conhecimento. O conhecimento só é capaz de se desenvolver quando a mente pode interligar as informações em um todo complexo e irreduzível, conforme afirma Morin (2018, p. 16): “O conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas”.

Essa é a diferença essencial que o autor afirma existir entre o que chamam de "cabeça bem cheia" e "cabeça bem feita". O primeiro acumula informações e perde a capacidade de selecioná-las, organizá-las e entendê-las. A segunda é a capacidade de pensar, resolver problemas e organizar os princípios que ligam o conhecimento para dar significado (MORIN, 2018).

Quando a ciência baseia seus métodos de conhecimento apenas em programas, ela impede o progresso ao se fechar para possibilidades novas e imprevisíveis. Morin (2015b) enfatiza que programas e estratégias são complementares e devem ser desenvolvidos em conjunto. É importante que os programas tenham pontos de partida e planos baseados em evidências empíricas para evitar sequências de melhoria improdutivas. Essa estratégia é importante para flexibilizar o programa e adaptá-lo a novas circunstâncias, se necessário, criando alternativas no próprio processo para possíveis eventos não previstos no planejamento inicial.

Nesse sentido, Morin (2018) destaca a missão da filosofia nas escolas como fomentadora de um espírito problematizador e não conformista entre os alunos. Na educação, os indivíduos devem ser estimulados a refletir sobre a convergência do conhecimento com a realidade dos alunos, das outras pessoas e da condição humana.

Essas mudanças são necessárias e possíveis porque a escola contém toda a sociedade para além do reflexo da sociedade, ou seja, porque a escola e a sociedade mantêm uma relação hologramática. Além disso, essa relação é cíclica, pois a sociedade faz escolas e, por meio dos cidadãos que faz, torna-se produtora de sociedade. Assim, as mudanças em um podem ser refletidas no outro (MORIN, 2018).

A educação que pretende ser um vetor de transformação social deve desenvolver o pensamento crítico, a comunicação interdisciplinar, a interligação do conhecimento, a globalização, a complexidade e contextualização dos fenômenos, sendo assim o Conhecimento que nada mais é do que uma conexão teórica com a realidade. Os objetivos da educação devem ser: “[...] mostrar que ensinar a viver necessita não só dos conhecimentos, mas também da transformação, em seu próprio ser mental, do conhecimento adquirido em sapiência e da incorporação dessa sapiência para toda a vida” (MORIN, 2018, p. 47). Aqui, o autor usa a palavra sapiência para mostrar a compatibilidade entre sabedoria e ciência, e a ciência só cumpre seu papel quando seu conhecimento é benéfico para a humanidade.

Neste ponto, a necessidade de compreensão pode ser rastreada até o conhecimento. Inclui o lado objetivo – a capacidade de ir além da descrição, a capacidade de ver outros aspectos da humanidade, apesar das particularidades individuais que implicam em relações intersubjetivas, e a compreensão de que a diversidade existe e é necessária para sustentar a vida.

Visto que a compreensão pode ser desenvolvida pelas artes e pela cultura. Considera-se essencial o uso da literatura, das artes cênicas, das artes plásticas e da música nas escolas. Dessa forma, os alunos podem se projetar e se identificar com os personagens e, assim, ser facilitada a compreensão dos indivíduos-sujeitos com quem tem contato (MORIN, 2018).

As escolas não podem fechar-se à realidade que existe fora das suas paredes porque se tornam improdutivas, incapazes de fazer a ponte entre a aprendizagem e a vida. O conhecimento que está longe da realidade real é simplesmente informação fragmentada que precisa ser memorizada para atender às convenções acadêmicas. Mudar essa realidade dependerá de uma revolução de paradigmas substituindo o pensamento simplista por novos métodos baseados na complexidade que ignoram partes e conexões e consideram o todo. Não exclui os princípios de identidade, dedução e indução e, ao mesmo tempo, permite antagonismos e críticas imprevisíveis. Antecipa as realidades específicas e complexas de sujeitos individuais. Por fim, não considera nenhum conhecimento completo e fechado em si mesmo, mas aberto a acréscimos, novas perspectivas e novas confirmações. A essa revolução no ensino, Morin (2018, p. 96) dá o nome de reforma do pensamento, a qual “[...] é de natureza não programática, mas paradigmática, porque concerne à nossa aptidão para organizar o conhecimento. É ela que permitiria a adequação à finalidade da cabeçabem-feita; isto é, permitiria o pleno uso da inteligência.”

Ao apresentar o questionamento sobre quem deve educar os educadores para que a mudança paradigmática, a reforma do pensamento nas escolas e a transformação social sejam

possibilitadas, Morin (2018, p. 101) responde que “[...] será uma minoria de educadores, animados pela fé na necessidade de reformar o pensamento e de regenerar o ensino. São os educadores que já têm, no íntimo, o sentido de sua missão.”

Entre os paradigmas sociais que também emergem no ambiente escolar estão os relacionados à sexualidade e ao gênero. Esse paradigma é sustentado pelas diferenças anatômicas, fisiológicas e hormonais entre os sexos, conforme visto na introdução deste estudo.

No entanto, apesar de existirem condições biológicas que distinguem anatomicamente e no cérebro os sexos masculino e feminino, não se deve esquecer que é grande a influência sociocultural no cérebro e no corpo de um indivíduo. Mesmo antes do nascimento, o papel social que todos devem desempenhar já está determinado de acordo com o gênero. Esse papel pode variar de cultura para cultura. Como a plasticidade do cérebro é grande no início da vida, as resoluções culturais encorajarão um hemisfério cerebral a se desenvolver mais do que o outro. Esses desenvolvimentos promoverão a atuação de talentos considerados masculinos ou femininos na sociedade, dependendo da cultura. Isso, por sua vez, reforça e reproduz estereótipos de gênero. Estabelece-se, assim, uma relação hologramática, recursiva e dialógica entre as influências biológicas e socioculturais (MORIN, 2015c).

As culturas humanas exploram as diferenças genéticas, cerebrais, biológicas, físicas, químicas e anatômicas entre homens e mulheres para criar hierarquias sociais baseadas na dualidade masculino/feminino, atribuindo uns aos outros papéis sociais, tarefas diárias e especialidades. Segundo Morin (2012), o controle sexual humano visa à preservação do modelo familiar reprodutivo que possa sustentar uma sociedade histórica baseada em um aparato central do Estado controlado por uma elite político-econômica, conforme enfatizado acima. Como resultado, a atividade sexual dos sujeitos individuais é regida por restrições, normas, regras e proibições (MORIN, 2015c). Entre esses interditos, destaca-se aqui a proibição das relações homoafetivas que, mesmo derrubada recentemente em vários países, principalmente no Ocidente, prevalece em boa parte do mundo, conforme citado na introdução desta pesquisa.

Podem-se considerar esses papéis, tarefas e especializações designados pela cultura por meio das restrições, normas, regras e interditos como *imprinting* cultural que provoca a normalização dessa cisão por seguir um paradigma simplificador que invalida toda variação sexual e de gênero que não se submete a um padrão cis-heteronormativo, gerando

preconceitos e discriminações contra a população LGBTQIA+. Tal normalização desconsidera dois fatores muito importantes.

Primeiro, além do antagonismo, existe uma complementaridade biológica entre masculinidade e feminilidade. Tanto homens quanto mulheres têm as mesmas características anatômicas, como respiratória, digestiva, cardiovascular, braços, pernas e sentidos. Além disso, o cérebro permanece bi-hemisférico em todos os seres humanos, independentemente do sexo. As capacidades antagônicas de compreender o dominante ou entusiasta mas abstrato e o concreto, o lógico e o intuitivo, o racional e o sensível, existem simultaneamente, de forma complementar e indivisível em cada indivíduo-sujeito. (MORIN, 2015c).

O segundo fator é a presença de complementos psicossociais. Porque existe uma relação hologramática, recursiva e dialógica entre biologia e cultura, e porque cada cultura pode ter uma compreensão diferente dos papéis sociais atribuídos umas às outras, homens e mulheres podem expressar emoções, agir e realizar tarefas. mesma pessoa. E o outro é o oposto quando se considera diferentes perspectivas culturais. E mesmo em um mesmo contexto sociocultural, a subjetividade pode ter forte influência na autopercepção de cada indivíduo-sujeito como homem ou mulher e colidir com sua cultura. (MORIN, 2012).

Essas realidades complexas levaram a sociedade a reexaminar os conceitos de masculino, feminino, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, mas, conforme descrito na introdução do estudo, essa é uma mudança lenta, gradual e localizada. Ignorar a diversidade é ignorar o fato de que todos os sistemas dependem da diversidade para sobreviver. Uma sociedade sem pluralismo, ou mais precisamente, uma sociedade que suprime o pluralismo latente, torna-se rígida, estagnada e regressiva. Até que uma nova emergência encontre um lugar para se expressar e promova a crise, a transformação, a reparadigmização e a reorganização. É imprescindível renunciar à racionalização que se fecha na lógica identitária, dedutiva e indutiva da imposição cis-heteronormativa que elicia violências verbais, físicas e assassinatos de integrantes da comunidade LGBTQIA+, e aceitar os antagonismos concorrentes e complementares entre masculino e feminino, que estão sempre em relações hologramáticas, recursivas e dialógicas.

Conforme observado na introdução, cabe destacar que apesar da evolução da perspectiva científica na comunidade LGBTQIA+, a ciência clássica já é responsável por patologizar seus membros e disseminar e reforçar estereótipos e preconceitos na sociedade, contra esta população. É importante, portanto, que a ciência pratique a autocrítica e a autorreflexão e esteja aberta a novas confirmações. Considerando os conceitos de complexidade, sexualidade e gênero até aqui apresentados e concebendo a escola como

espaço de produção de conhecimento e como produto e produtora da sociedade, a educação tem a possibilidade de quebrar os paradigmas que regem a cultura cis-heteronormativa e promover a noção de complexidade. Esta, conforme afirma Morin (2015c), atenua a dominância de um dos dois hemisférios cerebrais e favorece a complementaridade entre masculino e feminino, viabilizando o desenvolvimento de uma inteligência apta à análise, ao pensamento abstrato e à objetividade, bem como à síntese, ao pensamento racional e à subjetividade.

Morin (2012), aponta a escola deve abrir espaço para a existência de desdobramentos sociais e emoções e sensibilidades culturais consideradas masculinas e/ou femininas de forma complementar, simultânea e antagônica em uma mesma disciplina. Para esta expressão. Diz-se que as escolas foram estruturadas como sistemas que permitem que novas ansiedades emocionais, sexuais e de gênero surjam no espaço, ao mesmo tempo em que adaptam o conteúdo educacional para incluir e contextualizar essa diversidade. Tal contextualização deve levar a comunidade escolar ao diálogo cultural e ao debate de ideias entre os alunos e entre estes e os educadores. O diálogo cultural e a discussão de ideias devem ter como foco a quebra de paradigmas, marcas culturais e normalizações que criam tabus, estereótipos, preconceitos, discriminações e violências contra pessoas LGBTQIA+. As escolas devem alavancar a complexidade, as inter-relações de diferentes campos do conhecimento e a contextualização do conhecimento, da arte e da cultura para ajudar os alunos a desenvolver a compreensão intersubjetiva à medida que projetam e comunicam suas identidades e respeitam os membros da comunidade LGBTQIA+ como membros separados. É a mesma humanidade que sente e vivencia a agressão do ódio LGBTQIA+ dentro e fora da escola. Esse novo olhar será possibilitado pelo princípio da inclusão, em que cada aluno se compreende como sujeito individual único e complexo por meio do princípio da exclusão, ocupa um espaço egocêntrico, e compreende o outro como sujeito semelhante. diferente. , para integrar em diferentes unidades. Nesse contexto, a organização ecológica dos sujeitos individuais ocorrerá quando os alunos, LGBTQIA+ ou não, contarem com ambientes escolares que lhes dêem liberdade para se expressarem com autonomia.Reduzir a probabilidade de retaliação ou bullying devido à orientação sexual, identidade de gênero ou outros aspectos pessoais.

4. Procedimentos Metodológicos

Para que se possa compreender o percurso investigativo deste estudo, aponta-se os principais aspectos da metodologia escolhida, abordagem qualitativa de caráter exploratório a partir de uma questão norteadora.

No que se refere a pesquisa de abordagem qualitativa, a mesma apresentou-se como um método eficaz de abordagem para o objeto de estudo de maneira que por ser um recurso de investigação fluido, e que não se prende a parâmetros fixos e nem a segurança estática dos tratamentos numéricos. O método qualitativo propõe uma interação de construção incessante e aprofundamento da temática a ser pesquisada. (Guarnica, 2001). Em relação à pesquisa exploratória é importante esclarecer que tem como objetivo explicitar e gerar um maior entendimento de um problema que se pretende investigar (GIL, 2013), no caso o discurso do coordenador pedagógico e de professores em relação a transexualidade no ensino médio.

Por intermédio de uma questão aberta, para que fossem ampliadas ao máximo todas as expressões subjetivas do participante. Essa escolha se justifica, pois segundo Morin (2002), aponta que é preciso considerar a multidimensionalidade do ser humano em sua compreensão de si mesmo e do mundo, sendo construída por meio de variadas situações contraditórias e, ao mesmo tempo, complementares em suas relações com o outro.

As entrevistas consistiam de uma questão desencadeadora, pois, segundo Szymanski, Almeida e Prandini (2011), esse método possibilita que o participante inicie sua narrativa da maneira que desejar. As autoras apontam para o estabelecimento de uma questão desencadeadora os seguintes critérios: consideração dos objetivos da pesquisa; amplitude da questão; evitar indução de respostas; escolher termos em acordo com o universo linguístico do participante; e escolha do termo interrogativo. Considerando esses critérios, a questão desencadeadora da presente pesquisa é: “Descreva a sua percepção em relação a transexualidade”. Essa questão foi elaborada de maneira que seja cabível direcioná-la a todos os participantes da pesquisa, coordenadores pedagógicos e professores.

4.1 Participantes do estudo

Os participantes desta pesquisa são profissionais da educação de cinco escolas públicas, atuantes no ensino médio do estado de São Paulo, sendo eles três professores e dois coordenadores pedagógicos. A escolha dos participantes se deu por meio de amostragem por conveniência, entende-se amostragem por conveniência:

O menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão. (Gil, p.94, 2008).

A escolha desse tipo de coleta, deve-se ao fato por ser uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, como visto acima e pelo motivo de muitos profissionais da educação, recusarem em participar do estudo.

Sendo assim o primeiro contato foi realizado via telefone com a secretaria escolar, com o intuito de saber se teria a possibilidade em conversar com o coordenador pedagógico do ensino médio para explicar sobre o objetivo da entrevista e se o mesmo teria a possibilidade de participar, assim como entrevistar algum professor de sua equipe. Ao entrar em contato com o coordenador explicou-se a importância e os objetivos das entrevistas, o perfil que se buscava para a realização da mesma, importante ressaltar que durante este primeiro contacto foi informado que não teria uma duração fixa para o encontro, pois se trata de uma entrevista aberta, após esse contato o coordenador pedagógico agendou o dia e horário, assim como a escolha do docente que participaria. Em seguida, apresenta-se o quadro 1 a caracterização da amostra dos participantes do estudo, contendo a data e tempo das entrevistas, assim como também função exercida na instituição, idade e tempo na função exercida.

Quadro 2: CARACTERIZADORES DA AMOSTRA

Função	Data da entrevista	Duração da entrevista	Tempo de experiência na função	Idade do docente
Coordenador Pedagógico	15/05/2023	15 minutos	25 anos	55 anos
Professor	16/05/2023	19 minutos	10 anos	30 anos
Coordenador Pedagógico	21/05/2023	22 minutos	15 anos	44 anos
Professor	22/05/2023	18 minutos	03 anos	49 anos
Professor	22/05/2023	21 minutos	05 anos	35 anos

No encontro com os coordenadores pedagógicos e professores, após as apresentações iniciais, houve o convite para a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (em anexo), que contemplava os objetivos da pesquisa e os dados do pesquisador e respectiva orientadora. Por fim, o profissional, caso concordasse em participar do estudo, preenchia o termo com seus dados pessoais, assinava e datava o documento.

4.2 Procedimento de Análise

Para as análises das entrevistas foi utilizado a interpretação da compreensão do entrevistado. Isto posto, as análises das entrevistas se pautaram pelo pensamento complexo discutido no referencial teórico, levando em consideração os operadores hologramático, recursivo e dialógico, os princípios de inclusão e exclusão e a noção de auto-eco-organização. Assim como autores da literatura especializada Todos e esses processos não devem ser desassociados, mas considerados da perspectiva da compreensão complexa que os analisa em seu todo, em suas partes e nas interligações entre as partes e entre o todo e as partes. Conforme será visto a seguir, as entrevistas foram analisadas de maneira agrupadas.

4.3 Análise das Entrevistas

4.3.1 A via da compreensão complexa

As entrevistas suscitaram questões referentes à compreensão complexa, a qual, segundo Morin (2017, p. 112) “[...] é multidimensional; não reduz o outro a somente um dos seus traços, dos seus atos, mas tende a tomar em conjunto as diversas dimensões ou diversos aspectos de sua pessoa”. Para o autor, a compreensão objetiva é necessária para a apreensão global de um objeto ou sujeito, pois comporta a explicação. Esta reúne dados e informações objetivos acerca daquilo que se quer apreender. A compreensão subjetiva, ou compreensão humana, ocorre de sujeito a sujeito e, por meio dela, “[...] compreende-se o que vive o outro, seus sentimentos, motivações, interiores, sofrimentos, desgraças. São sobretudo o sofrimento e a infelicidade do outro que nos levam ao reconhecimento de seu ser subjetivo [...]” (MORIN, 2017, p. 112). Compreensão objetiva e compreensão subjetiva são antagônicas e complementares e, em

conjunto, possibilitam a compreensão complexa.

O professor Luís Paulo, compartilhou do fato de ter tido uma experiência com pessoas trans na sala de aula, o ajudou a compreender melhor suas vivências e ter um olhar mais acolhedor para com pessoas trans:

Eu posso falar aqui pessoalmente eu tive um problema inclusive eu fui processado por uma aluna que se sentiu atingida, humilhada enfim por uma fala minha. Por mais que eu tenha me desculpado e tudo mais, hoje eu me coloco na situação dela de vulnerabilidade e tudo mais. E concordo com a situação que eu realmente ocasionei o constrangimento, então a experiência de repente com a pessoa é diferente do que você falar só teoricamente. Então quanto mais você tiver contato com as pessoas trans, quanto mais isso for trazido para a realidade da escola e você ter de repente uma professora trans, um professor trans, um colega trans isso vai normalizando as relações.

Dessa forma, a compreensão do participante a respeito da estudante trans ultrapassa o entendimento de sua identidade de gênero. Essa seria apenas a compreensão objetiva, muito superficial de afeto, emoção, sentimentos, idéias, inteligência, laços interpessoais e inúmeras outras características humanas que transcendem a orientação sexual de um indivíduo-sujeito.

O depoimento de Luis revela a ocorrência da compreensão complexa, não apenas pelo participante ter testemunhado uma ou mais situações de homofobia, mas também pelo sentido que ele dá à experiência. Seu discurso traz a empatia por alguém que sofre preconceito justamente devido à incompreensão dos demais acerca da homoafetividade. A compreensão complexa ocorreu por meio dos processos de Projeção-Identificação-Transferência (PIT), referidos como complexos imaginários.

Toda projeção é uma transferência de estados psíquicos subjetivos para o exterior; estes se fixam quer em imagens, representações ou símbolos que parecem não existir objetivamente, quer em outros sujeitos, em objetos, em conjuntos de objetos no meio circundante, no cosmos [...] a identificação é como uma propensão profunda, por certo nem sempre integralmente efetuada, de um processo introjetivo pelo qual o sujeito sente como subjetivo, pessoal ou próprio o que lhe é exterior ou estranho [...]. Projeção e identificação são transferências de sentido inverso, ligadas, ademais, por transferências recíprocas (MORIN, 2001, p. 89-90).

Sendo assim na fala do docente sua compreensão se deu a partir da identificação com a aluna ao imaginar seu sofrimento.

Para a professora Vilma, é fundamental o contato com pessoas trans em seu cotidiano, pois possibilita uma melhor compreensão: “A gente precisa às vezes ter um entendimento. Às

vezes até mesmo um certo conhecimento, uma certa experiência.”

Desta forma é importante dizer da importância da subjetividade humana, em que Dias (2008) aponta que o fator subjetivo ocorre por meio da experiência, deste fato para se desenvolver a compreensão complexa é fundamental que o indivíduo experimente em sua vida diferentes vivências.

Outro fato importante, que segundo o professor Luis Paulo, o mesmo aponta mais uma vez pela relação, projeção- Identificação- Transferencia, no qual traz uma reflexão sobre sua própria vida:

Porque eu sou pai de dois meninos. E se ele de repente, ou um deles falar assim, não, não sou menino. Ok está bom meu filho. Ou, está bom, minha filha. Será que eu tenho direito de não reconhecer isso? É aquela coisa, eh, o amor a gente não explica, a gente sente fosse filho ou fosse filha amaria igual”

Na fala do docente é possível verificar, o uso da frase “amaria igual”, pois é visto que em muitas famílias ocorre uma desvalorização do sentimento com o filho transexual, isso muitas vezes se dá pelo estigma que segundo Golfman (1981), o estigma ocorre quando aquele que tem um atributo diferente é colocado em uma camada de inferioridade e até de desumanização.

em um outro momento, a fala de Luís Paulo, que a falta de compreensão gera, discursos transfóbicos, segundo o mesmo faz uma associação com a religiosidade:

Vamos imaginar agora que a pessoa tenha na verdade a religião certo? E aí como eu não entendo daquela religião a qual eu vou falar claramente as de matriz africana eu não entendo eu não conheço a lógica daquela religião eu não conheço a situação da mitologia que envolve a construção daquela religião então de repente eu vou falar uma coisa aqui que é lugar comum associam Exu ao demônio. Que não é. Mas por eu não conhecer eu acho que é. Certo? Só para dar essa ilustração. Então a mesma coisa, eu tenho uma pessoa trans eu já vou imaginar. Ah é uma pessoa promíscua e não é às vezes ou muitas vezes né? Uma pessoa até com relações mais tímidas justamente por saber que é que é vulnerável para uma sociedade ela não quer liberdade de andar na rua sem ter medo. Por exemplo, né? Então quanto maior for o conhecimento sobre aquilo, menor vai ser a possibilidade de se sofrer violência e de se conviver de forma harmônica é uma situação que eu pude experimentar pessoalmente e hoje eu tenho uma concepção muito diferente inclusive com a vida,

A fala acima remete à necessidade à qual se refere Morin (2017, p. 115) de se conhecer

o contexto em que são formadas as opiniões e posicionamentos. Tal conhecimento é parte da compreensão da complexidade do ser humano. “Os contextos culturais devem ser reconhecidos para compreender os pensamentos e os atos dos indivíduos oriundos de diferentes culturas, das quais o sagrado, o lícito e a honra nos são estrangeiros” (MORIN, 2017, p. 115). O autor afirma, contudo, que compreender os mecanismos que levam as pessoas a determinados pensamentos ou ações não significa justificá-los. “Compreender não significa justificar [...] é compreender o porquê e o como se odeia e se despreza [...]. Compreender o fanático que é incapaz de nos compreender é compreender as raízes, as formas e as manifestações do fanatismo humano” (MORIN, 2017, p. 121). A partir das falas dos docente destaca-se o *imprinting*, pois este marca o modo como um mesmo tema é compreendido ou incompreendido, a depender da cultura.

4.3.2 A influência do *imprinting* cultural nas concepções LGBTQIfóbicas

Variados aspectos que se relacionam ao *imprinting* cultural aparecem nas falas dos entrevistados como barreiras para a compreensão da transexualidade no ambiente. Morin (2011) destaca que o *imprinting*, tal como a tradução literal do termo em inglês, “imprime” em cada ser humano uma cultura formada por paradigmas, hábitos, crenças e valores socialmente normalizados, excluindo tudo aquilo que lhe é divergente. Morin (2011) afirma que o *imprinting* cultural se inscreve cerebralmente, por meio de conexões sinápticas, o que faz com que o indivíduo- sujeito tenda a reproduzi-lo durante toda a sua vida, marcando profundamente seu modo de ser, agir, pensar e aprender; em outras palavras, sua subjetividade. Dessa forma, considera-se possível que a dificuldade de se mitigar os preconceitos LGBTQIfóbicos se relaciona a um *imprinting* cultural marcado pela normalização da imposição social da cis heteronormatividade. Na fala do Professor Everton, percebe muitas das vezes resistências de seus colegas professores em compreender estudantes transexuais:

Eu percebo uma resistência muito grande dos professores em chamar a pessoa pelo nome social eu já vi justificativas assim é porque os alunos que a gente tem, como eles são muito novos, então eles ainda estão na fase de transição, então eles ainda estão meio meninos, meio menina não dá para visualmente definir o gênero deles, aí tem professor falar é muito confuso, não vou chamar porque eu vejo, eu olho e vejo uma menina eu não vou chamar de menino. Nossa, quando ele tiver totalmente um menino, aí vai ser mais fácil para mim e tal. E aí você percebe no tom de fala da pessoa que é resistência

Na visão do professor Everton, muitos docentes utilizam de várias desculpas para não utilizarem o uso do nome social, entretanto é importante lembrar sobre a questão do nome social, conforme o discurso do professor, o direito do uso do nome social não foi estabelecido nos documentos escolares, lembrando que segundo a Resolução CNE/CP nº 1, de 19 de janeiro de 2018 no “Art. 2º fica instituída, por meio da presente Resolução, a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica” (BRASIL, 2018 p. 02). Desta forma é visível que os direitos de pessoas trans ainda são de difícil acesso no espaço escolar e que muitas das vezes as políticas de acolhimento da diversidade não são aplicadas.

Logo em seguida o professor sua percepção em relação a transfobia no cotidiano escolar: *não vejo transfobia na sala de aula por exemplo é mais a questão dos professores, né? Os professores que acabam tendo mais resistência do que os próprios estudantes.* Em relação a resistência dos docentes é possível afirmar que segundo Louro (2003) a escola não só reproduz as concepções de divisões de gênero na escola, mas as produz. A autora afirma que o espaço escolar é um ambiente produtor de preconceito. Quando o professor aponta da inexistência da tranfobia em sala de aula, é possível identificar em Borillo (2009) que o padrão heteronormativo apaga e nega qualquer comportamento feminino, assim como a rejeição da homossexualidade. desta forma forma o autor afirma que a um policiamento da sexualidade que reprime qualquer ato, ou desejo que em discordância com a binariedade de gênero.

De acordo com a professora Isabel , os docentes matem uma postura de resistência com aquilo que é diferente aos olhos:

Como esses dois casos é pauta de ATPC para semana que vem, então a gente buscou esse documento, né? Estamos estudando para passar para os professores. Eu e a outra coordenadora buscamos esse documento da OAB(mostrou o documento) onde tem alguma, algumas decisões em relação a educação e aí eu vou estudar pra que eu possa passar na semana que vem, e passarei essas informações para os professores, pois se eu levo alguma propostasem algum artigo ou uma lei estabelecida eles não aceitam.

É possível observar que a professora informa, a respeito da dificuldade em promover algum tipo de projeto envolvendo sexualidade e gênero, esta resistência, é em decorrência do preconceito, em que Crochik (1996) define como uma reação de hostilidade ao se deparar com aquilo que não é comum em seu meio. Com isso a docente ao se referir da importância de levar argumentos baseados nas leis , deixa claro o comportamento de cunho preconceituoso de seus professores.

Segundo Mezan (1988) o mesmo aponta que o preconceito é definido como características negativas dadas ao um determinado membro de um grupo e que o faça ser inferior, por ser simplesmente daquele grupo, esse fenômeno pode ser observado na fala do Professor Luis Paulo , que segundo o mesmo, na situação vivenciada com a estudante trans, atrelando a responsabilidade

e a violência sexual de mulheres cis a pessoas trans:

Então, eu coloquei todas as situações. Enfim, aí chegou um determinado momento que veio a discussão com os alunos sobre aquele banheiro unissex dá na PUC. E eu falei olha eu entendo que um banheiro unissex

num ambiente universitário OK? Não tem problema até porque uma mulher trans ela não vai no banheiro unissex, não vai ter o mijador, não vai ter ali, mas eu entendo também um pai ter um desconforto com a sua filha. compartilhando até aí olhar só a situação. Foi construída. Por esse vamos imaginar uma situação absurda, mais possível, mas é absurda. Umamulher trans que ainda não ou que ainda não quer fazer a cirurgia redesignação sexual ela topa, ela é vítima de um boa noite Cinderela e aí deu junto com o veado ela não vai estar consciente, mas ela vai ter uma ereção então assim, tendeu?

Na fala acima é possível verificar o quanto a imagem de pessoas trans são colocadas de formas errôneas, dando a elas características tidas como promíscuas.

Outro aspecto visto em uma das entrevistas foi, que trouxe o fator da religião como possível explicação para a manifestação da LGBTQIfobia na escola. Se o *imprinting* cultural se constitui, entre outros fatores, de crenças, pode-se pensar as crenças religiosas como elementos do *imprinting*. A segunda versão da BNCC trazia propostas de diálogo na educação entre o ensino religioso e outros temas, entre eles, sexualidade e gênero, inclusive citando-os como marcas sociais capazes de repercutir nas experiências subjetivas (BRASIL, 2016a).

Para a professora Vilma a religião, alimenta esse processo de preconceito com o apoio da sociedade:

Nós temos que respeitar o aceitar é outra condição e as vezes, o aceitar não é aquela pessoa que não aceita mais é a sociedade que impõe que ela não deve aceitar, principalmente quando se parte de religiosidade, que é um dos maiores pontos de vista que eu analiso muito a questão religiosa né, que se põe que isso é um pecado. Ai ... é pecado, não é pecado né ...

Do ponto de vista do *imprinting* cultural e da normalização, operam-se relações hologramáticas entre indivíduos-sujeitos e sociedade/cultura. Morin (2017, p. 210) afirma que, na óptica do princípio hologramático, “[...] a sociedade, como todo, pela cultura, está presente no espírito de cada indivíduo”. Assim, cada ser humano carrega e reproduz a cultura da sociedade na qual vive. Isto posto, pode-se afirmar que uma sociedade/cultura que tenha concepções LGBTQIfóbicas tende a se constituir de pessoas, ainda que não unanimemente, que reproduzirão a LGBTQIfobia. Isso pode ser observado na fala do coordenador Henrique, que informou sobre uma palestra que foi realizada em sua escola e que houve uma reação negativa dos pais:

Ah uma palestra que foi uma Drag e uma lésbica falar de sexualidade,

de prevenção de doenças e muitos pais não gostaram, principalmente porque os filhos estavam postando no Instagram o que estava acontecendo na escola. Ai não deu nem meia hora de palestra e apareceram uns vinte pais com a ronda escolar buscando os filhos na escola porque não queria que eles estivessem lá.

Com isso podemos observar o quanto discursos de cunho preconceito estão enraizados em nossa sociedade.

4.3.3 Princípio de inclusão e exclusão

nas entrevistas coletadas é possível identificar, casos relatados de inclusão e exclusão que orbitam o espaço escolar referentes a identidade de gênero. Em alguns relatos pode-se observar inclusão e exclusão simultâneas, o que é perfeitamente possível a partir de uma perspectiva de diálogo complexo. Para o autor, o princípio da exclusão permite que cada pessoa se diferencie de todos de forma egocêntrica, o que não implica egoísmo, mas a interpretação etimológica da palavra, ou seja, ocupar o seu centro. universo. O sujeito individual entende que sua subjetividade é única e que ninguém além dele mesmo pode ocupar seu lugar. O princípio da inclusão permite que sujeitos individuais sejam incluídos em uma família, comunidade, sociedade ou cultura por meio de características semelhantes entre seus membros. Assim, ao mesmo tempo em que exclui os outros por serem egocêntricos, ele se inclui em grupos em virtude de compartilhar atributos com seus membros e exclui desses grupos aqueles de quem discorda (MORIN, 2012).

A dialógica inclusão/exclusão aparece na fala do coordenador Henrique, quando o mesmo aponta para a diferença da postura da escola, quando a família aceita e quando não aceita, atividades que promovem a discussão de gênero na escola:

E vi situações que a família não aceita e a família ameaça de processar a escola se fizer alguma coisa contrária a decisão familiar. Então... tinha uma aluna que se chamava Bianca, mas ela não se via como Bianca e queria ser chamada de Rogério, só que a mãe ameaçou processar a escola, o diretor e professores se caso eles a chamassem de Rogério. Então isso era um constrangimento tanto para os professores quanto para os próprios colegas de sala, quanto para a pessoa.

Na fala do entrevistado é possível verificar que a família se organiza como um sistema que exerce constrições sobre as emergências. Sistema trata-se de “[...] unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações, indivíduos” (MORIN, 2016, p. 131) e emergências são “[...] propriedades ou qualidades oriundas da organização de elementos ou componentes diversos associados num todo” (MORIN, 2012, p. 301). Assim, sendo a família o impase para que determinadas emergências não são admitidas naquele sistema, de modo a colher a diversidade. Henrique afirma que quando a família aceita a situação é diferente, a um acolhimento para a diversidade dos estudantes :

Quando a gente tem o apoio da família muda todo o cenário e a escola se torna um ambiente incluso para aquela pessoa. Então a escola tem ferramentas de conscientização ,ela mostra ,ela acolhe esse adolescente que dá esses traços ,sinais de transexualidade e coloca isso, expõe em reuniões com os professores, em conscientização dos alunos, colegas de sala a poder estar aconselhando e a escola ser um ambiente agradável

A dialógica inclusão/exclusão fica evidente na fala acima, pois, para o coordenador Henrique , a inclusão ocorre na escola à medida em que o apoio da família se permite a manifestação da diversidade, da orientação sexual e identidade de gênero . Com isso, a escola pode promover ações pedagógicas para o acolhimento destes estudantes. Entretanto quando isso não ocorre , assim como na fala do coordenador , por ter a barreira familiar o ambiente se torna cosntrangedor não só para os estudantes como também para o corpo docente, sendo assim acaba ocorrendo a exclusão daqueles que são diferentes para uma parte da sociedade. Essa situação pode se configurada como uma situação de segregação. É um sistema heterogêneo da perspectiva da presença de diversas emergências entre si, mas que contém diferentes subsistemas homogêneos que se organizam de modo a gerar diversas repartições. Infere-se que a manutenção desse tipo de organização social no corpo discente pode gerar barreiras para intercâmbios entre os grupos, o que por sua vez, pode ser explicado , pelo menos em parte ajudar, a perpetuação das visões e discriminações LGBTQIfóbicas relatadas pelos participantes da pesquisa.

É importante ressaltar que os princípios operadores da complexidade são inseparáveis, a dialógica descrita acima alimenta um processo recursivo em que a inclusão de determinado indivíduos-sujeito em um grupo devido ao apoio dos familiares , sendo assim quando não ha está relação de escola e família , gera-se a exclusão quase que automática, pois a escola se vê refém da imposição familiar e com isso deixa de lado a inclusão daqueles estudantes que não se encaixam ao binarismo de gênero.

4.3.4 A face LGBTQIfóbica do paradigma da simplificação na educação

Ainda existe uma dificuldade em compreensão da transexualidade por parte dos coordenadores e professores. pois segundo Morin (2018) afirma que a educação necessita de uma reforma de pensamento que se baseie em uma mudança paradigmática da simplificação para a complexificação dos fenômenos. Isso se traduziria em deixar de reduzir os objetos de estudo às suas partes para considerá-los em sua totalidade, bem como em suas relações entre suas partes e entre o todo e suas partes. ainda de acordo com Souza (2018) se mantém no espaço escolar, assim como na sociedade uma ideia de se fundamentar a sexualidade humana apenas pelo aparato biológico, usando-a como meio de propagar o preconceito e o reducionismo da sexualidade de cada indivíduo.

No que se refer a transexualidade é comum observar nos entrevistados a ideia da concepção biológica e a redução do gênero a genitália. desta forma ao ser questionada sobre a sua compreensão em relação a transexualidade a coordenadora Isabel afirma esta ideia de redução da transexualidade a genitália:

Então pelo menos que eu entenda que é o transexual é aquele não sei se eu estou certo depois eu quero que você até me fale se eu estou certa ou não. Mas é aquele que gostaria de mudar de sexo e até pode fazer uma transformação do corpo físico.

A princípio percebe-se no discurso da coordenadora, a incerteza em relação a definição do termo transexualidade, visto que a mesma solicita que o pesquisador explique o fenômeno. De acordo com Mello e Sobreira (2018) A sexualidade humana, de acordo com as ciências humanas, deixou de ser vista apenas pelas diferenças biológicas, entre o masculino e feminino, possibilitando ir além do fator biológico, trazendo à tona questões relativas ao gênero, em que o masculino e o feminino não estariam ligados, de forma obrigatória, com isso a transexualidade não estaria ligada apenas a um componente anatômico no corpo, além do que Jesus (2012) afirma que a noção entre sexo e gênero é algo recente na história, e que durante séculos tendo a compreensão de que ambos seriam sinônimos, ainda guarda na sociedade a compreensão de que pessoas trans, desejam mudar seus órgãos genitais.

Em um outro momento a professora afirma essa sua incompreensão e relata dessas separações que se fazem entre sexo e gênero:

Vou ser sincera. Acho muitas letras, muitos nomes sim para talvez uma

situação. Pra mim eh eu acredito que a pessoa nasce desse jeito. Não precisava de tantos nomes, eu não sei, porque eu não entendo. Antigamente o LGBT, agora mudou para LGBTQI+ mais e tem mais alguma coisa, não sei de ninguém. Tá não é o ramo que eu tento entrar assim, me especializar

Neste ponto é possível identificar a importância do pensamento complexo e o problema gerado pelo paradigma de simplificação, pois segundo Morin a complexidade é “[...] o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos que constituem nosso mundo fenomênico” (MORIN, 2015a, p. 13). Por esta razão é possível identificar nas falas apresentadas pela educadora a importância de reunir os conteúdos e toda a dimensão existente nos indivíduos, pois Morin (2018) afirma que a partir de um paradigma que simplifica o conhecimento, faz com que os conteúdos sejam fragmentados isolados da realidade, reduzindo o complexo ao simples com a intenção de retirar a ambigüidade e a contradição, desta forma isso pode trazer impactos na maneira como educadores poderiam compreender a temática. Visto que em seu discurso a professora ao se referir a pessoas trans, se queixa da variedade que existe em nomenclaturas em relação a transexualidade.

Ao dizer que é um tema que não busca se especializar, é importante destacar que de acordo com Bell e Penna (2017) o coordenador pedagógico tem como atribuição a responsabilidade de promover junto aos professores ações voltadas a inclusão e os direitos humanos, podendo assim combater o preconceito nas escolas. É importante ressaltar que o Governo Federal, no ano de 2004, promoveu o programa Brasil Sem Homofobia (BSH), em que tinha como objetivo o combate a discriminação, em relação a transexualidade, referente a educação o programa objetiva ações educacionais para a promoção do respeito a diversidade.

De acordo com o professor Everton, mesmo tendo conhecimento sobre a sexualidade humana ainda assim encontra dificuldade muitas vezes ao se deparar com as contradições no corpo de um estudante trans:

Eu tive uma aluna trans do sétimo ano e se identificava até então como menino gay do sétimo ano e foi no ano que eu entrei nessa escola onde eu estou, quando foi no oitavo ano foi a pandemia e aí ele até então ficou fora da escola, não apareceu porque naquele ano era obrigatório ir e quando ele retornou o nono ano já tinha identificado como menina trans. Então nessa questão era bem complicado. Pelo menos, mesmo entendendo a transexualidade ainda assim era e tinha visto como menino e aí chega um ano depois eh e aí eles saem na fase de transição pra menina só que ainda visivelmente não era totalmente uma menina então na minha cabeça tinha esse punk de saber que era uma menina trans e que eu deveria chamar de mim pelo novo nome né?

Neste trecho é possível observar a importância de um olhar que visa a complexidade, pois segundo Morin (2012) a complexidade não pode ser reduzida a aspectos específicos. A princípio, o isolamento e a distinção podem ser necessários para uma compreensão preliminar do objeto de estudo, entretanto essa compreensão só será efetiva quando suas partes

forem vistas como complementares, simultâneas e antagônicas dentro de seu próprio sistema. Para o autor a compreensão nunca será completa, porém se houver oportunidade de compreensão será por meio de sua complexidade. Com isso pode-se dizer que a dificuldade do docente em entender sua aluna é devido ao isolamento de suas partes pois o mesmo no início da entrevista traz uma definição da transexualidade, porém quando se depara com a aluna em processo de transição, e se depara com as contradições corporais, tendo em vista as características biológicas masculinas, sob a imagem do gênero feminino, o professor afirma a dificuldade em reunir esses conceitos relacionados ao gênero na imagem da estudante. Todavia este fenômeno que se encontra a contradição, Morin (2011) o denomina de princípio dialógico, em possibilitar a superação da dicotomia presente, nos conceitos referentes ao sexo e gênero, desta forma a epistemologia da complexidade não reduz apenas o Ser humano apenas a um dos fatores, biológicos ou sociais, mas estabelece que o indivíduo é totalmente biológico, assim como totalmente social, pois Segundo Furlani (2011), a educação formal brasileira fundamenta-se em um discurso homogêneo acerca da educação sexual baseando-se na biologia essencialista, possuindo assim um enfoque exclusivo na promoção da saúde e estudo da reprodução humana, sendo chamado de determinismo biológico, esse fator possibilita na contribuição da naturalização das desigualdades sexuais e de gênero.

5 Considerações Finais

A presente pesquisa procurou, compreender o discurso dos coordenadores(as) pedagógicos(as) e de professores(as) em relação a transexualidade.

Para isso foi preciso investigar e apresentar diversos conceitos e aspectos históricos acerca da temática sexualidade e gênero, com uma maior atenção no que se refere ao ambiente educacional, para melhor compreender o fenômeno. Foi também necessário apresentar o pensamento complexo, referencial teórico desta dissertação, para que fosse possível embasar a análise das entrevistas realizada.

As investigações conduzidas pelo pesquisador com o apoio da orientadora e, após o exame de qualificação, com as sugestões das professoras avaliadoras presentes na banca, possibilitaram a ampliação da compreensão da sexualidade e gênero humanos e suas implicações biológicas, psíquicas, sociais, culturais e históricas. Foram apresentados os conceitos de preconceito, sexo, gênero, identidade de gênero, suas possibilidades de manifestação e sua historicidade, com foco nos avanços e retrocessos dos direitos civis da comunidade LGBTQIA+ e das políticas públicas em educação voltadas a esta população, tecendo apontamentos críticos quando necessário, pois entende-se que o olhar crítico deve fazer parte do universo acadêmico na busca por um mundo mais justo e igualitário, ultrapassando o atraso e o preconceito.

A revisão da literatura feita na introdução desta pesquisa, apresentou diversos trabalhos acadêmicos voltados a temática LGBTQIA+ dentro das instituições escolares de diferentes maneiras. Que buscavam a problematização e o acesso de uma educação mais inclusiva. No entanto, ressaltou que nenhum dos trabalhos encontrados na revisão da literatura, abordavam o discurso de coordenadores e professores em relação a transexualidade. Desta maneira esta pesquisa destaca-se por apresentar e investigar a compreensão destes profissionais em relação aos estudantes trans. Além de que o pensamento complexo, referencial teórico aqui empregado, diference de todos os trabalhos apresentados.

O primeiro objetivo específico desta pesquisa, que se refere a Problematizar discursos em relação a transexualidade, foi atingido, a partir da coleta das entrevistas com os participantes, possibilitando assim ir além de uma resposta objetiva, mas que traz seus aspectos subjetivos, como preconceito e estigmas acerca da temática. pois durante as entrevistas foi possível verificar no decorrer dos discursos, algumas construções sociais em relação ao tema e o quanto fatores históricos estão presentes nas construções culturais. Contudo, os cinco participantes que se voluntariaram para as entrevistas, ofereceram um rico material para as análises feitas no capítulo anterior, as quais permitem discorrer algumas conclusões, sem, contudo, pretendê-las definitivas, pois conforme amplamente discutido no terceiro capítulo, nenhum conhecimento deve ser fechado em si mesmo, mas sim estar aberto a revisões, verificações e até mesmo contestações, a fim de

não transformar-se em doutrina.

Os depoimentos coletados e suas respectivas análises apoiadas no arcabouço teórico que embasa esta pesquisa permitiram que se atingissem o segundo objetivo específico proposto: Compreender como tais discursos interferem no trabalho com estudantes transexuais no processo de ensino aprendizagem.

À medida em que o objetivo específico foi sendo cumprido, foi possível alcançar também o objetivo geral: Analisar discursos sobre transexualidade, produzidos ou reproduzidos por coordenadores(as) pedagógicos e professores do Ensino Médio. Ao longo da investigação, três impactos ficaram evidentes:

1 No discurso dos coordenadores e professores é possível identificar que há uma carencia em suas formações docentes em relação a temáticas sobre sexualidade humana, assim como também a influencia do aspecto relacionado ao fundamentalismo religioso que interfere na formulação e a continuidade de políticas educacionais, possibilitando dificuldades em compreender o assunto. Diante de alguns docentes apresentarem resistência em compreender e promover o respeito com os estudantes trans, é possível verificar que esse comportamento gera impacto no processo de escolarização e na relação com os mesmos, pois nas entrevistas é possível verificar, muitos estudantes abandonam as aulas por se sentirem expostos a situações vexatórias, e muitas das vezes são mais introspectivos em sala.

2 Durante as entrevistas o aspecto familiar foi levantado em vários momentos, sendo assim o ambiente familiar ainda se apresenta como um grande fator de produção e reprodução de preconceito, sendo um dos motivos de dificuldade da escola em promover um melhor acolhimento com estes estudantes.

Pode-se dizer que a partir de toda a história pessoas trans lutaram para ter o direito de existir garantindo, entretanto com as inúmeras violências sofridas pelo preconceito, ainda sim se mantem um processo para o reconhecimento de seus direitos, de modo especial o ambiente escolar, visto que muitas vezes reproduz as condutas proeminentes da sociedade.

Por fim a presente pesquisa possibilita novos caminhos para seu aprofundamento, no que tange a respeito do fator biológico, pois diante das entrevistas é possível verificar nas falas dos participantes inúmeras justificativas amparadas pela biologia, como se o fenômeno da transexualidade fosse inexistente na natureza.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXO. Pesquisa nacional sobre o ambiente escolar no Brasil 2016: As experiências de adolescentes e jovens gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. 2016.

BAHIA. Provimento conjunto nº CGJ/CCI 12/2012. Reedita, com alterações, o Provimento nº 04/2007 para vigor em todo o Estado, revogando o Provimento CCI – 06/2010 e introduzindo capítulo de regras para lavratura de escritura pública de declaração de convivência de união homoafetiva, adequando suas disposições à redação dada pela Emenda Constitucional n.º 66/10, ao artigo 226, § 6º da Constituição Federal, e, finalmente, inserindo regramento a respeito da habilitação para casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Diário Oficial de Justiça do Estado da Bahia, Salvador, 4 de outubro de 2012.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BELLO, I. M.; PENNA, M. G. DE O.. O papel do coordenador pedagógico nas escolas públicas paulistanas: entre as questões pedagógicas e o gerencialismo. Educar em Revista, n. Educ. rev., 2017 (spe.1), p. 69–86, jun. 2017.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1996

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Plano Plurianual 2004-2007**. vol. 1. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Decreto nº 3.952, de 04 de outubro de 2001. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.397, de 22 de março de 2005. Dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2005a.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. [Anais] I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. Decreto nº 7.388, de 09 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a composição, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. [Anais] II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT. Brasília, DF, 2011c.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola sem homofobia**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2011a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da Base Nacional Comum Curricular**. Brasília,

DF, 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico>. Acesso em: 07 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Relatório Final – 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF, 2016b.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Projeto de lei nº 7.582, de 2014. Define os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los, nos termos do inciso III do artigo 1º e caput do artigo 5º da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2019a.

BORRILLO, Daniel. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). Homofobia e educação: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres: Ed. UNB, 2009.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo. Governo e pânico moral: corpo, gênero e diversidade sexual em tempos sombrios. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 66, p. 141-155, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KfwSdvDGNG4q7DQvmg4N9pG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 mar. 2021.

COACCI, Thiago. A queima dos laudos: controvérsias e reconfigurações dos saberes e direitos trans na adi 4275. **Revista Direito e Práxis**, [S.L.], v. 11, n. 2, p. 1188-1210, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO).

CORRÊA, Otávio Amaral da Silva. A Transexualidade como Terceiro Sexo e a Divindade às hijras: religião, violência e Estado. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 3, n. 10, p. 276-294, 31 dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/2595-3206.2020.10.10704>. Acesso em: 5 maio. 2023.

CROCHÍK, José Leon. Preconceito, indivíduo e sociedade. Temas em psicologia, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p. 47-70, 1996. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v4n3/v4n3a04.pdf>. Acesso em: 23 set. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 01, de 29 de janeiro de 2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF, 29 jan. 2018.

DIAS, Elaine Teresinha Dal Mas. Subjetividade, docência e adolescência: impactos no ato educativo. In: ALMEIDA, Cleide; PERISSÉ, Gabriel (Orgs). Educação e linguagem: ensaios. São Paulo: USP; Porto: CEMOrOC, 2008.

DIAS, Elaine Teresinha dal Mas. Alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular: obstáculos e limites. **Debates em Educação**, [S.L.], v. 12, n. 28, p. 651, 18 ago. 2020. Universidade Federal de Alogas.

FURLANI, J. Educação Sexual—quando a articulação de múltiplos discursos possibilita sua inclusão curricular. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 26, n. 1, p.283-317, jan./jun. 2008.

FURLANI, Jimena. Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

GRUPO GAY DA BAHIA. Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil. Salvador, 2021

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2. ed. Brasília, DF: EDA/FBN, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MÁRCIA, Arán; ZAHIDHAFT, Sérgio; MURTA, Daniela. Transexualidade: corpo, subjetividade e saúde coletiva. Psicologia & Sociedade, [S.L.], v. 20, n. 1, p. 70-79, abr. 2008. FapUNIFESP (SciELO).

MARCOS, Cristina Moreira; MOREIRA, Euza Aparecida da Silva. BREVE PERCURSO HISTÓRICO ACERCA DA TRANSEXUALIDADE. Psicologia em Revista, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 593-609, 20 maio 2020. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. <http://dx.doi.org/10.5752/p.1678-9563.2019v25n2p593-609>.

MATURANA, H.; VARELA, F. J. A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2001.

MELO, T. G. R.; SOBREIRA, M. V. S. Identidade de gênero e orientação sexual: perspectivas literárias. Temas em Saúde, João Pessoa, v. 18, nº 3, p. 366-388, 2018.

MEZAN, R. Tempo de muda: ensaios de psicanálise São Paulo: Cia das Letras, 1998. MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**. Tradução de Eloá Jacobina. 24. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2018.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015a.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. Tradução de Ilana Heineberg. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2016.

MORIN, Edgar. **O método 2: a vida da vida**. Tradução de Marina Lobo, Simone Ceré e Tânia do Valle Tschiedel. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015b.

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015c.

MORIN, Edgar. **O método 4: as ideias**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.

MORIN, Edgar. Os complexos imaginários. Tradução de Maria Helena C. V. Trylinski. In: PENA-VEJA, Alfredo; ALMEIDA, Cleide Rita Silvério de; PETRAGLIA, Isabel (org.). **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 89-104.

- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- MOTT, Luiz. Etno-História da Homossexualidade na América latina. In: História em Revista, Pelotas, v. 4, p. 7-35, 1998.
- MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no Atlântico lusófono negro. Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 33, p. 9-33, 2005.
- NASCIMENTO, Leonardo. Qual ideologia de gênero? Albuquerque: revista de história, [S.L.], v. 7, n. 13, p. 85-100, 28 jan. 2017. Albuquerque: revista de história.
- OKA, Mateus; LAURENTI, Carolina. Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico exploratório das ciências da saúde. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 238-251, 2018.
- RANGEL, Sérgio. Bolsonaro pede disciplina e critica “ideologia de gênero” em entrega de colégio da PM. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2018/12/bolsonaro-pede-disciplina-e-critica-ideologia-de-genero-em-entrega-de-colegio-da-pm.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- ROCHA, S. da S. Atuação dos coordenadores pedagógicos da rede municipal de ensino de São Paulo: implicações políticas e sofrimento no trabalho. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2014.
- SILVA, Edlene Oliveira; BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa e. Travestis e transexuais no jornal ‘Lampião da Esquina’ durante a ditadura militar (1978-1981). Dimensões, [S.L.], v. 38, p. 214, 30 jun. 2017. Universidade Federal do Espírito Santo.
- SIQUEIRA, Monalisa Dias de; KLIDZIO, Danieli. Bissexualidade e pansexualidade: identidades monodissidentes no contexto interiorano do Rio Grande do Sul. Revista Debates Insubmissos, Caruaru, v. 3, n. 9, p. 186-217, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/viewFile/246520/36219>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- SÃO PAULO, Lei nº 10.948, de 05 de novembro de 2001. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. Diário Oficial do Estado, São Paulo, 2001.
- SÃO PAULO, Norma nº 88 da Subseção V. Do casamento ou conversão da união estável em casamento de pessoas do mesmo sexo. Diário da Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.dje.tjsp.jus.br/cdje/consultaSimples.do?cdVolume=7&nuDiario=1327&cdCaderno=10&nuSeqpagina=33>. Acesso em: 10 jul. 2020.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. **Incorrigíveis, afeminados e desenfreados**: indumentaria e travestismo na Bahia do séc. XIX.
- SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Edital de abertura de inscrições e instruções especiais. Concursos de Acesso para provimento, em caráter efetivo, de cargos vagos da Classe dos Gestores Educacionais - Coordenador Pedagógico, Diretor de Escola e Supervisor Escolar. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 24 jun. 2009.
- SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. Edital de abertura de inscrições e instruções especiais. Concurso público de ingresso para provimento de cargos vagos da classe II professor titular de educação infantil, professor titular de ensino fundamental I, professor titular de ensino fundamental II, professor titular de ensino médio e da classe III coordenador pedagógico da carreira do magistério municipal. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, SP, 5 de jun. 2007.
- SOUZA, E. J. Educação sexual “além do biológico”: problematização dos discursos acerca de

sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em biologia. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

VICENTE, Luciane da Silva. **A educação sexual nos documentos curriculares na perspectiva de professores do ensino fundamental**. 2021. 348 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.

ENTREVISTAS

Henrique (Coordenador Pedagógico)

Pesquisador: Boa Tarde! Como você está?

Henrique: Estou bem!

Pesquisador: Agradeço sua disponibilidade.

Henrique: Obrigado!

Pesquisador: Eu vou fazer uma única pergunta, o intuito é que você se expresse da melhor forma como você quiser. Então podemos começar?

Henrique: Certo!

Pesquisador: Então a pergunta é :De que maneira você compreende a transexualidade?

Henrique: Em que âmbito? forma geral?...É, eu acredito que isso seja quando a pessoa não se identifica no seu gênero biológico, e se ela não se identifica não binário homem ou mulher, ela permeia por diversos tipos de gênero, pode ser homem que gosta de outro homem e não se vê como homem, pode ser uma mulher que não se vê como mulher e se vê como homem e deseja fazer resignação sexual. Pode ser uma pessoa que não se identifica com nenhum dos dois tipos de sexo, pode estar no meio. Ali; não me identifico nem no masculino e nem no feminino e permeia entre os dois é aquela tal forma de “gosto de gente” eu não me identifico. Acho que a parte de transexualidade caminha nesse sentido na minha visão.

Posso dizer que tive uma experiência na escola, a dois anos entrou...é uma situação difícil principalmente na parte familiar, quando a gente tem o apoio da família muda todo o cenário e a escola se torna um ambiente incluso para aquela pessoa. Então a escola tem ferramentas de conscientização ,ela mostra ,ela acolhe esse adolescente que dá esses traços ,sinais de transexualidade e coloca isso, expõe em reuniões com os professores, em conscientização dos alunos, colegas de sala a poder estar aconselhando e a escola ser um ambiente agradável .Inclusive na escola que trabalhei eles quando a pessoa precisava usar o banheiro e se fosse causar algum constrangimento ,liberava-se o banheiro dos professores , da diretoria para que ela se sentisse a vontade e se sentisse incluída.

E vi situações que a família não aceita e a família ameaça de processar a escola se fizer alguma coisa contraria a decisão familiar. Então... tinha uma aluna que se chamava Bianca, mas ela não se via como Bianca e queria ser chamada de Rogério, só que a mãe ameaçou processar a escola, o diretor e professores se caso eles a chamassem de Rogério. Então isso era um constrangimento tanto para os professores quanto para os próprios colegas de sala, quanto para a pessoa.

Tanto que ele pediu para um professor a chamar pelo sobrenome, porque não queria ser chamada de Bianca. Então que a escola, escola pública tenta trabalhar com essa ambientação, com essa inclusão, tentando deixar um espaço cada vez mais democrático e com o reflexo da sociedade tem essas dificuldades. Mais não vejo que espaço gay acolhedor para isso.

Pesquisador: Gostaria de fazer alguns esclarecimentos!

Henrique: Certo!

Pesquisador: Você falou essa questão da família né...e que a mãe no caso não autorizou. Como você se via nesse momento?

Henrique; eu ... a gente fica muito bem, porque nosso papel é acolher o aluno, criança que está ali naquele momento, mais por outro lado a gente tem uma lei que é responsável pela aquela criança e diz que é o pai e a mãe. Então a gente se sente meio que de mão atadas e não tem muito o que fazer. Mesmo tentando concretizar a mãe e falar da importância de aceitar, que não vai mudar, que é melhor aceitar para que dessa forma tenha uma transição adequada, para manter os elos familiares e ser menos traumático, mesmo assim a gente se vê de mãos atadas porque a mãe não aceita. Então é uma situação muito delicada que passa dentro da escola e nós como corpo docente, a gente não tem muito o que fazer. A gente é obrigado a acatar a uma ordem que vem de cima, ordem judicial e que se descumprir essa lei pode gear punição para nós docente. Então a gente conversa com o aluno, explicamos a situação e falamos :oh ...infelizmente seu pai e sua mãe não aceita e a escola não tem problema nenhum, mas a gente tem que seguir a uma diretriz judicial, que vai ou não poder aceitar sua mudança...com isso o que podemos fazer para amenizar sua dor. Em relação ao seu nome como podemos te chamar sem transgredir nada. Então um dos caminhos da escola foi chamar pelo sobrenome, sem ter que agredir mais ainda esse adolescente, essa criança.

Pesquisador: Então o que você está me dizendo que a resistência é a partir da família então da escola?

Henrique: Não houve resistência da escola nenhum momento eu vi a escola como um ambiente não acolhedor, respeitar mesmo que tenha diversos professores com várias crenças particulares não aceitando, mais na parte pedagógica, como educador eles sabiam que seu papel era importante.

Tinha uma professora que era adventista e que era totalmente contra a tudo isso ...mais momento ali foi uma das pessoas que mais acolheu essa aluna, foi a que deu uma palavra, um abraço, um aconchego, mesmo ela no particular dela ela não aceitando, ela como profissional transgrediu as barreiras e acolheu, deu um abraço e teve próximo durante todo ano desse estudante.

Pesquisador: E como era essa sua relação com esse estudante?

Henrique: Era bem pouco, como eu só aparecia duas vezes na semana na sala de aula, então minha relação mais era tanto eu acompanhar mais no dia de reuniões de professores, quando a mãe ia lá e chamava todo o corpo docente eu acompanhava, mais em parte no cotidiano era normal um aluno como outro qualquer, fazia as minhas atividades, brincava, tinha momentos de dificuldades e eu trabalhava de forma normal sem distrato e supertranquilo como um aluno como outro qualquer.

Pesquisador: Você falou né da questão do banheiro, a escola tinha alguma política de diversidade, fazia algum tipo de projeto ou não?

Henrique: Não ,não pode escola pública eles tem modelo padrão banheiro masculino ,banheiro feminino, banheiro dos professores e banheiro da direção .Tipo ah se eu me identificar no gênero feminino e tá tudo documentado e a família aceitava passava-se a autorizar ao uso do banheiro

feminino, se caso acontecesse alguma coisa e o aluno não se sentisse confortável, a escola permitia usar o banheiro dos professores ou da direção para não gerar constrangimento. Porque também tem o outro lado, as outras família não aceitando que a criança use o mesmo banheiro, tipo então o rapaz entrando no banheiro das meninas, então muita família não aceitava.

Pesquisador: Nesse caso dessa trans que você me falou como foi?

Henrique: A escola acabou colocando-o para usar o banheiro dos professores ou da direção quando teve muito murmurinho.

Pesquisador: A partir de quando que gerou esse murmurinho?

Henrique: Dos próprios colegas que começaram a levar para casa, falando que estava um rapaz usando o banheiro das meninas e ela não estava se sentindo confortável. Então foi um grupo de pais pedir que a escola tomasse providência. Como banheiro é algo essencial para não dar atrito, a escola passou a autorizar o banheiro dos professores ou da direção no momento que ela precisasse. E aí, quando ela passou a utilizar o banheiro masculino, quando usava o banheiro masculino os meninos não faziam nenhuma interferência, aceitaram tranquilamente.

Pesquisador: Eu te perguntei se tinha algum projeto e você falou que não podia, mais nenhuma ação, nenhuma palestra?

Henrique: Ah não, tem sim feito palestra de conscientização mais algo bem superficial não é nada aprofundado. Geralmente professor de sociologia e filosofia trazem essa questão de gênero muito forte para dentro, mais durante a palestra algumas coisas os ânimos ficam meio intenso a referente a questão sexualidade nas escolas. Então a escola faz uma argumentação bem superficial nada profundo, geralmente porque tem muito adolescente que não tem maturidade e acaba achando que a gente está doutrinando e vinha muitos pais questionar isso e faziam denúncias.

Pesquisador: Já aconteceu uma situação dessa que você presenciou?

Henrique: Já de ronda escolar dentro da escola com pais reclamando porque a escola estava fazendo apologia ao sexo.

Pesquisador: E qual era atitude que estava sendo feita?

Henrique: Ah uma palestra que foi uma Drag e uma lésbica falar de sexualidade, de prevenção de doenças e muitos pais não gostaram, principalmente porque os filhos estavam postando no Instagram o que estava acontecendo na escola. Ai não deu nem meia hora de palestra e apareceram uns vinte pais com a ronda escolar buscando os filhos na escola porque não queria que eles estivessem

lá.

Isabel (Coordenadora Pedagógica)

Pesquisador: Boa tarde! Como você está?

Isabel: Estou bem!

Pesquisador: Agradeço a sua disponibilidade.

Isabel :Obrigada!

Pesquisador: Eu vou te fazer uma única pergunta, o intuito é que você se expresse da forma como você quiser. Então podemos começar?

Isabel: tranquilo.

Pesquisador: Eu vou dizer a pergunta e aí você fica à vontade para responder. Isabel: Tudo bem.

Pesquisador: A pergunta que eu vou fazer para você é o seguinte: Descreva para mim a sua compreensão em relação a transexualidade?

Isabel: Difícil (risos), difícil porque na realidade esse é um tema novo, porém velho não sei se você entende o que eu quero dizer. É velho porque isso sempre teve mais é novo porque só apareceu para a população agora, então pelo menos que eu entenda que é o transexual é aquele, não sei se estou certa depois eu quero que você me fale se eu estou certa ou não, está mais é aquele que gostaria de mudar de sexo né e até pode fazer uma transformação do que é preciso. Vou ser sincera, acho muitas letras, muitos nomes para talvez uma situação, para mim é eu acredito que a pessoa nasce desse jeito e não precisava de tantos nomes eu não sei por que eu não entendo, antigamente era LGBT agora é LGBTQI+e tem ainda se eu não me engano tem mais alguma coisa não sei te dizer. Tã. Não é um ramo que eu tento entrar assim e me especializar, não é um apesar de que eu deveria, mas eu sempre peço ajuda dos meus alunos, por exemplo eu tenho dois alunos, alunas que são alunos que eu também não sei como chamá-los, porque a gente não tem essa orientação e que não gostariam que o chamassem pelo nome e tem o nome que uma é fluida, diz que tanto homem como mulher e mais uma outra que se considera como homem, não sei te dizer o que é cada um deles, não sei sou leiga no assunto, mas eu não tenho preconceito e tento aceitá-los do jeito que são. E tanto que é uma questão que a gente estava discutindo ontem, eu e a outra coordenadora que nós vamos passar os direitos dessas pessoas. Para que elas sejam respeitadas dentro do ambiente escolar. Está até aqui nossa técnica né. uso de nome social em escolas e universidades, engraçado que não é um tema que a gente escolheu e que eu não li ainda .A outra coordenadora trouxe e eu não li mas é uma coisa que acontece constantemente dentro da escola, agora especificamente em relação ao trans é , eu acredito que é a pessoa que não se considera por exemplo ela é masculino teoricamente nasceu lá no documento estado masculino só que ela não se considera um homem ,ele se considera uma mulher e ele

tenta transformar o corpo fazer a transformação no corpo durante a vida dessa pessoa e se transformar numa mulher ,não sei se estou certa

Pesquisador: Ok Isabel eu percebi que você falou algumas coisas em relação ao espaço escolar e você trouxe dois exemplos, queria que você aprofundasse um pouco queria entender um pouco mais, aí você falou assim: “É eu deveria conhecer mais “, eu queria que você me explicasse um pouco sobre isso

Isabel: Então porque assim vou ser sincera eu não sei LGBTQI+ eu não sei que é, sei que Lésbicas, Gays, o B já não sei aí eu acho que eu preciso me aprofundar mais apesar de que são pessoas que eu não tenho preconceito eu tenho amizade, eu tenho relação com essas pessoas normalmente e eu na minha opinião como formadora, como educadora deveria conhecer não conheço estou admitindo, porém eu acho que o mais que conhecer é respeitar. Para mim eu respeito e sempre respeitei e vou continuar respeitando sem preconceitos nenhum. Entendeu.

Pesquisador: E aí sobre essa questão dentro da escola, como que você vê isso, você falou dessas duas experiências você falou de não saber muitas vezes como lidar, como que isso te atravessa.?

Isabel: Eu proponho sempre aos professores que tratem com respeito, o ser fluido, o ser trans, o ser gay ou ser lésbica para mim isso não importa. O que importa para mim é o respeito dentro da escola. Não é? Então o trato que eu passo aos professores é que eles tratem os alunos de acordo com o que eles querem, eu sempre converso com os alunos da seguinte maneira: “A mãe sabe? A mãe aceita? O responsável aceita?” Se aceita gente tem uma conversa com o responsável e a gente muda na sede que é secretaria digital, a gente muda na sede o nome para um nome social. Agora e aí todos vão chamar pelo nome social. Agora quando o responsável não aceita, eu passo isso para os professores, porém eu peço para que eles respeitem usando o nome social. Mais aviso ao aluno que pode acontecer do professor esquecer na hora da chamada e chama-lo pelo nome normal que ela nasceu, o que a pessoa nasceu né. Então essa é as informações que eu passo para os professores, procuro respeitar ao máximo, procuro pedir para os professores também que respeitem ao máximo, entendeu.

Pesquisador: E esses dois alunos que você acabou de identificar, eles falam alguma coisa em relação a isso?

Isabel: Eles vieram me procurar, sempre vem acompanhado de alguém, na realidade o primeiro caso ... A professora identificou dentro de sala e veio me comunicar, eu chamei a pessoa conversei e expliquei o caso porque a família não aceita, então expliquei que ele poderia ser chamado pelo nome sem ser o nome social porque poderia acontecer a gente é humano e esquece né, principalmente no início ,expliquei o caso .Agora a outra pessoa veio com uma amiga e aí amiga estava meio sem jeito e

foi a amiga que falou para mim, porque essa amiga já teve um outro caso no ano passado, que a pessoa não está mais na escola que era a do caso fluido .E ai a gente conversou ,a mãe também não aceita .O responsável também não aceita então eu falei a mesma coisa, se o responsável aceitasse a gente pediria para estar vindo a escola e fazer uma carta pedindo o nome social, porque? É menor e precisa ter autorização do responsável, está.

Pesquisador: Você comentou desse documento, que você pretende trabalhar. Vocês já estão fazendo algum tipo de trabalho em relação a isso?

Isabel: Não, então como esses dois casos são pauta ATPC para semana que vem, o que aconteceu. Um aconteceu a algumas semanas atrás e o outro aconteceu ontem. Então a gente buscou esse documento, a gente está estudando para passar os professores na semana que vem, no ATPC da semana que vem. É a gente buscou, a outra coordenadora buscou esses documentos na AOB onde tem algumas decisões em relação a educação e aí eu vou estudar para que eu passar na semana que vem essas informações para os professores.

Pesquisador: E a última pergunta que eu queria fazer Isabel, eu percebi que na sua fala você trouxe a preocupação que você tem com a temática e o cuidado com que você estabelece. Eu queria saber como você se sente com isso?

Isabel: Como assim, eu sinto respeito para mim é uma pessoa como outra, eu não discrimino. Eu por ser negra já passei por tanta discriminação né? Por que que eu vou discriminar uma pessoa por causa do sexo? Então eu tento ajudar né. o ano passado a gente fez um projeto falando sobre discriminação e eu entrei em toda as salas e falei, contei a minha história que eu sofri discriminação na faculdade eu fiz engenharia e que quando eu fui para o campo de trabalho é engenheira mulher não era aceita e aí eu sofri tanto preconceito, por que que vou trazer preconceito por contra uma pessoa que quer ser de outro sexo? Não tenho isso, eu me considero, como posso dizer : “ livre de preconceitos “.

Pesquisador: Certo. Muito bem. Eu agradeço pelas suas respostas e sua participação.

Isabel: Imagina, fico feliz em contribuir em seu trabalho.

Pesquisador: Tenha uma ótima tarde, e até mais

Isabel: Até Tchau!

Pesquisador: Tchau!

Vilma (Professora Biologia)

Pesquisador: Boa tarde! Como você está?

Vilma: Estou bem!

Pesquisador: Agradeço a sua disponibilidade.

Vilma: Obrigada!

Pesquisador: Eu vou fazer uma única pergunta, o intuito é que você se expresse da forma como você quiser. Então podemos começar?

Vilma: Ok.

Pesquisador: Eu vou te dizer qual é a pergunta, e aí você fica à vontade para responder.

Vilma: Certo.

Pesquisador: Eu gostaria que você me descrevesse de que maneira você compreende a transexualidade?

Vilma: Eu entendo que a transexualidade ela é algo que nasce, não é algo que se desenvolve é algo que a pessoa nasce e ao longo do tempo a pessoa começa se identificar com algo que ela já nasceu por exemplo; a mulher se identifica que ela é mulher, o homem se identifica que ele é homem. E a pessoa que é de outro gênero, é que agora que a gente tem essa identificação que é gênero se identifica e aí ela começa a se entender com ela .E quem é de fora ,a gente que está de fora começa também a entender ou pelo menos a gente tenta entender como é essa pessoa , porque você olhar o estereótipo da pessoa é uma coisa ,você entender aquela pessoa é outra coisa porque o corpo é algo que eu toco eu vejo a mente eu não consigo .Então para isso a gente precisa ,é como eu vou explicar para você...é ter uma compreensão, a gente precisa as vezes ter um entendimento, as vezes até mesmo um certo conhecimento uma certa experiência ,as vezes buscar até ajuda mesmo profissional, é vivências para a gente poder entender essa pessoa ,esse adolescente para ajuda-lo até mesmo ele a se entender .Porque existe um conflito porque é a mesma coisa de você ter um corpo e não se identificar e aí existe esse conflito ,porque o conflito não parte só da sociedade mais parte dentro da casa ,da família e dele próprio .Porque ,mesma coisa é que é um conflito muito grande porque infelizmente a gente vive numa sociedade , vive numa cultura que você que tem que ser o que está ali e não aquilo que está acontecendo .Então as vezes é muito difícil para a gente também entender e ajudar para compreender .E aos longo dos anos eu aprendi que eu não amo o que eu vejo ,eu amo o ser humano que está a minha frente e é isso que eu passo para eles .Eu não quero saber de quem é esse corpo eu quero saber quem está nesse corpo e amar está pessoa que está nesse corpo entendeu, porque o estereótipo não quer dizer nada para mim .Agora quem ocupa esse estereótipo sim e isso é importante ,entendeu. E infelizmente nós vivemos numa sociedade que é ainda muito fechada, é muito machista, é muito... como que eu vou explicar para você muito violenta ainda para entender isso e isso as vezes aflige a gente né

porque a gente se coloca no lugar daquela pessoa que está sendo as vezes maltratada, humilhada, e as vezes até ferida violentada, violentada por todos os tipos e a gente não sabe como agir, porque é difícil é muito complicado.

Pesquisador: Bom agora vou fazer umas perguntas só para eu entender. Você falou logo no começo da sua frase ,quando você começou a discursar em relação a : “as vezes é preciso ter uma experiência ,você já teve alguma experiência com algum aluno trans em sala, como que foi essa experiência?

Vilma: Eu tenho a não. Eu tive aliás com um aluno que ela é um garoto e que agora passou para ser uma garota e assim! O meu ponto de vista não mudou né, simplesmente como aqui na nossa universidade também tem para mim não mudou, mudou assim né que agora realmente o socialmente é uma mulher e a gente respeita e passou aceitar assim o convívio nunca deixei de respeitá-lo, respeito o que ela é e acabou. Hoje é como eu disse não é um corpo é a essência daquele corpo é aquela pessoa que eu aceito que eu vejo, é aquela é ...como vou explicar para você: é a pessoa em si né .Agora quem está ao redor como que vive e é aí que a gente entra na defesa e as vezes essa defesa a gente as vezes precisa usar um pouco mais da força da palavra ,não dá força física mais da expressão mais forte que é para as pessoas respeitarem .Porque as vezes a educação que eles tem em casa é muito problemática e ofendem e aí as vezes a gente precisa intervir.

Pesquisador: Você já presenciou algum tipo de violência em relação a esse estudante que você comentou?

Vilma: Já, já presencie!

Pesquisador: O que?

Vilma: Ah, ofensa né...” A sua bichinha né, você não é menina, você é um veadinho, aí você precisa intervir. Não é assim que se fala, você precisa respeitar entendeu e a opção, a escolha, o gênero não importa você vai respeitar e acabou. Você respeitar é uma coisa, aceitar é outra e você vai respeitar e acabou. Entendeu as vezes a gente precisa usar de força da palavra e as vezes você precisa sentar com aquele adolescente diante daquela criança daquele jovem e explicar isso, que é um ser humano e o respeito tem que estar ali , porque o respeitar todos nós temos que respeitar o aceitar é outra condição e as vezes ,o aceitar não é aquela pessoa que não aceita mais é a sociedade que impõe que ela não deve aceitar ,principalmente quando se parte de religiosidade ,que é um dos maiores pontos de vista que eu analiso muito a questão religiosa né, que se põe que isso é um pecado .Aí ... é pecado ,não é pecado né ... então tem tudo isso que a gente as vezes tem que impor explicar para a criança porque é de criança que a gente vai ensinando ,é de criança que a gente vai analisando que é uma pessoa não importa seja homem ,seja mulher ,seja trans

quem que seja é uma pessoa ,é um ser humano . E o importante é que ele seja respeitado, que aquele ser humano seja respeitado a gente dá aquilo que a gente recebe .Se você der amor você vai receber amor ,agora se você der pata ,ódio você também vai receber então é isso é troca né, a gente precisa começar a mudar essa visão da sociedade e a gente tem que começar com os pequenos agora .Eu sempre Falo isso o respeito não parte do menor para o maior ,não é do mais novo para o mais velho .Mais é do mais velho para o mais novo, porque e o mais velho é p espelho do mais novo. Então a gente precisa mudar isso.

Pesquisador: Você pontuou a questão familiar né, nesse exemplo que você trouxe desse estudante, dessa estudante no caso tem alguma relação com a família, já teve algum embate com a família, escola?

Vilma: Não sei por que esse estudante não faz parte da minha turma, eu fui apenas suprir a necessidade da falta de um professor e acabei conhecendo , mais pelo que eu sei pelo que eu entendi a princípio a família teve uma resistência e depois acabou aceitando e hoje vive m muito bem .Nas escolas hoje a gente tem muito alunos assim né , hoje a questão LBGT SQ+ nas escolas é muito presente e eles ensinam muito para nós porque até então ,eu sou de uma geração que só tinha LBGT ,então eu ainda estou aprendendo o LBGTQ+ ,então tem coisas ainda que eu falo para eles, eu ainda não consigo associar ...eu não consigo entender ,eu quero aprender . Mas eu respeito e eu amo quem é você basta, depois eu entendo as siglas, mas eu amo você. Então é as famílias acho que tem a mesma dificuldade que eu as vezes e a gente estão tentando interagir com eles. E eles são amáveis com a gente, eles explicam as vezes eu tenho muita dificuldade assim para compreender né, então eu fico como que é que? Se pode me explicar de novo? Aí eles sentam comigo e explicam tudo, aí eu falo não entendi agora, mas eu amo você do mesmo jeito. E a gente tem essa interação entendeu, agora é nós temos muito mudos, no nosso meio na nossa família, então a gente precisa hoje em dia é eu vou falar nós porque é uma sociedade entendê-los, aceitá-lo e respeitá-los, chega de preconceito.

Pesquisador: Só uma última pergunta, você falou que as vezes fica um pouco difícil de entender, de compreender por mais que expliquem as vezes não entende. Você pode me dar um exemplo o que você as vezes não consegue compreender assim facilmente?

Vilma: Eu vou dar um exemplo para você. A Pansexualidade eu tenho uma dificuldade muito, é não seria muito grande de entender. Eu não consigo entender ainda o que é uma pansexual entendeu, por mais que eles tentam me explicar é algo que eu ainda não consigo assimilar eu não consigo entender, então as vezes eu me questiono, como que é, como será. Como funciona. Às vezes eu me questiono. Por que eu tento balancear e eu não consigo, então eu pergunto para eles é bissexual não? Não, não é. É homossexual? Não, não é. Aí eu fico naquela questão como que é? Entendeu tem algumas siglas algumas coisas que eu preciso entender mais antes de eu me

entender eu já falo para eles: “eu não preciso entender o importante é que eu amo você e acabou. Partir do momento que eu entro com amor não me importa quem é, o que é. O importante é que eu amo, e quando você aprende a amar o ser humano não importa o que ele seja, o importante é que você ama. Então eu prefiro amar você não precisa entender, porque se eu o amo eu amo o ser humano e não o que ele é, o que ele escolheu, que gênero ele é, então não importa eu escolhi amar aquele ser humano né e é isso ue importa depois lá na frente eu entendo tudo isso.

Pesquisador: Certo. Muito bem. Eu agradeço pelas suas respostas e sua participação.

Vilma : Imagina, fico feliz em contribuir em seu trabalho.

Pesquisador: Tenha uma ótima tarde, e até mais

Vilma: Até Tchau!

Pesquisador: Tchau!

Everton (Professor)

Pesquisador: Boa tarde! Como você está?

Everton: Estou bem, espero contribuir com algo para a realização desta pesquisa.

Pesquisador: Agradeço a sua disponibilidade.

Everton: Obrigado!

Pesquisador: eu vou te fazer uma única pergunta, o intuito é que você se expresse da forma como você quiser. Então podemos começar?

Everton: Sim, claro!

Pesquisador: eu vou te dizer qual é a pergunta, e aí você fica à vontade para responder.

Everton: Certo.

Pesquisador: Então, a pergunta é: De que maneira você compreende a transexualidade?

Everton: Transexualidade é quando a pessoa nasce com um gênero e ela não se identifica com ele. E aí pode ser tanto do gênero oposto e vice e versa como pode ser também as pessoas que não se identificam com nenhum dos dois gêneros que são os transexuais não binário. É isso que eu sei. Entretanto, no meu trabalho na disciplina de Matemática, eu acabo não discutindo muito isso em sala de aula, geralmente eu acabo discutindo sexualidade, mas não transexualidade, a sexualidade que eu acabo discutindo dentro da sala de aula às vezes é por curiosidade dos alunos né? Por eu ser gay assumido, então eles vêm me perguntar então quando eu escuto sexualidade dentro da sala é mais coisa pessoal e eu não tenho problema em falar porque é mais questão de curiosidade mesmo. Então para o lado transexualidade eu acabo não discutindo muito em sala de aula justamente por isso, por não parte do meu tema, mas eu já tive projetos de educação, projetos sociais na escola onde eu falei alguma coisa a minha, mas assim minha experiência maior mesmo é com alguns alunos e alguns e algumas alunas trans que eu já tive. Eu tive uma aluna trans do sétimo ano e se identificava até então como menino gay do sétimo ano e foi um ano que eu entrei nessa escola onde eu estou, quando foi no oitavo ano foi a pandemia é e aí ele até então ficou fora da escola, não apareceu porque naquele ano era obrigatório ir e quando ele retornou o nono ano já tinha identificado como como menina trans. Então nessa questão era bem complicado. Pelo menos ,mesmo entendendo a transexualidade ainda assim era e tinha visto como menino e aí

chega um ano depois eh e aí eles saem na fase de transição pra menina só que ainda visivelmente não era totalmente uma menina então na minha cabeça tinha esse punk de saber que era uma menina trans e que eu deveria chamar de mim pelo novo nome né? Inclusive que não estava na chamada como o nome social, mas dentro da sala ela pedia pra que a gente chamasse pelo nome feminino, só que era confuso, porque eu olhava, via o menino E aí ele tinha que lembrar que era uma menina por um novo nome. Então às vezes até na chamada mesmo, mas tinha que parar lembrar que o Carlos era Emily e chamar pelo nome correto. É e agora à noite onde eu estou a escola que eu estou no meu turno tem bastante aluno do ensino médio que são meninos trans eu nunca tinha visto tantos meninos trans na mesma escola. É geralmente eu já vi né? Várias meninas trans. Nessa escola não. Tem vários meninos inclusive na lista de chamada já tem um nome lá. É fica o nome feminino né? E não quer dizer fica o nome masculino e aí entre parênteses que o nome feminino que seria o nome de nascimento. Então, mas assim pelo pouco que eu percebo é os colegas da sala de aula não é igual quando eu estudava por exemplo e tinha um aluno gay os alunos zoavam e tal o a pouca experiencia com alunos e alunas trans que eu tive eh foi uma é uma experiência bem tranquila até não vejo transfobia na sala de aula por exemplo é mais a questão dos professores, né? Os professores que acabam tendo mais resistência do que os próprios estudantes.

Pesquisador: Muito bem! Agora vou pedir alguns esclarecimentos a sua resposta. Em seu relato você havia mencionado, sobre sua experiencia com estudantes do ensino Médio que são trans e a relação com os professores, poderia me falar um pouco a respeito da postura dos docentes com os alunos?

Everton: Eu percebo uma resistência muito grande dos professores em chamar a pessoa pelo nome social eu já vi justificativas assim é porque os alunos que a gente tem, como eles são muito novos, então eles ainda estão na fase de transição, então eles ainda estão meio meninos, meio menina não dá para visualmente definir o gênero deles, aí tem professor falar é muito confuso, não vou chamar porque eu vejo, eu olho e vejo uma menina eu não vou chamar de menino. Nossa, quando ele tiver totalmente um menino, aí vai ser mais fácil para mim e tal. E aí você percebe no tom de fala da pessoa que é resistência, que não é apenas se confundir, porque confundir pode acontecer, você pede desculpa e tudo mais, mas não é confusão, é resistência mesmo. Ao mesmo acontece pronome neutro, né? Nossa o pronome neutro é um absurdo para os professores que não pode mudar a língua portuguesa, que é a língua portuguesa, ela tem normas e que não existe pronome neutro na língua portuguesa e aí você percebe no tom que a pessoa tá tendo uma justificativa é, mas ela tá usando aquela justificativa apenas pra disfarçar a resistência dela e na adaptação, né?

Pesquisador: Entendo! Você mencionou sobre a linguagem neutra, O que você percebe sobre a resistência dos professores?

Everton: Olha, eu vou falar minha experiência pessoal em usar a linguagem neutra, né? Eu particularmente não uso é, mas eu também não tenho resistência se alguém chegar em mim e pedir pra que eu trate essa pessoa pra ela me deu tudo. Vai ser complicado justamente por aquilo que eu falei, né? Nosso cérebro é muito compensa oportunidade de gênero, mas assim, eu vou me corrigir até eu se acostumar. Não tem problema por isso. Mas na sala de aula eu vejo muito é na sala de aula não, né? Na escola dos professores, eu vejo muita resistência e está tentando de deboche mesmo. Ano passado uma formação com uma ONG que a saúde falava sobre sexualidade e teve um dia que a pauta nem era pronome neutro, era uma pauta de falar sobre LGBTQIA+ Negros. E aí no texto lá no slide a formadora colocou, Negres né? Com pronome neutro e aí a pauta desviou, deixou de ter uma pauta sobre LGBTQIA+ Negros e virou o problema neutro, porque o pessoal, os professores de português, inclusive, é batendo resistência dizendo que a língua portuguesa não existe aquilo, que é modinha, que estão querendo inventar um monte de coisa e hoje em dia até de vez em quando nas salas dos professore a gente tem umas piadinhas, né? É aí cuidado se não está chamando pronome neutro. Ai cuidado é você esqueceu de incluir o E, sabe? Tipo assim não em tom educativo e sim em tom mesmo de deboche, aí eu percebo muito essa resistência.

Pesquisador: Esses estudantes Trans, fazem algum tipo de relato alunos né? Que você tem né? Que são os meninos trans é eles relatam alguma coisa em sala para você ou não?

Everton: Olha, é na escola tem bastante, eu já dei aula na escola ano passado. Ano passado eu tinha todas as turmas. Esse ano eu tenho menos turmas, mas eu vejo os estudantes por lá. É meus mesmos eu tenho três se eu não me engano e eu não sei o motivo mais os três tem a mesma característica, eles são muito introvertidos, falam um pouco na sala de aula, o grupinho deles é mais fechado, né? E não necessariamente é um grupinho de alunos LGBTQIA+, tem alunos mesclados porque geralmente os grupinhos de LGBTQIA+ tão fechados, né? Na sala de aula. Esses estudantes não, eles conversam assim com todo mundo, mas eles são introspectivos, ficam mais na deles, não conversam muito na sala de aula, então também não fazem nenhum relato pra mim e no geral todo mundo gosta bastante de conversar comigo, esses estudantes não, nunca tive esse nenhum momento de troca com eles, nem um momento de conversa em particular sobre alguma questão particular.

Pesquisador: Então pelo que você me falou, a resistência é da parte dos docentes e não dos estudantes, correto?

Everton: Sim, por incrível que pareça eu percebo isso, eu percebo é entre os estudantes eu o percebo, eu já percebi isso tem um tempo principalmente no fundamental. Eles praticam homofobia, só que a homofobia que eles praticam é contra o garoto hétero, sabe? Por causa do outro menino hétero, dizendo ele é gay e tal. E aí eu percebo que quando ele tem um aluno LGBTQIA+ mesmo eles não agredem assim e obvio acontece de uma vez em quando, mas eles não sabem se é porque eles estão com um pé atrás, com esses estudantes ou se é porque eles realmente respeitam, não sei, mas eu percebo muito mais realmente a essência entre os professores, principalmente na parte da transexualidade, do que com os próprios estudantes.

Pesquisador: Por fim, para concluirmos. Quando você fala de sua desconfiança, seria o que?

Everton: Eu não sei se esses estudantes não praticam a homofobia direta, né? Com medo das consequências. E a escola pode tomar ou por causa que eles vêm na internet alguma coisa sobre esse assunto, ainda mais que a internet está aberta para essas discussões e aí no fundo eles tem algum preconceito, mas eles preferem não tocar no assunto ou é isso mesmo não tem o preconceito tá tudo bem ou o pé atrás seria mais isso de não é praticar qualquer tipo de preconceito, homofobia ou transfobia. É que os professores, eles não praticam com os estudantes, né? Na sala dos professores, né? Aquelas brincadeiras idiotas de sala de professor e eu não vejo graça, eles caem na risada e tudo mais. Então, aquele preconceito meio descartado de brincadeira, na sala dos professores tem muito isso, e obvio que isso só fica entre os professores, então aí não dá para saber na frente dos estudantes eles fazem esses tipos de comentários.

Pesquisador: Certo. Muito bem. Eu agradeço pelas suas respostas e sua participação.

Everton: Imagina, fico feliz em contribuir em seu trabalho.

Pesquisador: Tenha uma ótima tarde, e até mais

Everton: Até Tchau!

Pesquisador: Tchau!

Luiz Paulo (Professor)

Pesquisador: Boa tarde! Como você está?

Luiz Paulo: Estou bem!

Pesquisador: Agradeço a sua disponibilidade.

Luiz Paulo: Obrigado!

Pesquisador: eu vou te fazer uma única pergunta, o intuito é que você se expresse da forma como você quiser. Então podemos começar?

Luiz Paulo tranquilo.

Pesquisador: eu vou te dizer qual é a pergunta, e aí você fica à vontade para responder. Luiz

Paulo: Certo.

Pesquisador: Então, a pergunta é: De que maneira você compreende a transexualidade?

Luiz Paulo: Não apenas do ponto de vista dos alunos e tudo mais, mas é uma situação que é colocada. A partir da segunda década aqui do século vinte e um. Então, antes disso, na minha formação, enquanto docente pegando o finalzinho do século vinte, início do século vinte e um a primeira década inteira isso é uma coisa muito de forro íntimo, mas quando chega na instituição escolar a pessoa que se identifica trans, né? Enfim, ela se vê obrigada institucionalmente a se adequar o nome de batismo né? E aí a gente sabe que o desconforto de outras pessoas eventualmente causa a pessoa. Aí nós temos o decreto no estado de São Paulo em que a o respeito a essa individualidade começa com o OK podemos aceitar o uso por ordem social. À resistência, por quê? Isso é algo que funciona nas repartições públicas estaduais né? Então eu vou falar um pouco das escolas estaduais e há resistência obviamente nas escolas municipais e nas escolas eventualmente federais, os colégios de aplicação que a gente tem das universidades federais. Então há não há obediência necessariamente das escolas estadual, das escolas municipais também das escolas federais a esse decreto estadual embora a vigência dele não seja para as repartições públicas estaduais, mas seja para o estado, território do estado de São Paulo inteiro. A gente começa a ver políticas e do estado de São Paulo com o Conselho Estadual de Diversidade né? Que coloca isso nós começamos a ter uma frente parlamentar de defesa disso. E a situação clara das pessoas trans de usarem roupas eh de acordo com a sua identificação de gênero e usar o seu nome Nós temos a partir do ano de dois mil e dezoito, dois mil e dezenove a gente tem uma situação de OK e vamos entender isso e foi embaçado recebemos um tipo de manual de procedimento como lidar com essa aluna ou esse aluno trans. Embora a maioria que nós tenhamos, ou seja, são mulheres, né? Pessoas que se tem como mulher trans, mas eventualmente nós temos alunos e

agora se identificam como homens, né? São homens trans. Então como lidar como isso e como trabalhar com isso eu posso falar aqui pessoalmente eu tive um problema inclusive eu fui processado por uma aluna que se sentiu atingida, humilhada enfim por uma fala minha. Por mais que eu ter desculpado e tudo mais, hoje eu me coloco na situação dela de vulnerabilidade e tudo mais e concordo com a situação que eu realmente ocasionei o constrangimento então a experiência de repente com a pessoa é diferente do que você falar só teoricamente. Então quanto mais você tiver contato com as pessoas trans quanto mais isso for trazido pra realidade da escola e você ter de repente uma professora trans, um professor trans, um colega trans isso vai normalizando as relações e vai fazendo com que a gente comece a é meio complicado ah você não tem liberdade de falar fala alguma coisa que de repente vai soar ofensiva, a existência da pessoa, isso faz com que a pessoa tenha o direito de reclamar, né? Vamos colocar no outro contexto, vamos imaginar agora que a pessoa ela tenha na verdade a religião certo? E aí como eu não entendo daquela religião a qual eu vou falar claramente as de matriz africana eu não entendo eu não conheço a lógica daquela religião eu não conheço a situação da mitologia que envolve a construção daquela religião então de repente eu vou falar uma coisa aqui que é lugar comum associam Exu ao demônio. Que não é. Mas por eu não conhecer eu acho que é. Certo? Só para dar essa ilustração. Então a mesma coisa, eu tenho uma pessoa trans eu já vou imaginar. Ah é uma pessoa promíscua e não é às vezes ou muitas vezes né? Uma pessoa até com relações mais tímidas justamente por saber que é que é vulnerável para uma sociedade ela não quer liberdade de andar na rua sem ter medo. Por exemplo, né? Então quanto maior for o conhecimento sobre aquilo, menor vai ser a possibilidade de se sofrer violência e de se conviver de forma harmônica é uma situação que eu pude experimentar pessoalmente e hoje eu tenho uma concepção muito diferente inclusive com a vida, com relação a colegas, a alunos e vizinhos a minha o meu procedimento de falar mudou bastante e eu tô falando de uma coisa de nem cinco anos atrás pra agora porque eu entendi que determinadas falas elas tão impregnadas de um não conhecimento, de uma ignorância e aí isso gera desconforto, gera medo, gera arcabouço de coisas que faz sentido a população trans ainda seja bastante vulnerável no ponto de socioeconômico. Porque você vê uma quantidade enorme de pessoas trans que acabam tendo que ir pra uma situação de prostituição infelizmente ou específicos nichos de mercado porque esses nichos elas não encontram tanta violência e tanto preconceito. Eu vou falar aqui um lugar comum que parece um estereótipo né? Que é a mulher trans, ela vai lidar com salão de beleza, com manicure, com cabelo e tudo mais. Por quê? Porque é um universo em que ela não sofre tanto preconceito, ela é aceita. Tá, mas por que que eu posso ter uma mulher transe engenheira que eu não posso ter uma mulher trans cientista? Por que que eu não posso ter uma mulher trans política? E hoje felizmente a gente tem na Câmara de São Paulo, a gente tem na Assembleia Legislativa, a gente tem no Congresso Nacional ainda é incipiente, até porque também vamos pensar, é um total de população relativamente pequeno, né?

A pessoa que tem essa mobilidade gênero, mas ela se faz representar e isso é importante, dando visibilidade, dando voz, mostrando, olha, isso existe e são pessoas aqui, eu vejo alunos e alunas que tem um destaque acadêmico muito bom. Porque também tem isso, agora outra situação. É que também é um estereótipo o gay ou a lésbica quando se coloca no mercado de trabalho normalmente é uma pessoa do trabalho em exercício do trabalho quase que irrepreensível. Por quê? Por que qualquer erro que essa pessoa tenha vai ter aquela agora eu vou sumir grosseiro oh lá é veado está vendo? Tinha que ser veado. Tinha que ser sapatão pra fazer isso. Então a pessoa ela se cobra demais profissionalmente ela não se permite o erro, a falha ou a mediocridade para não ser associado a uma eventual falha ou uma produção não tão boa com a sua situação de sexualidade.

Pesquisador: Ótimo Luiz! eu gostaria de fazer algumas perguntas para poder entender. Você falou de um caso, com uma aluna, e que houve um processo, gostaria de saber mais sobre essa situação?

Luiz Paulo: Eu estava no contexto da aula a gente estava falando de minorias que atinge algum poder. Então eu citei por exemplo uma mulher com dificuldade de locomoção que era a presidenta do Nicarágua Violeta Chamorro que ela era, ela fazia uso de muletas. E aí eu citei, por exemplo, o então presidente do Equador, o Lenin Moreno, que era cadeirante. E ele já era ele já era cadeirante e tudo mais. E aí eu falei, olha só o quanto a sociedade evolui e em menos de cem anos o Franklin Roosevelt ele era paraplégico, ele adquiriu com trinta e nove anos a poliomielite. E aí tiveram que simular onze passos da convenção democrata pra pessoas verem que ele andava mesmo que ele estivesse se apoiando e tudo mais né? Nos braços para poder e elegê-lo porque uma dos Estados Unidos e nos anos trinta jamais elegeria paraplégico. Então isso foi escondido o máximo possível e aí a gente tem a situação de um governador do estado de Nova Iorque cego né? Ou funcionalmente cego eleito e alguns anos Então essa situação da mudança do enxergar a pessoa com algum aí nesse caso deficiência como a pessoa que apesar daquela deficiência ela pode ser eficiente em outros campos, outras áreas. E aí eu citei uma situação de uma reunião do G20, se não me engano. Eu acho que foi do G20, a época do algum tempo em que o primeiro-ministro de Luxemburgo levou o marido então assim, foi uma situação Ângela Merkel da Alemanha levou o marido, estava a Elaine Trump, né? Algumas esposas e esposos de dos dignatários. E aí estava uma situação assim porque num determinado momento só tinha mulheres e ele. É eu acho que era o encontro eu não me lembro agora muita atenção a minha atenção e olha só tudo bem o é o país pequeno é um país com a população pequena Santos tem mais gente que Luxemburgo inteiro né? Mas um só um exemplo, mas isso não ser um impedimento para a pessoa não apenas exercer uma função pública, mas ela ser eleita ela ser escolhida, ela será mais votada de uma situação. E aí eu regressei para eles que em 1980 Islândia foi o primeiro país a eleger o chefe de estado, no caso uma chefe de estado que era abertamente declaradamente lésbica então, a gente tá falando aí de quase quarenta anos. Um absurdo. E essa aluna ela ficou claro, óbvio, muito incomodada aí vem eu, eu não sabia que tinha uma aluna trans mas mesmo assim eu não tinha o direito de construir este absurdo desse jeito, falando desse jeito na sala de aula. Por quê? Porque eu não estou lidando com o ensino superior. Eu estava lidando com ensino médio então a discussão que eu coloquei ali pode incomodá-la e a incomodou o nível no final ela acabou olha eu não estou gostando do que você está falando professor porque eu sou trans e aí ela saiu chorando obviamente eu fiz a retratação pedi desculpas e tudo mais porque realmente eu a coloquei numa situação que causou um desconforto máximo para ela. Por quê? Eu não tinha o direito de enquanto professor de ensino médio a escola como um ambiente que você precisa ilustrar, você precisa trazer o aluno consigo você precisa construir um lugar de segurança pro aluno ela não se sentir mais segura ela se sentiu desconfortável ela se sentiu ameaça no começo

do ano a coordenação falou nós vamos ter um uma aluna trans Mas eu não procurei saber também sala seria. Por quê? Porque eu falei assim ah aluno é aluno. Entendeu? Mas a partir disso eu comecei pera aí aluno é aluno Só que justiça não é tratar todo mundo igual. Eu lembrei da formação né? Aristotélica que a gente quer tratar os desiguais desigualmente aqui dessa desigualdade será que eu trato igual? Eu tenho que ir a mesma situação. Agora eu vou colocar uma situação que nós lidamos desde o começo aqui da ETEC, ensino médio aqui, começou em dois mil e oito Quando nós temos casos de alunos com espectro autista a forma de avaliação deles não é diferenciada? A decisão a necessidade de reforço em alguns casos de acompanhamento com um outro profissional para ajudá-lo, auxiliá-lo e tudo mais, não acontece? Sim, nós já tivemos alunos deficientes, com algum tipo de necessidade, de locomoção, a gente ainda não teve gente com cegueira, né? Com deficiência visual, mas a gente já teve com surdez e tudo mais. Eles não precisam de um outro de hora não é o caso de uma deficiência, mas de uma necessidade especial. O adolescente que está passando por essa transformação ele primeiro precisou passar por um processo forte, muito pesado que exigiu muito dele, com a coragem também junto a família. Alguns casos a família não aceitam ele tem que se ele sai de casa, vai pra casa de algum outro parente, tudo mais pra poder viver essa verdade dele. Será que eu tenho o direito de ainda confrontá-lo mais ainda pô eu preciso acolher. Tudo bem, tem uma corrente que vai falar assim, a escola é uma a preparação para a vida. A vida só é dura para quem é mole Tai Só me parece até se eu não soubesse estatística. Se eu não vir ali com o preto e branco ali no nos frios números o índice de suicídio que acontece o que as pessoas trans. Se eu não enxergar que é uma população socioeconomicamente vulnerável ao extremo por quê? Porque ela não é aceita ou ela passou a ser aceita muito recentemente. Por que que nós hoje temos uma quantidade enorme em comparação com outros anos de adolescentes trans porque eles tomaram a consciência do seguinte eu vou fazer vestibular sim eu vou a profissão que eu fizer sim, por quê? Porque se fizerem gracinha comigo, eu processo, eu aciono o Ministério Público, eu não sou nem mais nem menos do que ninguém, então a gente teve uma situação desde o advento 1996? E que a Estatuto da Criança e do Adolescente é algo obrigatório a ser ensinado no ensino fundamental e ensino médio então eles vão interiorizando isso e uma parte do fundamental em muitas cidades e no ensino médio além disso a gente tem duas leis que são ensinadas parcialmente que a lei orgânica da assistência social, a LOAS e a Lei Orgânica do SUS. Então essa tríade aqui, né? Do Estatuto da Criança e do Adolescente além da assistência social e a lei do SUS com tão força pro aluno, quando ele sabe dos seus direitos, que ele vai falar assim, olha, não importa se eu sou hétero, não importa se eu sou gay, não importa se eu sou trans, eu sou gente, eu sou cidadão, eu tenho direito Então tem tudo isso que não que eu não soubesse mas saber é diferente de ser consciente o conhecimento ser reflexão é só informação e aí quando você é confrontado com uma situação você começa a suas próprias verdades, essas suas próprias é convicções. Porque eu sou pai de dois meninos. E se

ele de repente um deles falar assim, não, não sou menino está, meu filho. Ou, está bom, minha filha. Será que eu tenho direito de não reconhecer isso? É aquela coisa, eh, o amor a gente não explica, a gente sente fosse filho ou fosse filha amaria é igual e aí tem uma situação que com o crescimento quando você vê a pessoa se desenvolve os talentos e tudo mais você acrescenta o amor à admiração então Por que não dar essa oportunidade de ainda mais no ensino médio que eles vêm como a carinha ainda de criança de três anos por questão hormonal e tudo mais ele já ficou com o cara de adulto você não acrescentar essa admiração a eles, essa questão de autoestima, pra fazer com que eles não se enquadrem mais e mudem uma estatística triste de suicídio de vulnerabilidade social, de segregação social. Vamos pensar assim, será que eu quero um pé de médico quando eu só quero um médico bom. Sabe a brincadeira, eu não quero saber se o pato é macho ou quer é ovo. Eu não quero saber se o profissional é hétero, é gay, é trans eu quero que ele faça um trabalho bem com é que eu vou entender isso? Lidando, falando a respeito. mas não tem por que eu falar porque é uma um percentual da população muito eles que se enquadram está e o que isso efetivamente é inclusivo? Se eu fosse pensar assim eu não precisava mais fazer calçada adaptável se eu fosse pensar desse jeito, eu não precisava mais fazer justamente, você vê o nível de civilidade, de civilização de um grupo social de uma sociedade da forma com que eles lidam, com que eles tratam as dores. Então eu posso me regozijar de repente eu acho que eu progredi muito pelo a partir desse erro meu. Eu acho que eu melhorei muito, que eu passei a enxergar coisas e refletir sobre coisas porque doeu em mim hoje faria diferente? Com certeza, mas aquela história mestre como é que eu faço para evitar o sofrimento com sabedoria Mestre, como é que eu faço para ter sabedoria? Sofra. É simples assim.

Pesquisador: Certo. Muito bem. Eu agradeço pelas suas respostas e sua participação.

Luís Paulo Imagina, eu que agradeço!

Pesquisador: Tenha uma ótima tarde, e até mais

Luís Paulo: Até Tchau!

Pesquisador: Tchau!

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

As informações aqui contidas estão sendo fornecidas para sua participação voluntária no estudo que visa Investigar a compreensão de professores e coordenadores pedagógicos em relação a transexualidade.

A amostra da pesquisa será composta de professores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as) do Ensino Médio da rede pública da cidade de São Paulo. A metodologia para pesquisa a ser utilizada consiste em uma entrevista aberta, com uma pergunta norteadora na qual, os profissionais serão convidados a narrar sua percepção sobre “A sua compreensão em relação a transexualidade”.

As narrativas dos professores serão registradas em gravador de voz, transcritas e arquivadas por participante da pesquisa separadamente. Após o término das entrevistas previstas nesta pesquisa e cada documento transcrito. O procedimento de análise das entrevistas abertas pretenderá fazer uma integração com o objeto da pesquisa, estabelecendo critérios entre as narrativas, que possam tecer uma compreensão do grupo pesquisado sobre problemática apresentada. Não há um tempo limite para as entrevistas.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. O pesquisador principal Gustavo de Oliveira Caparroz, mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Nove de Julho, sob a orientação da Profa. Dra. Elaine T. Dal Mas Dias, que podem ser encontrados no endereço, Rua Vergueiro, 235/249, prédio da Pós- Graduação, Liberdade, São Paulo.

É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo à continuidade de seu tratamento na Instituição.

As informações obtidas serão analisadas, preservando-se a identidade do indivíduo. Os participantes terão informações dos resultados parciais a qualquer momento que sejam solicitados e ao final da pesquisa.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa.

O pesquisador compromete-se a utilizar os dados e materiais coletados apenas para fins de pesquisa.

Eu, _____, portador do documento _____ acredito ter sido suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo.

Eu discuti com o pesquisador **Gustavo de Oliveira Caparroz** sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento.

Assinatura do pesquisado/representante legal: _____

Local e Data: _____

Assinatura da testemunha: _____

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste entrevistado da participação neste estudo. Assinatura do pesquisador: _____

Local e Data:

